

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 113

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 27 DE AGOSTO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH
1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO
2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI
1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI
2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME
3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES
4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA
5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 08 - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 076ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
27 DE AGOSTO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Marcos Isfer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Augustinho Zucchi, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczy, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Serafina Carriho, Sérgio Spada, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (36). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Irineu Colombo, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Nelson Garcia, Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Luiz Fernandes da Silva Litro, Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Ângelo Vanhoni, Divanir Braz Palma, Cezar Silvestri, Caíto Quintana, Luiz Accorsi, Nelson Justus, Ricardo Chab, Tiago Amorim Novaes e Chico Noroeste (18).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 031/2001

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o

Poder Executivo a doar ao município de Foz do Iguaçu, parte dos lotes nºs 05, 07, 12 e 14, da quadra 09, possuindo uma área de superfície de 2.400,00 m, cada um, de propriedade do Estado do Paraná, matriculados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu sob nºs 54.187, 54.188, 850 e 54.190, respectivamente.

O plano de lei ora proposto consulta aos superiores interesses da Administração e da Comunidade, eis que revertendo tal imóvel ao patrimônio do município de Foz do Iguaçu, 'aquela municipalidade, conforme dispositivos expressamente contidos, deverá utilizá-lo, exclusivamente, na construção de uma praça, conforme programa de revitalização urbana da cidade, sob pena de retrocesso ao patrimônio do Estado do Paraná, ficando ainda, tal bem, gravado com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao município de Foz do Iguaçu, parte dos lotes nºs 05, 07, 12 e 14, da quadra 09, possuindo uma área de superfície de 2.400,00 m2, cada um, de propriedade do Estado do Paraná, matriculados no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Foz do Iguaçu sob nºs 54.187, 54.188, 850 e 54.190, respectivamente.

Art. 2º - O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei será utilizado exclusivamente para construção de uma praça do programa de revitalização do espaço urbano, não podendo ter destinado diversa, sob a pena desta doação tornar-se automaticamente sem efeito.

Art. 3º - Em caso de destinação adversa ao proposto, o imóvel e as benfeitorias que por ventura venham a ser edificadas, reverterão ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravados com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 032/2001

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao

município de Curitiba, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, subdividido denominado de Lote "A", situado à Rua Eduardo Sprada nº 3.887m, na sede daquele município, com áreas de terras de 35.531,00 m ,contendo edificações de aproximadamente 8.042,32 m , conforme registro de Transcrição de nº 51.177, livro nº 3-AV de Transcrição das Transmissões, do Registro de Imóveis da 6ª Circunscrição da Comarca da Capital.

O Plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que no imóvel cuja autorização para cessão de uso é pretendida, será instalada pelo Cessionário a Fundação de Ação Social - FAS.

Vale ressaltar que o anteprojeto em anexo contém dispositivos expressos no sentido da exclusividade de utilização, de retomada do imóvel pelo Estado, de prazo de vigência e de penalização no caso de utilização para outros fins.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero, a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Curitiba, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, subdividido denominado de Lote "A", situado à Rua Eduardo Sprada, nº 3.887, na sede daquele município com área de terras de 35.531,00 m ,contendo edificações de aproximadamente 8.042,32 m , conforme registro de Transcrição de nº 51.177, livro nº 3-AV de Transcrição das Transmissões, do Registro de Imóveis da 6ª Circunscrição da Comarca da Capital.

Art. 2º - O imóvel de trata o artigo 1º desta lei será utilizado exclusivamente para no local, ser instalada a Fundação de Ação Social - FAS, podendo aquele imóvel ser retomado a qualquer momento pelo Estado do Paraná, tendo esta cessão a duração até 31 de dezembro de 2002, permitida prorrogação por 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo o referido imóvel ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito.

Art. 3º - Fica, ainda, o município de Curitiba, responsável pela guarda, proteção e conservação dos bens cedidos, fazendo parte desta cessão os bens móveis que permaneceram no local, estes relacionados no Termo da Cooperação Técnica publicado no DOE nº 5.427 do dia 02.02.99, ficando responsável também pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos, sendo que o imóvel e os móveis quando de sua devolução, deverão estar em óti-

mas condições de conservação, sendo que o imóvel deverá ser fiscalizado pelo DECOM e recebido junto aos móveis pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 033/2001

Curitiba, 17 de agosto de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar o dispositivo das Leis nºs 10.066, de 27 de julho de 1992 e nº 11.352, de 13 de fevereiro de 1996, assim como criar e extinguir cargos de provimento em comissão, na estrutura do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

A adiante transcrita justificativa que me foi apresentada pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, diz, com o necessário detalhamento, sobre a convivência e oportunidade de que é revestida a medida legal em referência:

"O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, através da Lei nº 10.066/92, no âmbito de sua competência executiva além de outras atividades, também atividades laboratoriais e de regularização fundiária de terras devolutas.

Por força da Lei nº 11.352/96, a competência da execução das atividades laboratoriais e de regularização fundiária de terras devolutas.

Por força da Lei nº 11.352/96, a competência da execução das atividades laboratoriais e da regularização fundiária de terras devolutas ficaram a cargo da SEMA. E, por tratar-se de administração direta constatamos a inviabilidade da execução destas atividades por parte da Secretaria.

A Lei nº 8.485 de 03 de junho de 1987, dispõe sobre a reorganização da estrutura básica do Poder Executivo no Sistema da Administração Pública do Estado do Paraná, cujo conteúdo estabelece que o Poder Executivo compreende dois conjuntos organizacionais permanentes representados pela Administração Direta e pela Administração Indireta.

A Administração Direta compreende serviços estatais dependentes, encarregados das atividades típicas da Administração Pública, e entre as que executam tais atividades estão as Secretarias de Estado.

A Administração Indireta compreende serviços instituídos para limitar a expansão da Administração Direta, a exemplo das autarquias, que são entes administrativos autônomos criados por lei específica, com personalidade jurídica de Direito Público Interno, com patrimônio e com atribuição estatal específica.

A autarquia sendo um prolongamento do Poder Público, deve executar serviços próprios do Estado, em condições idênticas às do Estado, com os mesmos privilégios da Administração Direta e sujeita ao mesmo con-

trole dos atos administrativos. O que diversifica a autarquia do Estado são os métodos operacionais de seus serviços, mais especializados e mais flexíveis que os da administração centralizada.

Por força desses métodos operacionais é que se justifica a transferência das atividades laboratoriais e de regularização fundiária das terras devolutas estatais, da Administração Direta - SEMA para a Administração Indireta Autarquia - IAP.

As atividades laboratoriais sendo transferidas para o IAP terão maior flexibilidade e agilidade em executar as atividades de análise e pesquisas laboratoriais na área do meio ambiente, pois possui receita própria o que facilita a execução da mesma, que é de interesse coletivo. Tais atividades pela sua própria natureza exige da Instituição autonomia de gestão e pessoal especializado livre da burocracia comum da Administração Direta.

A regularização fundiária das terras devolutas estatais, aplicando-se as disposições da Lei nº 7.055/78 (Lei de Terras Devolutas do Estado do Paraná) para a Administração Indireta Autarquia/IAP, poderá com maior flexibilidade e agilidade executar a regularização fundiária, dando a destinação correta dos imóveis discriminados. A regularização de terras devolutas, pela sua própria natureza jurídica, exige que a sua aplicação seja feita por Instituição com personalidade jurídica dotada de autonomia e recursos próprios, com possibilidade de incorporar patrimônio e transferi-lo de acordo com a Lei de Terras e Lei dos Registros Públicos.

A SEMA, por tratar-se de Administração Direta, não tendo personalidade jurídica e, portanto, não podendo praticar negócios jurídicos em seu próprio nome, torna-se difícil a operacionalização da discriminação das terras devolutas para incorporação e posterior venda/legitimação dos imóveis, que é primordial e de cunho social nas ações da política agrária/fundiária do Estado.

Em alternando a legislação, significará a imediata regularização com a emissão de Títulos Definitivos a 2.655 famílias beneficiárias, totalizando 3.071 lotes com área total de 49.454, 5116 hectares, que encontram-se paralisados face ao impedimento jurídico demonstrado.

Neste sentido, elaboramos anteprojeto de lei retornando a competência das atividades laboratoriais e da regularização fundiária de terras devolutas para o IAP, por tratar-se de uma autarquia vinculada à SEMA, tornando-se assim exequível as atividades supra mencionadas."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O artigo 6º, da Lei nº 10.066, de 27 de julho de 1992, alterado pela Lei nº 11.352, de 13 de feve-

reiro de 19096, fica acrescido dos incisos XVIII e XIX, com a seguinte redação:

"XVIII - manter os laboratórios ambientais convenientemente capacitados e aparelhados para estabelecer os padrões, métodos e técnicas, bem como executar análises ambientais e realizar investigações de interesse à proteção da qualidade ambiental, podendo proceder credenciamento de laboratórios e instituir automonitoramento."

"XIX - proceder a regularização fundiária das terras devolutas estaduais, aplicando-se às disposições da Lei Estadual nº 7.055/78."

Art. 2º - O artigo 2º, da Lei nº 11.352, de 13 de fevereiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - As atividades relativas à educação ambiental, a terras e cartografia integram o âmbito de atuação da Administração Direta da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA e as atividades de análise e pesquisas laboratoriais na área do meio ambiente e a regularização fundiária das terras devolutas estaduais, aplicando-se as disposições da Lei Estadual nº 7.055/78, fazem parte da esfera de competência do Instituto Ambiental do Paraná - IAP".

Art. 3º - Ficam extintos, na estrutura da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, 05 (cinco) cargos de provimento em comissão de Chefe de Divisão, símbolo 1-C.

Art. 4º - Ficam criados, na estrutura, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, 05 (cinco) cargos de provimento em Comissão de Chefe de Departamento, símbolo 1-C.

Art. 5º - Fica extinto, na estrutura do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, -1 (um) cargo de provimento em comissão de Assessor, símbolo - DAS-3.

Art. 6º - Fica criado, na estrutura do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, 01 (um) cargo de provimento em comissão de Diretor, símbolo DAS-3.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes administrativos e orçamentários, bem como as transferências patrimoniais, necessárias ao cumprimento dos dispositivos desta lei.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 034/2001

Curitiba, 21 de agosto de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legisla-

tiva, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar o dispositivo da Lei nº 12.398, de 3099 de dezembro de 1998 (Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná).

O plano de lei proposto decorre da conclusão de estudos realizados pelo Procurador Geral do Estado, a mim encaminhados através do Ofício nº 1.107/01-PGE, protocolado sob nº 4.903.312-5, que têm em mira adequar o texto da mencionada Lei nº 12.398/98 “aos ditames da Constituição Federal, consoante interpretação já firmada pelos tribunais, pondo fim a inúmeras ações judiciais com liminares, já concedidas e prevenindo prejuízos futuros para erário”.

As alterações propostas, que atingem os parágrafos 4º, 5º, 6º, 7º, 11 e 12, do artigo 60 de Lei nº 12.398/98, virão assegurar pagamento do benefício da pensão em valores integrais e melhor definem o rol dos beneficiários, de forma a proceder, como já foi dito, adequação a preceitos da Magna carta e ao pensamento dos tribunais e, ainda, atender anseios do funcionalismo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os §§ 4º, 5º, 6º, 7º, 11 e 12, do artigo 60, da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 60 -...

§ 4º - O benefício da pensão, observado o disposto nos §§ 11 e 12 deste artigo, será pago integralmente e em partes iguais ao cônjuge ou convivente e aos filhos ou àqueles a estes equiparados.

§ 5º - Inexistindo filhos ou outros dependentes a estes equiparados, o cônjuge ou convivente receberá o benefício de forma integral.

§ 6º - Se o segurado for viúvo, ou se o cônjuge ou convivente não tiver direito à pensão, o benefício será pago integralmente aos filhos ou outros dependentes a estes equiparados, nos termos do § 1º do artigo 42.

§ 7º - Inexistindo os dependentes de que tratam os incisos I e II do artigo 42, o benefício pode ser pago, integralmente e em partes iguais, aos dependentes inscritos pelo segurado, conforme §§ 5º a 8º do artigo 42.

...

§ 11 - O ex-cônjuge ou ex-convivente do segurado, credor de alimentos, fará jus a percepção do benefício da pensão previdenciária, caso em que, será igual ao valor da pensão alimentícia que recebia do servidor segurado.

§ 12 - No caso do parágrafo anterior, o valor do benefício destinado aos demais dependentes, será calculado mediante o abatimento do valor dos alimentos devidos ao ex-cônjuge ou ex-convivente, dividindo-se o valor

remanescente com observância do que dispõe o caput e o § 4º deste artigo”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, devendo a Parana Previdência efetuar a adequação dos benefícios previdenciários que não atendam aos dispositivos do presente diploma legal.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº CTL/SEEG/276/2001, do senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 425/2000, de autoria do deputado Neivo Beraldin. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o Nº CTL/SEEG/283/2001, do senhor Governador do Estado, comunicando haver veta integralmente o Projeto de Lei nº 106/2000, de autoria do deputado Nelson Garcia, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/SEEG/274, 284 a 304 e 306 a 318/2001, do senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

058/2001 - De autoria do deputado Hermas Brandão e outros, que denomina Prefeito Plauto Miró Guimarães, o trecho da PR-438, que liga as localidades de Guaragi e Teixeira Soares, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.236. **Anote-se - Arquite-se.**

281/2000 - De autoria do deputado Nelson Garcia que, altera o parágrafo único do art. 1º, da Lei nº 8207/85, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.237. **Anote-se - Arquite-se.**

010/2001 - De autoria do deputado Ricardo Maia que, autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de Paiçandu, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.238. **Anote-se - Arquite-se.**

025/2001 - De autoria do deputado Algaci Tulio que, concede o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná, à doutora Zilda Arns Neumann, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.239. **Anote-se - Arquite-se.**

061/2001 - De autoria do deputado Cleiton Kielse que, declara de Utilidade Pública a Associação de Renais Crônicos e Transplantados Renais de Paranaíba e Região, com sede e foro no município de Paranaíba, o qual convertido em lei tomou o nº 13.240. **Anote-se - Arquite-se.**

084/2001 - De autoria da deputada Luciana Rafaginin que, declara de Utilidade Pública o Projeto Renascer, com sede e foro no município de Francisco Beltrão, o qual convertido em lei tomou o nº 13.241. **Anote-se - Arquite-se.**

110/2001 - De autoria do deputado Tony Garcia que, declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em lei tomou o nº 13.242. **Anote-se - Arquivo-se.**

145/2001 - De autoria do deputado Hermas Brandão que, declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Canoagem, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 13.243. **Anote-se - Arquivo-se.**

154/2001 - De autoria do deputado Augutinho Zucchi que, declara de Utilidade Pública a Associação da Terceira Idade São Francisco de Assis, com sede e foro no município de Pato Branco, o qual convertido em lei tomou o nº 13.244. **Anote-se - Arquivo-se.**

163/2001: De autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Karatê - do Tradicional, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.245. **Anote-se - Arquivo-se.**

181/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Ribeirão-clarense de canoagem, com sede e foro no município de Ribeirão Claro, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.246. **Anote-se - Arquivo-se.**

182/2001: De autoria do deputado Tony Garcia, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Civil Beneficente Mater Dei, do município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.247. **Anote-se - Arquivo-se.**

187/2001: De autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Leônidas Pontes - Ensino Fundamental, do município de Uraí, com sede e foro na cidade de Uraí, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.248. **Anote-se - Arquivo-se.**

192/2001: De autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Mão Amiga - AEMA, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.249. **Anote-se - Arquivo-se.**

193/2001: De autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Londrina - ADEFIL, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.250. **Anote-se - Arquivo-se.**

196/2001: De autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Clube do Vovô de Assis Chateaubriand, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.251. **Anote-se - Arquivo-se.**

197/2001: De autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação Esportiva dos Criadores de Curió do Paraná - ACCP, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.252. **Anote-se - Arquivo-se.**

200/2001: De autoria do deputado Eli Ghellere, que declara de Utilidade Pública a Liga de Futebol de Medianeira, com sede e foro no município de Medianeira, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.253. **Anote-se - Arquivo-se.**

203/2001: De autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores Jardim Colina Verde, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.254. **Anote-se - Arquivo-se.**

208/2001: De autoria da deputada Serafina Carriho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Diabéticos de Maringá - ADIM, com sede e foro no município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.255. **Anote-se - Arquivo-se.**

209/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que dá nova redação ao artigo 1º, da Lei nº 10.789/94, declarando de Utilidade Pública o Grande Oriente do Brasil - Paraná, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.256. **Anote-se - Arquivo-se.**

212/2001: De autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Produtores Rurais do Distrito de Planalto do Oeste - Nova Santa Rosa, com sede do município de Nova Santa Rosa e foro no município de Toledo, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.257. **Anote-se - Arquivo-se.**

221/2001: De autoria da deputada Serafina Carriho, que declara de Utilidade Pública a Associação Creche Branca de Neve, com sede e foro no município de Faxinal, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.259. **Anote-se - Arquivo-se.**

224/2001: De autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, que dá nova redação ao artigo 1º, da Lei nº 7417/80, declarando de Utilidade Pública a Associação Educacional Espírita Lins de Vasconcelos, com sede e foro no município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.260. **Anote-se - Arquivo-se.**

229/2001: De autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Rio Bonito do Iguaçu, com sede no município de Rio Bonito do Iguaçu e foro no município de Laranjeiras do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.260. **Anote-se - Arquivo-se.**

097/2001: De autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica de Moradores do município de Quitandinha, com sede do município de Quitandinha e foro no município de Rio Negro, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.262. **Anote-se - Arquivo-se.**

172/2001: De autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos excepcionais de Tuneiras do Oeste, com sede do município de Cruzeiro do Oeste e foro no município de Tuneiras do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.263. **Anote-se - Arquivo-se.**

175/2001: De autoria do deputado Plauto Miró, que declara de Utilidade Pública a AAPAC - Diocese de Ponta Grossa - associação de Amigos da Pastoral da Criança, com sede e foro no município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.264. **Anote-se - Arquivo-se.**

177/2001: De autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro da Lontra - ASCOMBAL, com sede do município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.265. **Anote-se - Arquivo-se.**

181/2000: De autoria do deputado Orlando Pesuti, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores das Vilas São José e Monte Castelo, com sede e foro no município de Ivaiporã, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.266. **Anote-se - Arquivo-se.**

182/2000: De autoria do deputado Orlando Pesuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Jardim Aeroporto, com sede e foro no município de Ivaiporã, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.267. **Anote-se - Arquivo-se.**

183/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Distrito Administrativo de Cachoeira do Espírito Santo, com sede e foro no município de Ribeirão Claro, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.268. **Anote-se - Arquivo-se.**

183/2000: De autoria do deputado Orlando Pesuti, que declara de Utilidade Pública a União das Associações de Ivaiporã - UNAI, com sede e foro no município de Ivaiporã, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.269. **Anote-se - Arquivo-se.**

202/2001: De autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Franciscana Beata Angelina, com sede e foro no município de Toledo, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.270. **Anote-se - Arquivo-se.**

206/2001: De autoria do deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública o projeto CAUEM - Criança Alegres Unidas na Esperança com Maria, com sede e foro no município de Bandeirantes, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.271. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 211/2001, do senhor Evaldo Barbosa, diretor-presidente da CODAPAR, encaminhando documentos que integram o processo de Prestação de Contas geral - exercício 2000 da CODAPAR. **Ao Conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 0914/2001

Senhor Presidente:

Dirijo-me a V. Exa. com o objetivo de comunicar que, seguindo a orientação médica, estarei afastado de minhas funções junto ao Plenário desta Casa Legislativa pelo período de 15 (quinze) dias.

Anexo, segue o competente atestado médico.

Na oportunidade, renovo expressões de consideração e apreço.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

Declaração

Declaro para os devidos fins que o Sr. Luiz Fernandes da Silva, ficou internado no Hospital Albert Einstein com quadro de angina e hipertensão arterial de 22.08.2001 a 25.08.2001 devendo permanecer em repouso e afastado das atividades profissionais pelo menos 20 dias após a data da alta.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2516

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 444/97, que dispõe sobre o Código de Saúde do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2555

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, notadamente com base no artigo 54, inciso XXXIII da Constituição Estadual, e artigos 97 e seguintes do Regimento Interno, e após ouvido o douto Plenário, vem mui respeitosamente expor e REQUERER o que se segue:

a) está definida para a data de 24 de agosto próximo a divulgação pública da avaliação realizada pelas empresas adviser sobre o patrimônio da Copel a ser leilado;

b) em nenhum momento foi dada ciência à Assembleia Legislativa sobre a realização da avaliação, nem sobre os critérios adotados para a sua efetivação;

c) em momento algum o edital de venda das ações da Copel foi tornado público, violando o princípio da publicidade.

Requer, desta forma, a convocação do presidente da Companhia Paranaense de Energia - Copel, Sr. Ingo Hübert, bem como de representante das empresas adviser que procederam a avaliação da companhia, para prestarem as informações solicitadas em data de 11, à hora da Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) MARCOS ISFER

Apoiamento:

Augustinho Zucchi, Eli Ghellere, Cesar Silvestri, Luciana Rafagnin, Edson Strapasson, Nereu Moura, José Maria Ferreira, Renato Gaúcho, Serafina Carrilho, Hermas Fonseca, Neivo Beraldin e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 2624

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 107, incisos I e II do Regimento Interno, respeitosamente, REQUEREM a transformação do Plenário em Comissão Geral, nos dias 29 e 30 de agosto de 2001, para emissão de pareceres, discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 102, 332, 440/2000, 231/2001, de autoria de diversos senhores parlamentares.

Neste termos pedem deferimento.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(aa) NEREU MOURA, LUIZ CARLOS ZUK, ORLANDO PESSUTI, SÉRGIO SPADA, NEIVO BERALDIN, EDSON STRAPASSON, TONY GARCIA, ALGACI TULIO, HERMES FONSECA, WALDYR PUGLIESI, ADEMIR BIER, RENATO GAÚCHO, SERAFINA CARRILHO, AUGUSTINHO ZUCCHI, JOSÉ MARIA FERREIRA, ELI GHELLERE, MARCOS ISFER e PASTOR EDSON PRACZYK.

REQUERIMENTO Nº 2493

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Delceu Rodrigues Correia da Silva, ocorrido dia 13 de agosto/2001 em Palmas-PR.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 55 anos de idade faleceu o empresário senhor Delceu Rodrigues Correia da Silva, que deixou viúva Dona Jandira Ferreira da Silva. Deixou ainda, 03 filhos e 01 neta.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vastos círculo da amigos, entre eles este Parlamentar.

Delceu era pessoa bastante relacionada no município de Palmas. Era irmão do vereador Wilmo.

Aceite, pois, dileto amigo nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe dê o merecido repouso. Descanse em paz.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos e de seu amigos, restando-nos, portanto, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Que Deus, na sua infinita bondade, conceda aos familiares do Delceu o consolo necessário neste momento de tristeza e angústia.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Rodrigues Correia da Silva

endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando ao Pai eterno que os abençoe e proteja sempre.

REQUERIMENTO Nº 2494

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, de votos de profundo pesar, à família Taborda Ribas, pelo falecimento no dia 14.08.2001 do Dr. Ricardo Taborda Ribas, um dos nossos grandes ilustre paranaenses, deixando viúva a Sra. Ledi, os filhos Dr. Ivan e Ervely Taborda Ribas.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Destacamos neste requerimento de pesar a figura do nosso Ilustre Dr. Ricardo Taborda Ribas. Um homem de coragem que fez da ética profissional e da harmonia da convivência familiar um exemplo seguido por gerações contemporâneas e que orgulha a sociedade paranaense, em especial os curitibanos. Dr. Ricardo Taborda Ribas esteve à frente da Diretoria Geral da Polícia Civil do Paraná e por mais de 40 anos integrou o quadro da nossa Polícia Civil, sempre exercendo suas funções com firmeza, mas também com o mais alto grau de respeito à figura do ser humano. E este legado foi deixado ao seu filho Dr. Ivan que - com as mesmas qualidades do pai - hoje também ex-delegado de polícia com mais de 35 anos de serviços prestados à também uma referência da seriedade integrante na corporação da Polícia Civil.

REQUERIMENTO Nº 2517

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento da senhora Mônica Leites de Oliveira, ocorrido no dia 12 de agosto.

Requer, ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada ao viúvo senhor Vilson Leites de Oliveira, edifício Porto Britânia, 1060, apto. 501, CEP 85960-000, Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2580

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar à família Bertolin, pelo falecimento do Sr. Walfrido Bertolin, ocorrido no dia 22 de agosto do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família Bertolin, através de correspondência a ser encaminhada, à viúva Iolanda Mocelin Bertolin, à Rua

Guilherme Ihlenfeld, 410 - CEP 82.620-030 - Curitiba/PR; e ao filho Walter Bertolin, à Rua Alfredo Tomacheski, 86 - CEP 83.407-330 - Colombo/PR.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Requerimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2588

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Benetor, aos 81 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelo seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2598

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rosa Cúnico da Silva, aos 70 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelo seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2599

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manuel Rodrigues da Silva, aos 44 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelo seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2600

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Bonifácio Antonio Valesco, aos 60 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelo seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2601

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Idelcina Ramos, aos 77 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelo seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2607

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar a família enlutada do advogado Dr. Roberto Aderne Carneiro, membro de família tradicional da sociedade paranaense, residente no município de Tibagi, falecido no último dia 27 de agosto de 2001.

Peço enviar cópia à família enlutada, sua mãe, Daise Mercê Carneiro, na Rua Emiliano Perneta, 665, apto. 702 - Centro - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2621

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário respeitosamente REQUER, seja enviado à família da Sra. Luíza Fioravanti, votos de pesar pelo seu falecimento, ocorrido no último dia 11 de agosto, aos 84 anos.

Dona Luíza era viúva do Sr. Vespasiano Fioravanti e juntamente com seu esposo atuou durante 50 anos no

ramo de papelaria, prestando relevantes serviços à comunidade Curitiba.

Deixa saudades para seus filhos, Jonas, Juarez, Virgínia, seus netos, parentes e amigos.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2518

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Sindicato dos Corretores de Imóveis, pela passagem do dia do Corretor de Imóveis, a ser comemorado no dia 27 de agosto de 2001.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu Presidente Daniel Fuzetto, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Marechal Deodoro, 497 - Centro - CEP 80020-909 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2519

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho Regional de Nutricionista, pela passagem do dia do Nutricionista, comemorado no dia 31 de agosto de 2001.

Requer ainda que do presente se dê ciência à sua Presidenta Joana D'Arc Pereira Mura, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Senador Xavier da Silva, 488 - Conjunto 306 - Centro Cívico - CEP 80520-060 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2520

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Associação de Abatedouros e Produtores Avícolas do Paraná - AVIPAR, pela passagem do dia do Avicultor a ser comemorado no dia 28.08.2001.

Requer ainda que do presente se dê ciência à sua Presidente Paulo Ferreira Muniz, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Ébano Pereira, 60 - 18º andar - conj. 1806 - CEP 80410-902 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2521

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho Regional de Psicologia, pela passagem do dia do Psicólogo ser comemorado no dia 27 de agosto de 2001.

Requer ainda que do presente se dê ciência à sua Presidente Vionício Oscar Kirchner, através de correspondência a ser encaminhada, à Avenida São José, 699 - Cristo Rei - CEP 80050-350 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2522

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Grande Oriente do Estado do Paraná, pela passagem do dia do Maçon, comemorado no dia 20 de agosto de 2001.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Sereníssimo Grão-Mestre Edmilson Miranda, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Antonio Martins Araújo, 391 - CEP 80210-050 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2523

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Grande Oriente do Brasil, pela passagem do dia do Maçon, comemorado no dia 20 de agosto de 2001.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Sereníssimo Grão-Mestre Cliceu Bassetti, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua José Drulla Sobrinho, 361 - Uberaba II - CEP 81550-240 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2524

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Grande Loja do Paraná, pela passagem do dia do Maçon, comemorado no dia 20 de agosto de 2001.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Sereníssimo Grão-Mestre Sidnei Pinto, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Brigadeiro Franco, 4173 - CEP 80250-990 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2526

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios do Estado do Paraná, pela posse de sua nova diretoria.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato do Comércio Atacadista de Gênero Alimentícios do Estado do Paraná empossou em data de 20 de julho de 2001 sua nova diretoria para o exercício 2001/2003, que ficou assim constituída:

DIRETORIA EFETIVOS:

Presidente	Gumercindo F.Santos Júnior
Vice-presidente	Milton Pennacchi
Secretário	Luiz Antonio Tosin
Tesoureiro	Antonio Kalil Nicolau
Diretor:	Julio Inácio Correia
Diretor:	Oscar Ferreira Pinto
Diretora:	Viviane M. Nicolau Adad

SUPLENTE:

Marcos Antonio Justino
Celso Sikora
Valdeci Hatsumura

CONSELHO FISCAL:

Efetivos	Suplentes
Alceu Ribeiro	Edi Roque Pegoraro
Jão Destro	Cedo José Dal'berto
Eduardo Rubens de Andrade	

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO AO COMÉRCIO DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO PARANÁ

Efetivos	Suplentes
Gumercindo F. Santos Junior	João Destro
Alceu Ribeiro	Oscar Ferreira Pinto

DIRETORES REGIONAIS:

Evandro Moisés Bocchi
Laércio Beani Costa
João Florindo Schadeck

A toda a nova diretoria eleita e empossada do Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios do Estado do Paraná (Rua Visconde do Rio Branco, 969 - 1º andar CEP 80410-001 - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2527

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à TV Tibagi, pela comemoração de seus 32 anos.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A TV Tibagi, emissora do Grupo Paulo Pimentel que transmite a programa do SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) para a região Noroeste do Estado, comemorou seus 32 anos de fundação em data de 26 de julho deste ano.

Inaugurada em 1969 a TV Tibagi foi a segunda emissora de televisão do Grupo que começou com o jornal O Estado do Paraná. Das quatro emissoras do Grupo Paulo Pimentel, a TV Tibagi tem a maior área de cobertura. Seu sinal chega a 131 municípios das regiões de Apucarana, Arapongas, Campo Mourão, Cianorte, Guaíra, Ivaiporã, Maringá, Paranavaí, Pitanga e Umuarama.

A emissora começou com a transmissão da programação da Tv Record. Meses depois passou a ser uma das afiliadas do Globo no Paraná. No final dos anos setenta, com a perseguição imposta pelo regime militar ao ex-governador Paulo Pimentel, a TV Tibagi, a exemplo da TV Iguaçu, perdeu a programação da rede carioca. Em 1982 ela passou a transmitir o SBT, rede criada pelo apresentador Silvio Santos.

A área de abrangência da emissora tem uma população de 2,5 milhões de habitantes. A economia da região é basicamente formada pela atividade agrícola e a industrialização de muitos produtos do campo. Ao longo das três últimas décadas, a TV Tibagi participou ativamente da vida social, econômica e política do Norte e Noroeste paranaenses e do Vale do Ivaí.

Desde a sua fundação, a sede da TV Tibagi está em Apucarana, mas desde 1990, quando o Grupo Paulo Pimentel inaugurou uma regional em Maringá, a emissora tem estúdios de gravação e ilhas de edição para atender os departamentos de jornalismo e comercial na Cidade Canção.

Pela comemoração de seus gloriosos 32 anos de fundação, receba a TV Tibagi - Grupo Paulo Pimentel (Rua João Tscharnel, 800 - Cidade da Comunicação - JD. Mercês - CEP - 80820-010 - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2528

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o

douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de Lobato, pela comemoração de seus 45 anos. Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Lobato, completou em data de 30 de julho deste ano seus 45 anos de existência. Sua história tem origem nos núcleos de povoação da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná que se tornaram grandes centros urbanos e Lobato foi um deles, pois cresceu e prosperou.

Os primeiros compradores de terras estabeleceram-se em Lobato em 1948 e foram os pioneiros da cidade. Por seu rápido desenvolvimento, Lobato nem chegou a ser elevado ao estágio de distrito administrativo, tendo sido elevado diretamente à categoria de município emancipado, desmembrando-se do município de Astorga, a quem pertencia territorial e judicialmente. Isso ocorreu em data de 31 de julho de 1956, através da Lei Estadual nº 2804, sancionada pelo governador Moysés Lupion.

A instalação oficial do município deu-se em data de 14 de dezembro de 1956, sendo empossado na ocasião o primeiro prefeito municipal eleito, Sr. Ildefonso Martins Portelinha e também a primeira Câmara de Vereadores.

Quando de sua emancipação política, Lobato tinha 1.200 habitantes e a sua economia estava calcada na cafeicultura, secundada pelo algodão, milho, feijão e arroz. Nesta época, a diversão da população eram as fitas assistidas no Cine Marabá, que acomodava 230 pessoas e fez história no lugar, deixando muitas saudades.

Hoje Lobato tem cerca de 6 mil habitantes, e cresce a cada dia. Já se vão longe as lembranças do Cine Marabá, mas Lobato cresceu e se desenvolveu, abrigando atualmente micro, pequenas, médias e também grandes empresas que fazem ir para frente a economia da cidade, junto com a agricultura e pecuária que estão sempre avançando.

Quem visita Lobato sempre volta. Seus habitantes são hospitaleiros e muito trabalhadores e com a força e a dedicação dos lobatenses a cidade avança firme para o futuro. Seu nome homenageia o escritor José Bento Monteiro Lobato e a cidade faz divisa com diversos outros municípios como Atalaia, Colorado, Cruzeiro do Sul, Flórida, Paranacity, Santa Fé e Uniflor, pertencendo à Comarca de Colorado.

Pela comemoração dos gloriosos 45 anos de fundação, receba o município de Lobato, através de sua prefeita Tânia Martins Costa - (Rua Antonio Coletto, 1260, CEP:86790-000, Lobato-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2529

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à

Assefacre - Associação dos Servidores da Secretaria da Fazenda e Coordenação da Receita do Estado do Paraná, pela comemoração de seus 13 anos.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Assefacre comemorou em data de 08 de julho de 2001, seus 13 anos de fundação. A idéia da Associação surgiu desde 22 de abril de 1988, e desde lá a instituição vem trabalhando para conseguir o melhor para seus associados, sendo uma das entidades mais representativas do Estado.

Naquele ano, uma primeira comissão realizou reunião no setor de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Fazenda. Esta comissão analisou diversos estatutos de instituições similares e, com a colaboração de diversos colegas foi possível, em 08 de junho do mesmo ano, a aprovação do estatuto e a fundação da Assefacre, no plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado.

Em 29 de julho foi eleita a primeira diretoria, sendo seu primeiro presidente o Sr. Luiz Alberto de Souza. De lá para cá muita coisa aconteceu, a Assefacre cresceu e em 2000 realizou seu antigo sonho, fixou-se em sede própria na Rua XV de Novembro.

Com o firme propósito que sempre norteou aquela instituição, de defender os interesses de seus associados, a Assefacre sempre esteve presente em todas as questões de interesse dos funcionários. Com esta consciência, alcançou a excelência no trabalho e continua cada vez mais a trabalhar dentro de uma política séria, administração segura e planejamento competente.

Pela comemoração de seus gloriosos 13 anos de existência, receba a Assefacre, através de seu presidente - Renato Luiz Koladicz (Rua XV de Novembro, 575 - 8º andar - CEP: 80020-310 - Curitiba-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2530

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação Comercial, Industrial, Agrícola e de Prestação de Serviços de São José dos Pinhais, pela comemoração de seus 37 anos.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial Industrial, Agrícola e de Prestação de Serviços de São José dos Pinhais comemorou durante o mês de julho seus 37 anos de existência.

A história da ACIAP começou nos anos 60, quando o então gerente bancário Sr. Moacir Lacerda Novak, foi transferido do município de Canoinhas-SC para São José dos Pinhais. Tendo chegado na cidade em 1959, disse que sentia falta de uma entidade que lutasse pelos direitos e interesses do empresariado local.

Tomando como base o estatuto da Associação Comercial de Canoinhas e com o auxílio da Associação Comercial do Paraná, o Sr. José Novak criou a ACIAP, da qual foi proclamado o primeiro presidente.

De lá para cá muita coisa mudou. A cidade de São José dos Pinhais cresceu e junto com ela o comércio, além de outros segmentos importantes como a agricultura, serviços, indústria, etc. Graças à forte atuação da ACIAP foi possível a estes segmentos crescerem amparados, sempre dentro de um planejamento adequado e de uma política justa, já que a instituição esteve à frente dos mesmos para defender-lhes os interesses em todas as questões. Desafios foram vencidos e obstáculos ultrapassados - diante das constantes crises por que passaram e passam os setores abrangidos pela ACIAP, a instituição esteve trabalhando para dar o melhor de si aos seus associados.

Pela homenagem dos seus 37 anos, receba a ACIP (Rua Joaquim Nabuco, 1869 - Centro - CEP: 83040-210 - São José dos Pinhais-PR), através de sua atual presidente - Sra. Mirian Stephanus, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2531

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação Paranaense do Ministério Público, pela posse de sua nova diretoria.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense do Ministério Público empossou em data de 27 de julho de 2001 a sua nova diretoria, que ficou assim constituída:

- Presidente: Maria Tereza Uille Gomes
- 1º Vice-Presidente: Cid Marcus Vasques
- 2º Vice-Presidente: Valdecir Guidini de Moraes
- 1º Secretário: Arion Rolim Pereira
- 2º Secretário: Júlio Cesar Caldas
- 1º Tesoureiro: Wanderlei Carvalho da Silva
- 2º Tesoureiro: Camille Marques Dib Crippa
- Diretor de Patrimônio: Altair Pissaia
- Conselho Fiscal: Olympio de Sá Sotto Maior Netto, Eliseu Auth e Paulo Cesar Vieira Tavares.

A toda a nova diretoria da Associação Paranaense do Ministério Público (Av. Cândido de Abreu, 526 - 10º andar - Torre A - CEP: 80530-905 - Curitiba-PR), pela posse, com desejos de sucesso na nova gestão, recebam os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2532

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o

douto Plenário, o envio de votos de congratulações à nova diretoria eleita do Sindimóveis.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Sindimóveis está empossando sua nova diretoria, que ficou assim composta:

Diretores Efetivos:

- Presidente: Daniel Fuzetto
- 1º Vice-Presidente: José Raimundo Roszkowski
- 2º Vice-Presidente: Marcelo Daga G. de Araújo
- Secretário: José Roberto I. Bonatto
- 2º Secretário: Darci Cantelli
- Tesoureiro: Marcelo Taborda de Freitas
- 2º Tesoureiro: Gabriel José Picler
- Diretor de Patrimônio: Alice Andriago Moreira
- Diretor Social: Antonio Leomar Colla

Diretores Nomeados:

- Diretor de Comunicação: J. D. Silva
- Diretor de Sede Campestre: Nelson Maximowicz
- Diretor de Esporte: Silvestre Olenik
- Diretor de Convênios: José Genolino da Silva

Carneiro

Diretores:

- Marcos de Assis Machado
- Carlos Augusto Choma
- Antonio Borges dos Reis
- Gerson Carlos da Silva
- Brasil Paraná de Cristo Segundo
- Elias Gomes Soares
- Jalber Machado Valente dos Santos
- Douglas Vinícius dos Santos
- José da Silva

Conselho Fiscal:

Efetivos: Henrique Wolkoff e Leonir Stedile.

Suplentes: José Tomé de Lima, Edem Miler de Souza e Silvestre Olenik.

Delegados Representantes junto à Fenaci:

Efetivos: Daniel Fuzetto e José G. S. Carneiro.

Suplentes: José R. Roszkowski e Leonir Stedile.

A toda a nova diretoria eleita do Sindimóveis (Rua Marechal Deodoro, 497 - 8º andar-Curitiba-PR), com desejos de sucesso na nova gestão, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2544

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de votos de congratulações ao jornal Folha do Paraná pelo editorial publicado no dia 21/08/2001, sob o título "Derrota para o Paraná", que retrata com lucidez os prejuízos que nosso Estado terá diante do resultado da votação do projeto de iniciativa popular, que revogaria a Lei nº 12.355/98.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2545

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Polícia Militar do Paraná, alusivos à comemoração dos 147 anos da Corporação.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao comandante geral da Polícia Militar do Paraná coronel QOPM Gilberto Foltran, através de correspondência a ser encaminhada a Avenida Marechal Floriano Peixoto, 1401, CEP: 80230-110, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2546

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações a Editora Amigos da Natureza, alusivos ao lançamento da Revista "Amigos da Natureza", que ocorreu no último dia 10 de agosto.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Sr. Arno Kunzler, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Sete de Setembro, 1233, CEP: 85960-000, Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2547

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Itaipu, alusivas à solenidade de inauguração da "Escola do Amanhã", que ocorreu no dia 17 de agosto.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Sr. Cláudio Eberhard e a vice-prefeita senhora Lenir Spada, através de correspondência oficial desta Casa de Leis para Prefeitura Municipal da Terezinha do Itaipu-PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2548

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Hospital de Clínicas do Paraná, alusivos à comemoração do 40º aniversário do HC, que ocorrerá dia 25 de agosto.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prof. Dr. Carlos Roberto Antunes dos Santos, e ao Prof.

Dr. Luiz Carlos Sobania, através de correspondência a ser encaminhada à Rua General Carneiro, 181, CEP: 80060-900, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2549

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Associação das Emisoras de Radiodifusão do Paraná, alusivos à posse da nova diretoria para o biênio 2001/2003.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente Sr. Valdecir Luiz Pagnoncelli, através de correspondência a ser encaminhada a Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 417, 13º andar, CEP: 80410-180, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2550

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Associação de Apicultores do Oeste do Paraná, alusivos à realização do 14º Simpósio Paranaense de Apicultura, que ocorrerá no próximo dia 24 de agosto.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente Sr. José Lothário Lohmann, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Dom João VI, 915, CEP: 85960-000, Marechal Cândido Rondon -PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2551

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Associação de Micro e Pequenas Empresas de Cascavel - AMIC, alusivos a comemoração do seu 17º aniversário, que ocorrerá no próximo dia 25 de agosto.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente, Sr. Othmar Heleno Rempel, através de correspondência a ser encaminhada à Rua da Lapa, 1927, CEP: 85807-620, Cascavel-PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2552

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Cooperativa de Crédito Rural Cataratas do Iguaçu, alusivos à inauguração do novo prédio e instalações da sua agência na cidade de Santa Helena, que ocorrerá no próximo dia 15 de setembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente, Sr. Manfred Alfonso Dasenbrock, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Argentina, Centro, CEP: 85892-000, Santa Helena-PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2575

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Hospital da Clínicas da Universidade Federal do Paraná, alusivo ao seu 40º aniversário comemorado em 25 de agosto.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao diretor geral Dr. Luiz Carlos Sobania, através de correspondência a ser encaminhada, a Gal. Carneiro, 181, CEP:80060-150, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2585

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Colégio Saint Germain, pela comemoração de seus 12 anos de atividades.

Sala as Sessões, em 27.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O colégio Saint Germain está comemorando 12 anos de atividades. Fundado em 1989, quando foi implantado a Educação Infantil nas modalidades de Maternal e Jardim de Infância, para atendimento de uma clientela de 02 a 06 anos, a escola funcionava em imóvel locado.

No ano de 1992, foi solicitada autorização para funcionamento de 1º Grau Regular, nas séries iniciais, iniciando assim uma nova etapa na instituição. Posteriormente foi instituído o Ensino Fundamental.

A Escola Saint Germain é conveniada ao Colégio Dom Bosco, do qual utiliza as apostilas, oferecendo assim ao educando um ensino de maior qualidade.

Em 1999 a escola mudou-se para sede própria, que foi estruturada de forma a proporcionar atendimento ideal à clientela, dispondo inclusive de cancha polivalente para a prática de esportes e lazer, disponível para os alunos em horários alternativos ou para competições, das quais a Escola participa em campeonatos com escolas públicas, particulares e outras entidades.

A Escola possui ainda Biblioteca muito bem equipada, tendo criado inclusive o programa Hora do Conto (que busca incentivar o gosto pela leitura); possui também laboratório de informática bem equipado, de modo a oferecer aos alunos o melhor ensino possível.

Procurando desenvolver um projeto único e solidário, com a participação de todos os envolvidos no processo educacional, atendendo sempre uma mesma filosofia de trabalho, a Escola vem buscando sempre, com amor e dedicação, fazer com que o educando se desenvolva dentro de um processo integral que o faz ser um cidadão por excelência.

Dentro dessa filosofia, a Escola está trabalhando com o “Projeto Saint Germain”, dando atendimento aos jovens e adolescentes do projeto Apoio, incentivando nossos co-irmãos no estudo, no lazer e na valorização do ser humano.

pela comemoração dos gloriosos 12 anos de atividades, receba a Escola Saint Germain (Rua Dr. Luiz Fernando Van Der Broocke, 174- Bacacheri- Curitiba/PR- 82.520.040), através de seu corpo administrativo: Rosane Heller (Diretora Administrativa), Denise Mann (Diretora pedagógica) Vilma B. Schleder (Coordenadora pedagógica) e Marlene R. Stelle (Coordenadora Pedagógica), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2586

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Paróquia de Nossa Senhora do Carmo pela comemoração dos 750 anos do Escapulário de Nossa Senhora do Carmo.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Igreja Católica comemorou durante o mês de julho, os 750 anos do escapulário de Nossa Senhora do Carmo. É grande o número de fiéis que são devotos da Santa e que todos os anos se reúnem em torno de paróquias com a Igreja de Nossa Senhora do Carmo - única na Capital que leva o seu nome.

Concedido pela Virgem Maria a São Simão Stock, em uma aparição em 16 de julho de 1251, o escapulário foi no início de uso exclusivo dos religiosos da ordem dos Carmelitas. O objeto - uma espécie de avental de tecido marron - teve seu tamanho reduzido e se transformou em um cordão hoje usado por milhares de fiéis em todo o mundo.

O escapulário leva em um lado a imagem de Nossa Senhora do Carmo e de outro, do Sagrado Coração de Jesus. Quando apareceu a São Simão, Maria teria entregue o objeto e prometido livrar do inferno os devotos que usassem o escapulário.

O objeto deve ser concedido ao devoto apenas uma vez por um sacerdote ou leigo autorizado, Outra reco-

mendação para quem tem escapulário é a oração de três Ave Maria por dia.

Pela gloriosa comemoração de 750 anos do escapulário de Nossa Senhora do Carmo, receba a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Av. Mal. Floriano Peixoto, 8520 - Curitiba/PR) através do Pároco - Padre Luiz Alberto Kleina, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2533

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado de Esporte e Cultura e Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo, solicitando informações, quanto ao Projeto Verão Costa Oeste para a próxima temporada.

A apresentação deste requerimento deve-se ao fato de que as lideranças políticas e sociais, da mencionada região estão preocupadas, com a iminência de baixa do lago de Itaipu, causando prejuízos às inúmeras comunidades que dependem quase que exclusivamente da temporada de verão.

Neste sentido, espera-se o apoio do Governo do Estado através da realização de atividades esportivas e recreativas para atrair público nos Terminais Turísticos.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2534

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para as Polícias Militar e Civil de Missal.

A apresentação do presente requerimento visa incluir o município mencionado nos convênios relativos ao Plano Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Recentemente, recebemos relatório da Secretaria de Estado da Segurança Pública mencionando que tais convênios somam R\$16.800.000,00 (dezesesseis milhões e oitocentos mil reais).

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2535

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para as Polícias Militar e Civil de Matelândia.

A apresentação do presente requerimento visa incluir o município mencionado nos convênios relativos

ao Plano Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Recentemente, recebemos relatório da Secretaria de Estado Pública mencionando que tais convênios somam R\$16.800.000,00 (dezesesseis milhões e oitocentos mil reais).

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2536

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para as Polícias Militar e Civil de Santa Helena.

A apresentação do presente requerimento visa incluir o município mencionado nos convênios relativos ao Plano Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Recentemente, recebemos relatório da Secretaria de Estado da Segurança Pública mencionando que tais convênios somam R\$16.800.000,00 (dezesesseis milhões e oitocentos mil reais).

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2537

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para as Polícias Militar e Civil de São José das Palmeiras.

A apresentação do presente requerimento visa incluir o município mencionado nos convênios relativos ao Plano Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Recentemente, recebemos relatório da Secretaria de Estado da Segurança Pública mencionando que tais convênios somam R\$16.800.000,00 (dezesesseis milhões e oitocentos mil reais).

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2538

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para as Polícias Militar e Civil de Ramilândia.

A apresentação do presente requerimento visa incluir o município mencionado nos convênios relativos ao Plano Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Recentemente, recebemos relatório da Secretaria de Estado da Pública mencionando que tais convênios somam R\$16.800.000,00 (dezesesseis milhões e oitocentos mil reais).

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2539

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para as Polícias Militar e Civil de Foz do Iguaçu.

A apresentação do presente requerimento visa incluir o município mencionado nos convênios relativos ao Plano Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Recentemente, recebemos relatório da Secretaria de Estado da Segurança Pública mencionando que tais convênios somam R\$16.800.000,00 (dezesesseis milhões e oitocentos mil reais).

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2540

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para as Polícias Militar e Civil de São Miguel do Iguaçu.

A apresentação do presente requerimento visa incluir o município mencionado nos convênios relativos ao Plano Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Recentemente, recebemos relatório da Secretaria de Estado da Segurança Pública mencionando que tais convênios somam R\$16.800.000,00 (dezesesseis milhões e oitocentos mil reais).

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2541

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para as Polícias Militar e Civil de Santa terezinha de Itaipu.

A apresentação do presente requerimento visa incluir o município mencionado nos convênios relativos ao Plano Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Recentemente, recebemos relatório da Secretaria de Estado da Segurança Pública mencionando que tais convênios somam R\$16.800.000,00 (dezesesseis milhões e oitocentos mil reais).

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2542

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para as Polícias Militar e Civil de Serranópolis.

A apresentação do presente requerimento visa incluir o município mencionado nos convênios relativos ao Plano Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Recentemente, recebemos relatório da Secretaria de Estado da Segurança Pública mencionando que tais convênios somam R\$16.800.000,00 (dezesesseis milhões e oitocentos mil reais).

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2543

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para as Polícias Militar e Civil de Medianeira.

A apresentação do presente requerimento visa incluir o município mencionado nos convênios relativos ao Plano Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Recentemente, recebemos relatório da Secretaria de Estado da Segurança Pública mencionando que tais convênios somam R\$16.800.000,00 (dezesesseis milhões e oitocentos mil reais).

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2482

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais da Assembleia Legislativa do Paraná o editorial da Folha de Londrina/Folha do Paraná "Um dia de Esperança", publicado na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Diretor Superintendente, Sr. José Eduardo de Andrade Vieira, ao Diretor Presidente, Sr. João Milanez e ao Diretor Regional de Curitiba, Sr. Germano Vieira, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Mauá, 1133, CEP 80030-200, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2509

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do Ofício Circular nº 041/2001, de 26 de junho de 2001, do Exmo. Sr., vereador Antônio Claudino Ziemer, presidente, e subscrito por todos os senhores vereadores da Câmara Municipal de Antonio Olinto.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. vereador Antônio Claudino Ziemer, DD presidente da Câmara, para que receba e transmita a todos os senhores vereadores, a decisão da Assembléia do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Para legar aos pósteros, estamos requerendo a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa, do Ofício Circular nº 041/2001 de 26 de junho de 2001, do vereador Antônio Claudino Ziemer, e subscrito por todos os vereadores da Câmara Municipal de Antonio Olinto.

REQUERIMENTO Nº 2510

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, o Ofício Circular nº 639/2001, datado de 14 de agosto de 2001, do Exmo. Sr., vereador Nereu Faustino Ceni, presidente, e subscrito por todos os senhores vereadores da Câmara Municipal de Pato Branco.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Sr. vereador Nereu Faustino Ceni, DD presidente da Câmara de vereadores de Pato Branco, para que receba e transmita a todos os senhores vereadores, a decisão da Assembléia do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Ofício nº 639/2001 do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco que estamos solicitando a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, servirá para legar aos pósteros tão importante assunto.

REQUERIMENTO Nº 2554

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Assembléia Legislativa do Estado do artigo “Derrota para o Paraná”,

publicado no Editorial do jornal Folha do Paraná, em data de 21 de agosto de 2001.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22/2001

A Assembléia legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito nos municípios de Matinhos e Guaratuba, para que a população decida sobre a transferência das localidades de Prainha e Cabaraquara (memorial descritivo abaixo) pertencentes ao município de Guaratuba, ao território do município de Matinhos.

“Começa na cumeada do morro denominado Pico Agudo, de onde uma linha reta alcança a nascente do Rio Cambará, pelo qual desce até sua foz no Rio Guaraguaçu e por este abaixo até alcançar o Ribeirão Pai Antonio, seguindo daí em linha reta até alcançar a localidade denominada Praia das Monções; deste ponto segue pela costa até a foz do Rio Fundo, subindo então pelo Rio Fundo até a foz do Rio Pinheiro; sobe pelo Rio Pinheiro até a sua cabeceira, de onde em reta alcança a cumeada do Morro do Batatal, seguindo pela linha das cumeadas do Morro Canela e Morro da Furna, até alcançar o Pico Agudo, ponto de partida”.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A motivação do presente projeto de resolução é de corrigir uma distorção que há muito perdura e prejudica a população das localidades denominadas Prainha e Cabaraquara, que pertencem por lei ao município de Guaratuba, mas geograficamente se encontram mais perto da sede do município de Matinhos e são atendidos em suas necessidades pela Prefeitura Municipal de Matinhos.

Existe entre as localidades já denominadas e a sede no município de Guaratuba, uma divisa natural que é a baía do mesmo nome, dificultando o atendimento da prefeitura daquele Município aos reclamos dos habitantes da Prainha e Cabaraquara, reclamos esses atendidos em sua grande maioria pela Prefeitura Municipal de Matinhos, tais como: ônibus escolar, hospital, lixo, água, luz, telefone, policiamento, bem como, mais de 80% dos eleitores da região são cadastrados no município de Matinhos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares, para corrigir uma injustiça, e propiciar aos habitantes de prainha e Cabaraquara numa melhor prestação de serviço público.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº..../2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibido em todo o Estado do Paraná, a venda, concessão ou qualquer outro tipo de alienação no setor de geração de energia elétrica, pelo Governo do Estado ou qualquer outro órgão da administração direta ou indireta do Poder Executivo.

Art. 2º - Nenhuma forma de negociação do setor energético poderá ser oferecida, seja em quotas, ações ou no todo, mesmo que seja por caução ou garantia para operações de crédito.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) TONY GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Pretende o presente projeto de lei, defender os interesses maiores da população no que se refere à geração de energia elétrica, principalmente nestes tempos de campanhas para a economia de energia elétrica que mobiliza todos os setores da nossa sociedade.

A crise energética que assola o País, leva este parlamentar a preocupar-se com a possibilidade da sua geração cair em mãos de empresários inescrupulosos, vindos de outros países, sem um mínimo de preocupação com a população, mas sim, visando única e exclusivamente o lucro e a recuperação do capital aplicado.

Além disso, pretende o presente projeto de lei, manter o controle sobre a preservação dos nossos rios.

Preocupa-se o presente projeto de lei, com o futuro buscando preservar o interesse populacional e sua economia, pois, a geração de energia nas mãos da iniciativa privada causará - no mínimo - um aumento substancial na conta de luz de uma população já altamente prejudicada com o seu baixo poder aquisitivo.

Entenda-se, ainda, como preocupação deste projeto de lei, manter-se o controle pelo poder público de uma situação, que, na iniciativa privada, poderá ser irreversível num futuro próximo.

PROJETO DE LEI Nº 347/2001
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 1º, Incisos I e II, da Lei nº 7.275, de 27 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - O Distrito Administrativo de Piriquitos, no município de Ponta Grossa, mantidas as divisas do

Distrito Judiciário e a atual sede, passa a ter as seguintes divisas:

“a área do distrito de Piriquitos, com sede no bairro Nova Rússia, abrangido pelo seguinte perímetro, inicia no encontro da BR-376, com o Arroio da Ronda, subindo por este até a sua cabeceira, donde em reta por uma linha seca alcança a cabeceira do Arroio Lageado Grande, subindo por este até encontrar a linha férrea, seguindo por ela até a PR-11, seguindo por ela até encontrar o Rio Pitangui, no sentido Nordeste, seguindo por ele no sentido Norte até o encontro do Rio Pitangui, com o Rio Areião, vindo pelo Rio Pitangui, até o encontro com o Rio Tibagi, seguindo por ele no sentido Sudoeste até encontrar a BR-376, seguindo por ela no sentido sudeste até encontrar o Arroio da Ronda”.

Art. 2º - O artigo 1º da Lei nº 297, de 13 de março de 1897, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O Distrito Administrativo de Uvaia, no município de Ponta Grossa, mantidas as divisas do Distrito Judiciário, a atual sede no Jardim Santana do Sabará, e as seguintes divisas:

“a área do Distrito de Uvaia, com sede no jardim Santana do Sabará abrangido pelo seguinte perímetro: inicia na confluência entre o Arroio da Ronda, com o Rio Tibagi, seguindo pelo Arroio da Ronda até encontrar a BR-376, seguindo por esta no sentido Nordeste, até encontrar o Rio Tibagi, seguindo por ele até encontrar o Marco Zero (confluência do Rio Tibagi com o Arroio da Ronda).

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O município de Ponta Grossa através de processo legislativo, alterou a sede do Distrito Administrativo de Uvaia, pela Lei Municipal nº 6.306/99, bem como definiu as divisas certas e corretas entre os distritos Administrativos de Piriquitos e Uvaia. Todavia, perdura dúvida entre a população no tocante à circunscrição dos Distritos Administrativos e Judiciários, resultando em graves problemas, ressaltando-se a necessidade de definir os mesmos limites que foram fixados pela Lei Municipal nº 6.306/99. Salientando-se ainda que a Constituição Federal de 1988 (art. 30, IV) e Lei Complementar Estadual nº 64, de 16.07.1992, dá a prerrogativa da criação e delimitação de distritos administrativos aos municípios e quanto aos Distritos Judiciários permanecem no âmbito da Legislação Estadual (art. 25, parágrafo 1º). Daí havendo divergências entre as delimitações nas áreas dos distritos, quanto às leis estaduais e nas leis municipais, resultando dificuldades e transtornos à comunidade como um todo, ao Departamento de Correios e Telégrafos, e em especial ao IBGE - Instituto Brasileiro de Estatísticas, por ocasião dos censos realizados, visto que em suas regionais constam mapeamento fornecido pelo estado de uma forma (Dis-

trito Judiciário) e outro pelo Município de forma totalmente diferenciada (Distrito Administrativo) portanto, o presente projeto, funda-se no sentido de homogenizar as leis estaduais com as leis municipais.

PROJETO DE LEI Nº 348/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os laboratórios particulares e os contratados e conveniados que integram o Sistema Único de Saúde - SUS - ficam obrigados a notificar aos médicos os resultados de exames que indiquem a existência de doenças que possam colocar em risco a vida do paciente.

§ 1º - As doenças a que se refere o “caput” deste artigo serão definidas em regulamento;

§ 2º - Os médicos notificados na forma do “caput” deste artigo encarregar-se-ão, pelos meios de que dispuserem de convocar o paciente para informá-lo do diagnóstico e do prognóstico de sua doença.

Art. 2º - Os laboratórios particulares e os contratados e conveniados integrantes do SUS que descumprirem esta lei, estão sujeitos às seguintes penalidades:

I - Advertência, na primeira- Multa no (mil Unidades fiscais de Referência) na segunda ocorrência;

III- Multa equivalente ao dobro do valor estipulado no inciso II, nas ocorrências subsequentes.

Parágrafo Único - Os responsáveis por laboratório do Estado que descumprirem esta lei, sujeitam-se às sanções administrativas previstas na legislação pertinente.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias da sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, tem por objetivo corrigir algumas distorções e disciplinar informações aos órgãos competentes ligados à área da saúde, com relação aos diagnósticos de exames em pacientes que corram risco de vida.

Somos conhecedores que nos casos de doenças infecto-contagiosas, o SUS tem um sistema de informações que aciona os órgãos competentes automaticamente, proporcionando informação e orientação corretas ao paciente, ficando uma lacuna quanto às doenças que possam colocar em risco de vida o paciente.

Assim sendo, colocamos para a apreciação do douto Plenário, o presente plano de lei, ao mesmo tempo

em que solicitamos aos demais pares desta Casa de Leis seu apoio para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 349/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção da Usina Hidrelétrica de Ourinhos, com eixo da barragem situado entre o município de Jacarezinho e o Estado de São Paulo e o reservatório, também no Rio de Paranapanema no trecho situado entre os municípios de Jacarezinho e Ribeirão Claro.

Art. 2º - A construção da usina, mencionada no art. 1º desta lei, está condicionada à discussão do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) em audiência pública, com a participação das populações atingidas pelo empreendimento, e o cumprimento das formas ambientais emanadas do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A anuência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná constituiu-se em ato de extrema importância para a implementação da Usina Hidrelétrica de Ourinhos, visto determinação contida no art. 209, da Constituição do Estado do Paraná, que dispõe que dependerá da aprovação do Poder Legislativo à construção de centrais hidrelétricas no Estado.

Procuramos assegurar no texto deste projeto de lei, todas as garantias constitucionais e ambientais, condicionando a construção da usina a uma ampla discussão do Rima com a comunidade dos municípios envolvidos e ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo Instituto Ambiental do Paraná.

Numa época de crise nacional de energia não precisamos nem justificar a importância desse empreendimento, que temos a certeza será de grande valia para minorar a escassez energética em nosso Estado e no Brasil, num todo.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 350/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto da Fraternidade Universal, com sede e foro na cidade de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

IFU- Instituto da Fraternidade Universal, instituição fundada em 05 de fevereiro de 1980, de caráter filantrópica e assistencial, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, composta de associados em número ilimitado, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, à rua XV de Novembro, 279.

A referida entidade vem desenvolvendo trabalhos com as comunidades carentes do município de Almirante Tamandaré, atende crianças e adolescentes desprovidos de qualquer assistência a escolas públicas e creches comunitárias, atende também direitos dos cidadãos, recuperação de pessoas usuárias ou portadores de dependência química, assistência pedagógica e vítima de maus tratos de qualquer natureza.

PROJETO DE LEI Nº 351/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída a “Semana Estadual de Arrecadação de Sobras de Medicamentos”, dentro do prazo de validade, no âmbito do Estado do Paraná e adota outras providências.

Art. 2º - A semana, disposta no artigo anterior, corresponderá, anualmente, a última do mês de setembro.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Saúde firmará convênios com entidades representativas da sociedade, objetivando auxílio na captação dos medicamentos.

Art. 4º - A Secretaria de Estado da Saúde adotará mecanismos para avaliação dos medicamentos arrecadados, bem como sistematizar a distribuição gratuita às comunidades carentes de baixa renda.

Art. 5º - O Poder Executivo no período que antecede a Semana de Arrecadação, realizará ampla campanha de divulgação do evento, através dos veículos de comunicação de massa, bem como em veículos alternativos (jornais comunitários, panfletos, painéis e eventos) que possibilitem a divulgação da semana.

Art. 6º - As despesas orçamentárias decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado da Saúde, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

Em geral, as embalagens de medicamentos trazem quantidades maiores de doses de remédio necessárias ao tratamento do paciente. Assim, portadores de doenças que necessitam de doses menores, quando curados, terminam por deixar em seus armários, sobras que, sem dúvida alguma, serão de grande utilidade às pessoas mais carentes.

A proposta desse projeto não requer mais justificativas, objetiva a arrecadação dessas sobras.

A proposta que a Semana da Arrecadação dos Medicamentos seja realizada na última semana do mês de setembro, justifica-se por ser o período de saída da estação de inverno, período em que as pessoas estão mais vulneráveis a contrair doenças.

Desta forma, contamos com o apoio dos nobres deputados para a aprovação da proposição em questão.

PROJETO DE LEI Nº 352/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 6.139, de 13 de agosto de 1970, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial, com sede e foro nesta Capital”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.03.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Feminina de Educação à Criança Excepcional, fundada em 27 de outubro de 1967, tem prestado relevantes serviços à comunidade da Região Metropolitana de Curitiba, na promoção do bem-estar moral, assistencial e educacional ao cidadão especial e sua família.

Na Assembléia Geral Extraordinária do dia 20 de setembro de 2000, foi aprovada a alteração da denominação da entidade para Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial, com o objetivo de trocar palavras em desuso por expressões mais condizentes, com o maravilhoso trabalho da associação.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 353/2001
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ACAP- Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Paraná, com sede e foro na cidade de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Paraná, situada a Rua Guaianazes, 1258, Bairro Água verde, Curitiba, com sede e foro no município de Curitiba-PR, fundada em 18.02.98, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, e tem por finalidade a estimular o desenvolvimento agrícola, comunitário e tem por finalidade defender os interesses sociais e econômicos de seus associados, capacitação e formação dos agricultores e suas famílias, celebrar convênios com universidades...

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade.

Face às características, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994, de 10.01.78, que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 354/2001
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção da Usina Hidrelétrica de Piquiri, com eixo da barragem situado entre os municípios de Guaraniaçu e Altamira o paraná, e o reservatório, também no Rio Piquiri, no trecho situado entre os municípios de Guaraniaçu, Diamante do Sul, Nova Laranjeiras, Altamira do Paraná e Laranjal.

Art. 2º - A construção da usina, mencionada no art. 1º desta lei, está condicionada à discussão do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) em audiência pública, com a participação das populações atingidas pelo empreendimento, e o cumprimento das formas ambientais emanadas do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A anuência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná constituiu-se em ato de extrema importância

para a implementação da Usina Hidrelétrica de Piquiri, visto determinação contida no art. 209, da Constituição do Estado do Paraná, que dispõe que dependerá da aprovação do Poder Legislativo à construção de centrais hidrelétricas no Estado.

Procuramos assegurar no texto deste projeto de lei, todas as garantias constitucionais e ambientais, condicionando a construção da usina a uma ampla discussão do Rima com a comunidade dos municípios envolvidos e ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo Instituto Ambiental do Paraná.

Numa época de crise nacional de energia não precisamos nem justificar a importância desse empreendimento, que temos a certeza será de grande valia para minorar a escassez energética em nosso Estado e no Brasil, num todo.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 355/2001
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a prorrogação por até 30 anos o prazo de pagamento dos créditos contraídos por pessoas físicas e jurídicas junto ao Banco do Estado do Paraná S/A e hoje sob gestão da Agência de Fomento do Paraná S/A.

Art. 2º - Terão direito à prorrogação prevista no artigo 1º as pessoas físicas e jurídicas titulares em contratos de operações de crédito relativo a financiamentos para aquisição de caminhões, máquinas e implementos agrícolas e para edificação e obras civis em propriedades rurais.

Art. 3º - No recálculo, as dívidas serão convertidas pelo valor do bem financiado auferido por avaliação no período da repactuação, excluídos juros e multas incidentes desde o inadimplemento da primeira parcela.

Art. 4º - Os valores obtidos a partir do recálculo serão convertidos pela equivalência em produto (milho) e as amortizações serão feitas em parcelas anuais em moeda corrente.

Art. 5º - O Poder Executivo baixará as normas necessárias a implementação das regras previstas na presente lei.

Art. 6º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

São milhares os devedores atualmente absolutamente impossibilitados de adimplemento dos financia-

mentos tomados junto ao Banestado devido aos valores astronômicos que assumiram devido às correções, juros e multas incidentes sobre as parcelas inadimplidas. Esta dificuldade está sendo vivida especialmente por pequenos e médios produtores rurais, muitos dos quais contraíram financiamentos nos termos dos programas “Panela Cheia” e “Bom Emprego”, empresários do setor de transformação de produtos primários, como as farinhas, e autônomos titulares de pequenos negócios.

O devedor desejoso de pagar - a esmagadora maioria - não conseguirá fazê-lo nos termos atualmente vigentes. Para que o devedor consiga pagar e o Estado consiga receber, é preciso que se inaugurem novas regras que julgamos presentes no presente projeto de lei. Além do mais, o presente projeto de lei tem por espírito dar aos devedores as mesmas condições, em termos de prazo, que o Estado do Paraná obteve do Banco Central para sanar o Banestado.

As regras que pretendemos valer a partir deste projeto de lei visam, também, recuperar a capacidade dos agentes econômicos atualmente devedores, ou seja, fazê-los novamente capazes de investir em seus negócios, gerar empregos e renda e contribuir para a expansão da economia paranaense. Isto só é possível dando oportunidade aos mesmos para quitarem seus débitos, e, por consequência, retornarem ao mundo do crédito, pelo qual contrairão créditos destinados a novos negócios ou expansão dos já existentes.

Pelas regras que prevê o presente projeto de lei, será possível resgatar a quase totalidade dos créditos hoje a cargo da Agência de Fomento do Paraná S/A.

Por estas razões o presente projeto de lei é oportuno e precisa ser aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 356/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Educação, a implantar programa de ensino e aprendizagem da Linguagem dos Sinais - Datilogia - aos alunos da Rede Estadual de Ensino.

Parágrafo Único - Compreende-se como linguagem dos sinais - datilogia - o meio de comunicação visual-motora, como forma de expressão do deficiente auditivo e a sua língua natural.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Educação, através de seus departamentos, deverá garantir o acesso ao programa de ensino-aprendizagem desde a educação infantil até os níveis mais elevados do sistema educacional.

Art. 3º - A Administração Pública do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação, ofe-

recerá cursos para formação de profissionais intérpretes da linguagem dos sinais.

Art. 4º - O Poder Público Estadual fica autorizado a formalizar convênios com entidades sociais cuja finalidade seja o atendimento às pessoas surdas ou aos portadores de deficiência auditiva.

Art. 5º - Esta lei, entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

O mundo dos surdos é muito rico, bonito e emocionante. Quem tem a oportunidade de fazer parte desse universo pode aprender muito. Antigamente a psicologia do problema era pouco entendida e os deficientes auditivos eram tratados como pessoas com inteligência inferior. Como a falta de linguagem e a consequente mudez influencia diretamente no desenvolvimento psicológico das pessoas, os asilos eram o destino mais comum para eles, e a educação para surdos no Brasil começou há 400 anos aproximadamente.

Língua de sinais, datilogia (representação manual do alfabeto), códigos visuais, faziam parte da metodologia usada na França onde surgiram os primeiros educadores.

Com a linguagem dos sinais já bastante difundida a partir do século XVIII, e a observação do êxito, tanto na quantidade quanto na qualidade, foi possível para os surdos conquistar sua cidadania.

Os avanços tecnológicos facilitaram o aprendizado dos surdos e deram força ao oralismo a partir da segunda metade do século XIX. A língua oralista passou a ser esquecida e depois proibida. A linguagem oralista se baseava na crença de que modalidade oral era a única forma aceitável de comunicação para surdo; qualquer outra forma de gesticulação deveria ser evitada.

Na década de 60, a língua dos sinais voltou a ser usada, associada à forma oral e com o aparecimento de novas correntes, como a Comunicação Total e como a mais recente, o Biligüismo. Nessa época, a linguagem dos sinais ganhou status de língua.

A Comunicação Total defende a utilização de todos os recursos lingüísticos orais e visuais, simultaneamente, privilegiando a comunicação, e não apenas a língua materna, com a qual poderá desenvolver-se e comunicar-se com a comunicação de surdos, e a língua oficial de seus pais como a segunda língua.

A linguagem dos sinais é composta de todos os componentes pertencentes à linguagem oral como gramática, semântica, pragmática, sintaxe e outros elementos, preenchendo assim, os requisitos científicos considerada instrumental lingüístico de poder e força. Possui todos os elementos classificatórios identificáveis de uma língua que demanda prática para aprendizado como qualquer outra língua.

Portanto, é de fundamental importância que o Poder Executivo adote as providências necessárias, a fim de que, cada vez mais nossa população desenvolva a ótica suficiente para a questão, o que só pode ser conseguido na medida em que tal conhecimento seja-nos fornecido desde os bancos escolares.

Estas razões que nos levam à apresentação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 357/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Paróquia Senhora do Perpétuo Socorro, de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada numa das regiões mais populosas de Foz do Iguaçu, realiza um serviço permanente de atendimento aos mais necessitados.

Esse trabalho é coordenado pelo padre Paulo Carlos de Souza, que está na cidade há muitos anos e é um profundo conhecedor das mazelas sociais que atingem os iguaçuenses de sua comunidade.

A condição de Utilidade Pública, que ora sugiro a esta paróquia, vai possibilitar ao religioso expandir seu trabalho social, beneficiando mais moradores desta cidade que vêm sofrendo forte crise devido ao declínio das atividades de compras no Paraguai e retração do mercado turístico.

PROJETO DE LEI Nº 358/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Torna obrigatória a inclusão, na Rede Pública Estadual de Ensino, como conteúdo do ensino fundamental e médio da disciplina de História do Paraná, objetivando a formação de cidadãos conscientes da identidade, potencial e valorização do nosso Estado.

§ 1º - A disciplina História do Paraná deverá permanecer, como parte diversificada, no currículo em mais de uma série, baseada em bibliografia especializada.

§ 2º - A aprendizagem dos conteúdos curriculares deverão oferecer abordagens e atividades, promovendo a incorporação dos elementos formadores da cidadania paranaense, partindo do estudo das comunidades, municípios e microrregiões do Estado.

Art. 2º - A Bandeira, o Escudo e o Hino do Paraná, deverão ser incluídos nos conteúdos da disciplina História do Paraná.

Parágrafo único - O hasteamento da Bandeira do Estado e o canto do Hino do Paraná se constituirão atividades semanais regulares e, também, nas comemorações festivas nos estabelecimentos da Rede Pública Estadual.

Art. 3º - As instituições escolares e a comunidade poderão concorrer para a eficácia da aprendizagem da História do Paraná, através de um processo de cooperação permanente.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente plano de lei para atender antiga reivindicação da comunidade paranaense, quanto ao ensino da História do Paraná nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio no Estado do Paraná.

Apesar da existência da Proposta Pedagógica nº 14/99, deliberada e aprovada pelo Conselho Estadual de Ensino do Paraná, a história do nosso Estado não é tratada com a devida importância que merece. Recente pesquisa realizada pela Academia Paranaense de Letras comprova que o ensino e a aprendizagem da História do Paraná, na rede pública estadual, exige uma urgente reformulação.

A maioria dos cidadãos consultados afirma não conhecer a História do Paraná, mesmo os que já terminaram o Curso Superior de História. Esses depoimentos causam constrangimento em nossa sociedade, tendo em vista a evidência comprovada de que jovens e adultos não se recordam de leituras, estudos, pesquisas ou projetos sobre a nossa história, realizadas durante a sua escolarização.

O artigo 26 da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispõe que "os conteúdos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser contemplada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Sendo assim, esperamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto de lei em tela, que visa tornar obrigatório o ensino da História do Paraná, na rede pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 359/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o Dia da Lembrança dos

Heróis e Mártires da Segunda Guerra Mundial, a ser comemorado, anualmente, no dia oito de maio.

Art. 2º - O Poder Executivo, com a colaboração da Assembléia Legislativa do Estado, da Associação de Ex-Combatentes do Brasil e de todas as entidades envolvidas em movimentos da mesma natureza, promoverá atividades alusivas à efeméride.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Há necessidade premente e permanente de se lamentar, profundamente, os lastimosos fatos ocorridos na Segunda Guerra Mundial, com o firme propósito de se repelir, definitivamente, a possibilidade de uma repetição de atos dessa natureza.

Para tanto, precisamos, reverenciar os atos heróicos de nossos patrícios nos campos de batalha e demonstrar, com firmeza, a nossa mais veemente indignação e repúdio pelo Holocausto infundado, sem qualquer explicação plausível, impingindo a uma plêiade de pessoas indefesas.

Os heróis merecem destaque especial na história do Brasil.

O sacrifício de um número bastante acentuado de judeus, negros, eslavos, ciganos, comunistas, homossexuais, doentes incuráveis e líderes religiosos, deve servir de um alerta natural a toda população da Terra, compelindo seus dirigentes e os membros da sociedade organizada a erguer suas vozes, com firmeza e convicção, contra a possibilidade da repetição de fatos desumanos.

Os jovens, em especial, devem ser conscientizados e convidados a desfaldar essa bandeira, numa grandiosa campanha de manutenção da Ordem, Paz e Amor na face da Terra, em particular no território nacional brasileiro.

PROJETO DE LEI Nº 360/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declara de Utilidade Pública a Casa de Apoio Sete Anjos, com sede e foro no município de Colombo-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A Casa de Apoio Sete Anjos, foi fundada em 1999, sendo uma associação sem fins lucrativos, de tempo indeterminado, com jurisdição à Rua Trinta e Três, nº 14 - Zumbi dos Palmares - Colombo - Paraná.

O Estatuto Social da Casa de Apoio Sete Anjos da Vila Zumbi dos Palmares está registrado sob o nº 518-B do livro nº 02 no Registro Civil e Pessoa Jurídica da Comarca de Colombo - Paraná, em 11 de novembro de 1999, sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 03.506.205/0001-31.

A Casa de Apoio Sete Anjos, tem por finalidade:

- receber menores de 0 a 10 anos, independentemente do seu estado de saúde e proceder a sua defesa;

- desenvolver trabalhos e atividades de integração aos menores, nas áreas culturais desportivas, recreativas e de natureza social, de modo geral;

- abrigar menores abandonados para adoção, à disposição do Juizado da Infância e da Juventude;

- organizar debates e encontros entre os interessados, objetivando o crescimento dos menores.

Atualmente a Casa de Apoio Sete Anjos atende 13 (treze) crianças em estadia permanente, e atende eventuais encaminhamentos dos Juizados de Menores e Conselho Tutelar do Município de Colombo.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pela Casa de Apoio, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, e esperamos contar com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 361/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Jardim Paulista, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária do Jardim Paulista, criada em 27 de agosto de 2000, sendo pessoa jurídica de direito privado, é o órgão de representação dos moradores do Jardim Paulista, no município de Campina Grande do Sul - Paraná. A entidade não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seus dirigentes e conselheiros.

Tem sede e foro à Rua Alderico Bandeira de Lima, 609 - Jardim Paulista, município e comarca de Campina Grande do Sul, sendo seu estatuto registrado sob o nº 0483/2000 no Registro Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Campina Grande do Sul - Paraná, em 31 de

outubro de 2000, no Cadastro Nacional da pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 04.130.419/0001-19.

A Associação Comunitária do Jardim Paulista, tem por finalidade:

- estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistências e outros da localidade, pleiteando recursos e soluções;
- promover e contribuir para a formação e desenvolvimento de vida comunitária dos moradores da associação;
- representar os moradores da associação em suas reivindicações junto aos poderes constituídos;
- promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e bem-estar da comunidade;
- receber e administrar recursos de qualquer espécie e de qualquer natureza;
- colaborar com poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade, dando-lhe conhecimento dos problemas na vila, pleiteando as respectivas soluções;
- desenvolver trabalho com a criança, adolescente e idoso proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida;
- poderá administrar e manter creches, caso de idosos e outras entidades filantrópicas.

Atualmente a Associação realiza inúmeras atividades junto à comunidades, conforme Relatório de Atividade do exercício 2000, em anexo.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelas Associações de Moradores, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza de contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 362/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica assegurado transporte coletivo intermunicipal gratuito para doentes, com renda mensal de até 4 (quatro) salários mínimos, que necessitam deslocar-se a outro município, no Estado do Paraná, para tratamento médico.

Parágrafo Único - Os interessados no benefício desta lei deverão promover a reserva da passagem com antecedência de vinte e quatro horas.

Art. 2º - A empresa concessionária do serviço de transporte coletivo intermunicipal emitirá a passagem mediante apresentação de encaminhamento do Conselho

Municipal de Assistência Social, atestado médico que conterá a data e a hora da consulta, e declaração de renda.

Art. 3º - Constatada qualquer irregularidade nos documentos apresentados para acesso ao beneficiário de que trata esta lei, o fato será comunicado ao Ministério Público, para averiguação de cometimento de crime.

Art. 4º - Enquanto for promovida a investigação de que trata o artigo anterior e no caso de condenação por uso indevido do benefício desta lei, o usuário não poderá pleitear novo benefício e ficará sujeito a multa equivalente ao dobro do valor da passagem pleiteada.

Art. 5º - O chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O direito à saúde é direito fundamental do homem e todos devem ter acesso a tratamento condigno de acordo com o estado atual da ciência médica, independentemente de sua situação econômica, sob pena de não ter muito valor sua consignação em normas constitucionais.

Trata este projeto de lei de solidariedade financeira em casos de doenças, quando a pessoa necessita deslocar-se a outros municípios, onde os centros médicos podem oferecer melhor tratamento de saúde.

A matéria solucionará o problema desses doentes que, muitas vezes, interrompem os respectivos tratamento de saúde por não poder custear os constantes deslocamentos.

Os avanços tecnológicos permitem tratamento de saúde cada dia mais eficientes e não é possível privar os menos favorecidos economicamente do acesso a essas vantagens.

PROJETO DE LEI Nº 363/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o censo populacional dos portadores de necessidades especiais no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Para cumprimento do disposto nesta lei, o Poder Executivo firmará convênios com entidades públicas e entidades representativas das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Estima-se que 10% da população da capital do Estado sofra de algum tipo de deficiência, segundo a Associação dos Deficientes Físicos do Paraná (ADFP) essa estimativa pode chegar de 12% a 15% na realidade.

Somente 14.107 pessoas recebem atendimentos em escolas especiais em Curitiba, segundo a fundação de ação social que coordena as 76 instituições a ela ligadas.

Apesar dos avanços oferecidos aos portadores de necessidades especiais, ainda há muito o que fazer em termos de políticas públicas destinadas a essa faixa da população. Contudo, para que esse planejamento seja mais eficiente, indispensável que seja promovido um censo para determinar o número e as características dessa população.

A sociedade se completa nas diferenças e é fundamental compreender as reais necessidades dessas pessoas portadoras dos mais variados tipos de deficiências.

É preciso destacar que muitas dessas necessidades especiais nasceram a partir de acidentes de trânsito, balas perdidas, doenças e outros acontecimentos decorrentes da própria sociedade em que vivemos.

As melhorias não se constituem em privilégio, mas uma forma de integrar o portador de deficiência à sociedade.

PROJETO DE LEI Nº 364/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Governo do Estado a implantar o curso de Engenharia Mecânica no campus da Universidade Estadual do Oeste (Unioeste) de Foz do Iguaçu;

Art. 2º - Para custear a implantação do referido curso, também fica autorizado o chefe do Poder Executivo a abrir suplementação orçamentária para a Unioeste;

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Engenharia Mecânica faz parte do conjunto de cursos cuja criação foi prevista no processo de reconhecimento da Unioeste, aprovado em dezembro de 1994. Para a implantação do curso, professores, técnicos e consultores da Unioeste desenvolveram projetos e estudos que comprovam sua viabilidade e importância.

Trata-se de um curso de vasta abrangência, capaz de atender a formação profissional necessária nas diversas áreas do Setor Elétrico Brasileiro, assim como aten-

der às necessidades das indústrias e dos mercados regionais, formando engenheiros eletricitas, com grande conhecimento em sistema de potência ou controle e informática industrial, obtido através de estudos desenvolvidos com tecnologia de ponta.

Devemos lembrar que nos países em desenvolvimento o setor elétrico continua sendo o principal fator propulsor de todas as atividades industriais e tecnológicas. Além disso, a implantação do curso de Engenharia Mecânica alicerçado nos recursos da região de Foz do Iguaçu propiciará a formação de profissionais que irão subsidiar projetos de desenvolvimento regional.

As perspectivas de desenvolvimento da Região Oeste do Paraná favorecem a implantação do curso, haja vista a criação do Instituto de Tecnologia em Automação e Informática - ITAI.

As presenças da Itaipu Binacional, de Furnas Centrais Elétricas e da Copel na região são fatores importantes como elementos catalizadores dos recursos humanos, técnicos e materiais para consolidar inicialmente o curso, através da realização de convênios e projetos de interesse comum, alguns já em andamento.

Num momento difícil em que os empresários e dirigentes dos órgãos públicos rediscutem os novos rumos das atividades econômicas da região, o fortalecimento da Unioeste contribuirá, sem dúvidas, para a formação de uma consciência crítica em relação aos problemas enfrentados pela comunidade e irá minimizar o êxodo acentuado de jovens que migram para outros centros após conclusão do ensino médio, em busca de melhores opções de estudos e desenvolvimento.

Na região Oeste do Paraná, segundo o Núcleo Regional de Educação, durante o ano letivo de 1996 existiam 14.648 alunos matriculados no ensino de 2º grau. As inscrições ao concurso vestibular da Unioeste para 1998 somaram 12.400 candidatos. Este número revela que o potencial para o ensino de 3º grau ainda é grande na Região Oeste. outro dado que pode ser utilizado para comprovar isso: 1.928 alunos matriculados no 3º grau representam apenas 13,16% do potencial do 2º grau. Estes dados revelam, por um lado, que a prioridade ao ensino de médio vem sendo atendida e por outro, que as possibilidades de expansão do 3º grau são reais.

Mercado de Trabalho para o Engenheiro Mecânico

A indústria brasileira de transformação metal mecânica, que inclui uma ampla gama de ramos, do madeireiro ao cerâmico, da mineração, da produção de peças e equipamento, o setor automobilístico, bem como as concessionárias federais e estaduais, a prestação de serviços, a consultoria está passando por um processo de modernização e adequação de métodos que permitem entrever para um futuro próximo uma forte expansão na atividade industrial, com a retomada dos investimentos em novas plantas, tecnologias e produtos, provocando uma expansão na necessidade de mão de obra qualificada

no campo da engenharia, fundamentalmente nas áreas mecânicas e de produção.

Da mesma forma, a globalização industrial tem trazido para o País novos investimentos em plantas industriais, que, alavancando pelo aumento das exportações fazem prever um aumento da demanda de profissionais bem qualificados em curto período de tempo.

A ampliação, manutenção, operação e gerência de sistemas de geração e distribuição de energia, forte atrativo da região, a ampliação dos sistemas de distribuição de energia, forte atrativo da região, a ampliação dos sistemas de comunicação, quer seja por telefonia fixa, móvel ou transferência de dados, com destacada atuação no Estado, o uso de novas tecnologias na obtenção de energia, também nos permite prever a necessidade de formação de pessoal qualificado para tais atividades.

Também, existem, em andamento no Estado, diversos projetos que visam o desenvolvimento acelerado da região, naturalmente privilegiada pela sua localização geográfica em relação ao Mercosul e por suas belezas naturais, como por exemplo o Projeto Costa Oeste, que pretende transformar o local em um grande pólo turístico internacional trazendo o que existe de mais moderno no mundo do lazer, como os parques temáticos de última geração que vão necessitar de profissionais especializados para a sua manutenção.

Além disso, o grande parque hoteleiro existente necessitará cada vez mais de processos de engenharia para desenvolver e manter os seus projetos atualizados, quer na área mecânica, elevadores, caldeiras, condicionamento de ar, gerência, controle, bem como em outras áreas da engenharia, tão necessários nos dias de hoje para a redução dos seus custos operacionais.

Some-se tudo isso a atual crise energética que o país enfrenta e que vai abrir campo de trabalho para profissionais da área, com necessidade urgente do aumento de produção de energia e que vai demandar a construção em tempo recorde de usinas.

Isto exposto, cremos que a criação do curso de Graduação em Engenharia Mecânica na Unioeste irá contribuir para suprir as necessidades de profissionais qualificados que se apresentam.

PROJETO DE LEI Nº 365/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Comunitária Jardim Acrópole, com sede e foro no município de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A Creche Comunitária Jardim Acrópole, é uma entidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, fundada em 01.02.94, com sede e foro no município de Curitiba-PR, localizada à Rua Antonio Moreira Lopes, nº 1.280.

Tem por finalidade prestar assistência e educação à criança de 12 (doze) meses a 06 (seis) anos de idade através de atendimento em regime de semi-internato.

Em anexo, Ata da eleição da Diretoria 2000-2001, Atestado de funcionamento do COMTIBA e a Declaração de Utilidade Pública Municipal conforme Lei Municipal nº 8.852, de 21.05.96.

PROJETO DE LEI Nº 366/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Baronesa e Jardim Esmeralda, com sede e foro no município de Ponta Grossa-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Hermes Fonseca, visa declarar de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Moradores da Vila Baronesa e Jardim Esmeralda.

A iniciativa se justifica tendo em vista os relevantes serviços prestados, pela associação, à comunidade de Ponta Grossa, destacando-se campanhas de agasalho, multirões de conservação e recuperação das vias públicas, limpeza de terrenos baldios, participação no Orçamento Participativo do Município, dentre outros, conforme se pode verificar no relatório de atividades anexo.

Ademais, a Associação de Moradores da Vila Baronesa e Jardim Esmeralda, preenche todos os requisitos legais para a concessão de Utilidade Pública, especificamente os contidos na Lei nº 6.994/78, com as alterações sofridas pela Lei nº 8.589, sendo inclusive já reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 68.558 de 15.08.2000.

Dessa forma, por ser medida de direito e de justiça, solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa, para a declaração de Utilidade Pública para a referida entidade.

PROJETO DE LEI Nº 367/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a entidade COSAP - Conselho de Obras Sociais de Apucarana, com sede e foro no município de Novo Itacolomi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a entidade COSAP (Conselho de Obras Sociais de Apucarana), por ser uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos que presta atendimento a 17 creches no município de Apucarana, coordena e executa vários projetos junto às creches, por isso a extrema necessidade de se viabilizar sua Utilidade Pública, para que consiga realizar ainda mais com a ajuda do governo.

Pelo exposto espero poder contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 368/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a entidade "Grupo Gotas de Esperança - GOES", destinada à conscientização dos direitos e deveres das pessoas soropositivos para HIV e da Sociedade em Geral, com sede e foro no município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

A referida proposição está baseada na importância da conscientização que se faz necessária principalmente como forma de apoio, que os portadores do vírus necessitam para vender os problemas causados pela doença e sobretudo, para que tenham forças para enfrentar os preconceitos que sofrem, mesmo nos dias de hoje onde a informação é rápida e atinge quase que a totalidade da população.

E para esta população que não tem acesso fácil à informação correta, através desta entidade recebem estas, bem como informações das formas para evitar o contágio.

Pelo exposto espero poder contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 369/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a entidade Colônia de Pescadores Z-17, com sede e foro na cidade de Lidianópolis-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

A Colônia de Pescadores Z-17, tem como finalidade a conscientização de um trabalho desenvolvido pelos seus integrantes, através de um correto, manejo e recuperação das matas ciliares dos afluentes e rios da Bacia Regional do Rio Ivaí, tendo ainda como meta principal e repovoamento dos rios, através da distribuição de alevinos nos mesmo, o que atingirá uma melhoria acentuada na qualidade de vida e renda familiar de seus pescadores associados, que desde a década de 40 vem praticando a pesca semi-profissional e posteriormente profissional com a ascensão dos movimentos organizados que ao longo dos últimos 15 anos vem sendo levados a sério por estas pessoas que vêm na pesca a sua principal atividade de renda familiar. É ainda praticado por todos os seus membros um processo de conscientização da pesca liberada pelo IBAMA, nas épocas oportunas, evitando a depredação do uso dos rios.

Pelo exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 370/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a entidade "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Novo Itacolomi - APMI", com sede e foro no município de Novo Itacolomi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a APMI (Associação de Proteção à Maternidade e à Infância) de Novo Itacolomi.

Cabe salientar que esta entidade presta atendimento a crianças, adolescentes e à família e a maioria dos projetos são realizados em parceria com o Estado, sendo portanto, de vital importância o reconhecimento de Utilidade Pública.

Pela importância do exposto, espero poder contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 371/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a entidade "Associação dos Moradores do Distrito de Pirapó", com sede e foro no município de Apucarana.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário
Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade favorecer a população carente do distrito de Pirapó, através da Associação dos Moradores do Distrito de Pirapó.

Este distrito possuem grande quantidade de famílias carentes que necessitam de auxílio em todos os sentidos, precisam de projetos sociais bem elaborados que tenham objetivos claros que é o que busca a referida entidade.

Pelo exposto, espero poder contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 372/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 13170, de 25 de junho de 2001, que doava ao município de Jandaia do Sul o terreno que especifica a referida lei.

Art. 2º - Fica autorizado o Poder Executivo a conceder, em termo de cessão de uso, ao município de Jandaia do Sul parte de um terreno, com 1.486m2 pertencente à Escola Estadual Rui Barbosa (Fundepar).

Art. 3º - O imóvel que se refere o artigo 2º desta lei, será utilizado para construção de uma Casa da Cultura, exclusivamente para esta aplicação, este termo de cessão de uso terá o prazo de 4 anos de vigência prorrogáveis por mais quatro anos, em prazos sucessivos indeterminados.

Art. 4º - O referente imóvel não poderá ter destinação adversa ao proposto, podendo neste caso o concessor revogar o termo de cessão, revogá-lo a qualquer tempo, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário
Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pedido em face de importância da construção de uma Casa da Cultura a fim de valorizar, junto principalmente à classe estudantil, a cultura.

Em nosso País o incentivo e acesso a cultura são muito restritos, é preciso que se crie mecanismos e proximidade deste acesso, principalmente aos jovens.

Cabe salientar que a doação deste em nada prejudicará o funcionamento da Escola Estadual Rui Barbosa, que não está com falta de salas de aulas e como comprovam as fotos, esta área está desativada, além de ser uma área central, bem localizada e de fácil acesso.

Pelo exposto, espero poder contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 373/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pescadores e Ecologistas de Prudentópolis, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário
Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pescadores e Ecologistas de Prudentópolis tem por finalidade servir, no âmbito municipal, como órgão de articulação com outras entidades, que defendam a causa da preservação do meio ambiente para as futuras gerações, resgatando a cidadania dos cidadãos de Prudentópolis através do trabalho voluntário de cerca de 230 associados. Têm por objetivo divulgar informações e planejar programas para dar oportunidade de trabalho ao pequeno agricultor, mantendo através da piscicultura, as pequenas nascentes vivas e prósperas daquela região, apoiando assim o desenvolvimento de programas permanentes de prevenção ambiental no município.

Por essas e outras razões que só enaltecem o papel da Associação de Pescadores e Ecologistas de Prudentópolis, esperamos contar com o apoio dos nobres deputados para a aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 374/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 7º da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 7º - os recursos decorrentes do disposto no artigo 3º desta lei, serão utilizados, após a dedução das despesas inerentes do processo de alienação, conforme as seguintes diretrizes:

I - 70% (setenta por cento), no mínimo, na área de previdência sob responsabilidade do Estado do Paraná;

II - 30% (trinta por cento), nas áreas de educação, segurança, saúde, agricultura, transporte e em programas de desenvolvimento e geração de empregos, em que a presença do Estado seja indispensável”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoioamento:

Nereu Moura, Orlando Pessuti, Edson Strapasson, Waldyr Pugliesi, Antonio Anibelli e Ademir Bier.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente emenda ao Projeto de Lei nº 12.335 de 08 de dezembro de 1998, tende a fixar o percentual a ser destinado à capitalização do Fundo de Previdência do Estado do Paraná, pois afinal é este o argumento maior usado pelo governo.

Quando o Executivo usa o termo “primordialmente” no projeto original na verdade fixa, pois está colocando uma expressão vaga e indefinida. Nossa objetivo ao modificar o inciso I do artigo 7º, é garantir que numa eventual venda da Copel, os recursos tenham que obrigatoriamente ser destinados a aliviar os problemas previdenciários de nosso Estado.

Seria imperdoável esta Assembléia Legislativa, não definir aplicações de recursos tão substanciais. Da mesma forma é lamentável que a Copel contra tudo e contra todos, prossiga na insana trajetória de sua privatização. Contudo, se privatizada, ao menos que seus recursos não se diluam em interesses menores.

PROJETO DE LEI Nº 375/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada a redação do artigo 7º da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, conforme segue:

“Art. 7º - Os recursos decorrentes do disposto no artigo 3º desta lei serão utilizados, após a dedução das despesas inerentes do processo de alienação, obrigatoriamente, em consonância com as seguintes diretrizes:

I -...

II -...

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O receio da interpretação subjetiva que ficou na redação do caput do artigo 7º, da Lei 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a implementar a reestruturação societária da Copel, alienar, dar em caução ou oferecer em garantia ações do Estado no capital daquela Companhia, bem como contratar operações de crédito, financiamentos ou outras operações por si ou pela Paraná Investimentos S/A e adota outras providências, é o que nos leva a propor a sua alteração.

Considerando-se que a palavra primordial, se refere a um fator não dimensionado com a realidade, o

que poderá levar o Poder Executivo a aplicar um valor menor do que o necessário para o Fundo de Previdência do Estado, que é o principal objetivo da lei, propomos a alteração para Obrigatório, afim de se evitar o redimensionamento desses recursos para outras fontes, diluindo-se totalmente o objetivo da Lei 12.355.

Apesar de contrário à privatização da Copel, pretendemos encontrar uma forma de se evitar que com a probabilidade de sua venda, não corramos o risco de ver desvirtuada a função dos recursos que serão alcançados com a sua venda.

PROJETO DE LEI Nº 376/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os recursos auferidos com a alienação de bens previstos na Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998; após deduzidas as despesas com o processo de que trata este artigo, serão obrigatoriamente aplicados em obediência à seguinte ordem:

I - 70% (setenta por cento) será aplicado no Fundo Financeira da área previdenciária sob a responsabilidade do Estado do Paraná;

II - 30% (trinta por cento) serão obrigatoriamente aplicados nas áreas da segurança, educação, saúde, agricultura, transporte e em programas de desenvolvimento e geração de empregos, em que a presença do Estado seja indispensável.

Art. 2º - Fica proibida a utilização dos recursos previstos no artigo anterior para pagamento de qualquer tipo de caução efetuadas anteriormente, bem como, para pagamento de títulos públicos ou precatórios.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.2001.

(a) TONY GARCIA

JUSTIFICATIVA:

As ações da Copel, que foram dadas como caução quando do empréstimo feito junto ao Banestado (hoje Itaú), foi uma exigência do Banco Central, feita por ocasião da licitação para a privatização do Banco Banestado, já que o valor de 350 milhões de reais correspondia ao pagamento de precatórios comprados pela Banestado Corretora aos governos de Alagoas e Santa Catarina e das prefeituras de Osasco e Guarulhos. Hoje, o Banco Itaú, comprador do Banestado, já está colocando a sua bandeira, gradativamente, em todas as agências, perdendo o ex-Banestado, qualquer conotação com o poder público. Assim, aquele deverá ser considerado como um outro negócio.

O que não consideramos justo é o ônus de ser do povo paranaense que ajudou a construir o patrimônio, tanto do Banestado quanto da Copel.

Pretende o presente projeto de lei, assegurar o direito dos paranaenses, que sendo contrários à venda da Companhia Paranaense de Energia - Copel (empresa que deu um lucro de 430 milhões de reais, apresentados pelo seu próprio balanço), seja utilizado para pagamento de títulos podres, ou seja, para pagamento de resgate de títulos de outros Estados e municípios, totalmente estranhos aos nossos interesses.

Tampouco, podemos permitir que o dinheiro seja diluído em programas que visem a promoção pessoal e política do Governador do Estado e a seus assessores.

Desta forma, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente concedo a palavra à senhora deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados:

No uso desta tribuna, gostaria de dizer que, no dia de hoje e no dia de amanhã, a Frente Sul da Agricultura Familiar estará realizando várias manifestações, como forma de pressionar o Governo Federal, para liberação do Pronaf-Custeio.

É uma luta muito grande da agricultura familiar, para obter crédito. E mais do que nunca, uma promessa que o nosso presidente fez, dizendo que estaria liberando a partir de julho deste ano, o Pronaf de custeio. E também que teria um aumento de cerca de 40% os recursos repassados uma safra passada.

Estamos praticamente chegando no mês de setembro, e até agora não houve liberação de nada, de nenhum recurso, na forma de Pronaf de Custeio, para a agricultura familiar.

No entanto, já houve essa liberação de recurso, com cerca de quase 40% para a agricultura patronal.

Mas se olharmos os dados, principalmente os dados de inadimplência, na questão do crédito, nós temos da agricultura familiar, cerca de 1% de inadimplentes, enquanto que na questão da agricultura patronal, nós temos, chegando ao número aproximadamente de 100%, conforme a faixa de crédito.

Por isso, está sendo feita uma grande mobilização.

Os agricultores estão participando de várias reuniões na Câmara de Vereadores, participando de audiência com prefeitos, e também reivindicando, junto ao Banco do Brasil, como uma forma de pressionar, para que o governo libere esses recursos, porque é mais do que justo, essa liberação do recurso para a agricultura familiar.

Já falamos em outro momento, voltamos a repetir, a agricultura familiar é responsável por quase 80% do alimento básico do nosso País, e somente 20% dos agricultores familiares têm acesso ao crédito. Por isso, lamentamos esse descaso com a nossa agricultura familiar, e mais do que nunca, queremos dizer que precisamos

somar forças, porque existe o crédito e o crédito principalmente, que tenha um aumento dos recursos, para agricultura familiar, para o crédito de custeio.

Também senhor presidente, senhores deputados, gostaria de dizer que nos dias 24, 25 e 26 no município de Dois Vizinhos, aconteceu uma grande mobilização do povo aonde, organizado pelo Conselho de Segurança, o pessoal se mobilizou em frente à Delegacia no sentido de não deixar que aconteça a transferência do delegado, do município de Dois Vizinhos, delegado que está prestando um brilhante trabalho e que, infelizmente, circulou uma conversa muito grande, que ele estaria sendo transferido para outra cidade.

O povo de Dois Vizinhos, não quer essa transferência, e por isso se mobilizou, esteve em frente à delegacia e agora aguarda que medidas sejam tomadas no sentido de que o delegado permaneça, fazendo o trabalho que vem fazendo hoje no município de Dois Vizinhos, principalmente, porque circula conversa de que a sua transferência teria cunho político, teria envolvimento de deputados pedindo, e isso nós não podemos admitir, porque acredito que para nós, como deputados, isso seria muito significativo, que um mandato de deputado ficasse simplesmente para nomear ou destituir delegado de um município ou de outro.

Então acredito que nós temos uma função muito maior do que pensar em destituir, ou seja colocar delegados em cargos ou transferências de delegados.

Então acredito que é importante que neste momento somemos forças com o município de Dois Vizinhos. Estou encaminhando um ofício ao Secretário de Segurança pedindo, a permanência do delegado. Espero poder contar com o apoio também de todos os deputados desta Casa para que apoiemos a comunidade de Dois Vizinhos, que apoiemos o seu povo, para que eles continuem tendo o delegado que a cidade vem aprovando e aprovando o seu trabalho.

Então, por isso precisamos, neste momento, pedir principalmente ao Secretário de Segurança, pedir ao Governo do Estado que não interfira nos trabalhos e principalmente na transferência do delegado de Dois Vizinhos, nos trabalhos que ele vem fazendo naquele município.

Muito obrigado, senhor presidente e senhores deputados!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Nos anos da ditadura militar, a escorá-la havia a doutrina de Segurança Nacional. O general Golberi do Couto e Silva, Chefe do Serviço Nacional de Informações, liderava uma equipe de ideólogos que procuravam colocar no papel argumentos que pudessem defender o

estabelecimento e a permanência do Regime Ditatorial Militar Discricionário.

Esse foi um período terrível na história do Brasil e me parece, senhor presidente, que aqui no Paraná, nós temos alguma coisa parecida com essa doutrina de Segurança Nacional, porque até onde podemos fazer reflexão, caminhamos na direção da Academia Militar do Guatupê e estamos vendo que ali também existe, em elaboração, uma doutrina para tratar os paranaenses que se colocam contra o Governo do Estado, como inimigos do Paraná.

Era isso que acontecia no passado: quem não apoiava a ditadura militar, era inimigo do Brasil. Cunhou-se, inclusive, uma frase: “Ame-o ou deixe-o”. Para dividir, na realidade, os brasileiros por esse fosso profundo.

Agora está acontecendo isso aqui no Governo do Estado, porque basta qualquer manifestação legítima e democrática aparecer, que os órgãos de segurança, acionados pelo Palácio Iguazu, via Secretaria de Segurança, já se fazem presentes.

Foi mais ou menos isso que aconteceu na Cidade de Arapongas.

O governador que deve ter melhorado o seu desempenho físico depois da escapadela que teve que dar pela porta dos fundos da prefeitura diz o seguinte: “Eram apenas 16 pessoas - ironizando - que se manifestaram contra a minha presença aqui em Arapongas”.

Gostaria de fazer uma pergunta ao Governador do Estado: se eram apenas e tão somente 16 manifestantes, por que colocar um inusitado aparato policial militar com mais de 200 pessoas, mais de 200 elementos dos órgãos de segurança, somados com aqueles bandidos que são pagos pela Prefeitura Municipal? Quantos o Governo do Estado colocou lá no centro de Arapongas, para dar garantia a presença do governador?

Não vamos fazer críticas à incompetência, à falta de sensibilidade daqueles que lhe assessoram, porque não era de bom tom, não era inteligente, não era alguma coisa razoável para fazer neste momento, senhor presidente, se deslocar para Arapongas que tem uma tradição de luta na história do Paraná contra o arbítrio, contra a violência ao longo de todos esses anos. Mas, foram para lá, foram mal-aconselhados.

E vejam bem, nós, na realidade, não organizamos nada que houvesse aquela manifestação contra o Governo do Estado. Houve uma manifestação espontânea, professores, alguns sindicalistas, bancários, estudantes, inclusive menores de idade, se agruparam ao lado de militantes do MST que estavam se dirigindo para a cidade para fazer compras, sem saber daquilo que estava acontecendo. Quando esse aparato policial militar impediu a entrada desses sem-terra na cidade, impedidos de chegar ao local para onde estavam destinados a ir: “Por que está acontecendo isso”? “Porque está havendo uma manifestação contra o Governo do Estado”? E para lá foram” E aconteceu isso!

Agora, eu quero registrar aqui...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Consulto V. Exa. se deseja usar o Horário do PMDB ou da Liderança da Oposição?

O SR. WALDYR PUGLIESI

Eu uso o Horário da Liderança das Oposições, senhor presidente.

Então, vejam bem, houve essa manifestação. Na realidade, esse tumulto acabou sendo provocado, não pela manifestação, porque colocar 200 elementos dos órgãos de segurança para impedir a manifestação popular era suficiente, mas, apareceram os guardas de segurança da própria prefeitura agredindo todo mundo. E aí um vereador do PMDB, Sérgio Onofre da Silva, valentemente colocou-se na defesa dos estudantes, daqueles que estavam fazendo a manifestação.

Bom, o que acontece? Bombas de efeito moral, senhor presidente, balas de borracha, armamento sofisticado e uma verdadeira carga para esvaziar os locais onde os manifestantes estavam fazendo a sua reclamação em relação ao Governo. Os professores querendo saber da reposição salarial, querendo saber quando é que irão receber aumento, que já não vêem há quase seis anos. Os do MST, ainda com o cadáver do companheiro que foi assassinado entre Curitiba e Ponta Grossa, e a população toda, senhor presidente, ainda não havia digerido os episódios que aconteceram aqui dentro da Assembléia Legislativa quando o governo conseguiu se colocar contra toda a manifestação do Paraná e rejeitou o projeto de iniciativa popular.

O que está havendo é uma manifestação espontânea que vai se verificar em todos cantos do Paraná. Ninguém terá condições de impedir que estas manifestações se verifiquem em qualquer um dos quadrantes paranaenses. Isto vai ser uma tônica daqui para a frente sem determinação de quem quer que seja, porque nós mesmos, do PMDB, que temos inúmeras lideranças lá no município, só anotamos a presença de um dos nossos vereadores que estava trabalhando, e naquele horário, vendo aquilo que estava acontecendo, foi lá defender os estudantes.

O que fizeram com este vereador? Espancaram-no brutalmente e isto está registrado pelas câmeras da televisão. Os jornais repercutiram e deixaram gravado ali este acontecimento. Espancaram-no de todas as maneiras, na frente de todo mundo, jogaram este companheiro no camburão e o levaram preso, onde fizeram na delegacia inúmeras, e infundadas argumentações contra aquilo que ele tinha feito.

Então, quero registrar aqui o meu reconhecimento democrático ao direito que todos têm de se manifestar. Nada foi organizado.

Aquilo que foi organizado, sim, senhores deputados, deputado Alborghetti, foi o governo que estava lá com 200 pessoas armadas praticando violência nas ruas. Ora, o que é ele estava esperando? Eles, sim, estão preparados para dar segmento a esta teoria que estou desenvolvendo aqui na tribuna!

Existe uma doutrina de segurança paranaense para se contrapor a manifestações, de quem? Dos sexagenários, professores que no fim da vida não têm um salário digno! Existe esta teoria, sim, que está sendo posta em prática pelos atuais governantes! Não têm apoio popular e depois ficam fabricando de qualquer maneira, argumentos para caminharem na contra-mão daquilo que é democrático! Nós não estamos apoiando nenhum tipo de violência! Mas temos de deixar claro aqui que a manifestação popular está garantida pelos textos constitucionais! É legal se manifestar. Agora, está havendo uma escalada de violência. Aquilo que praticaram, como hoje acabaram de me dizer que prenderam um menor de idade para que ele declarasse que estava na manifestação a mando de outras pessoas, eu quero repudiar esta versão que estão querendo dar aos fatos lá de Arapongas.

Na verdade, houve uma manifestação espontânea, popular, contra a presença e contra o governo do senhor Jaime Lerner. E o que é que eles fizeram? Fizeram violência, praticaram violências que estão registradas.

Muito obrigado

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de indagar a V. Exa. sobre a instalação das CPI's, porque já era para ter ocorrido no mês de julho e até agora não fomos comunicados da instalação dessas CPI's. Nós sabemos que V. Exa. como vice-presidente da Casa, regimentalmente é quem tem o dever de fazer a instalação das CPI's.

Por isso quero indagá-lo quando é que V. Exa. vai instalar as CPI's aqui nesta Casa?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós respondemos a V. Exa. logo após o término desta sessão, vamos verificar com a Diretoria da Assembléia se todas as Bancadas já têm indicados, se já não foram indicados vamos comunicar ao Presidente da Casa.

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Confesso que depois da semana passada, subir aqui nesta tribuna ficou diferente das outras vezes que aqui nós vínhamos para abordar os diversos assuntos que afetam a vida do povo do Paraná, porque quero crer que a Assembléia Legislativa do Paraná nunca mais será igual. Mudou, sobretudo em função dos lamentáveis episódios que ocorreram nesta Casa por ocasião da votação do projeto de lei de iniciativa popular.

A Assembléia Legislativa do Paraná foi agredida de morte. Esta Casa foi invadida na sua honra, quando a Polícia Militar do Paraná impedia que os deputados andassem aqui dentro desta Casa. Se os próprios deputados foram impedidos de se locomover dentro da Assembléia Legislativa do Paraná, imaginem os funcionários, os visitantes, aquelas pessoas que aqui vinham?

De forma que o Poder Legislativo, que é o âmagô da democracia, foi atingido de morte. E eu sinto no meu coração, senhor presidente, um vazio muito grande, e por isso falo, afirmo taxativamente, que a Assembléia Legislativa do Paraná nunca mais vai ser igual, porque ficou uma marca fortíssima em relação a este episódio, não só da violência que aqui nós testemunhamos e vivenciamos durante aqueles dias memoráveis, mas outros assuntos tristes, depreciativos, que apenas diminuiu a classe política e que eram ouvidos por todos os corredores desta Assembléia, dando conta de negociatas, de dinheiro, de recursos para mudar votos de parlamentares.

A Assembléia Legislativa do Paraná, os funcionários da Assembléia Legislativa, o Paraná inteiro comentou durante esse processo, de que o processo de votação do projeto de iniciativa popular foi eivado de vícios, sobretudo de vícios indignos e que não engrandecem a vida pública. E isso ficou na mente do povo do Paraná. Por onde nós andamos, por onde nós caminhamos a população fala dos possíveis negócios que ocorreram nos bastidores desta Casa.

Por isso, senhor presidente, eu, hoje e desde a semana passada, tenho um grande vazio no meu coração. Eu não me sinto aqui nesta Casa como um deputado derrotado, por mais que tivemos uma posição firme, intransigente, porque quando fui pedir um voto do povo do Paraná, quando percorri os caminhos da minha região, quando andei naqueles lugares mais difíceis de se andar, quando apertei a mão das pessoas mais tristes, mais desesperançosas, senhor presidente, eu disse que seria o representante do povo aqui na Casa, e queria ser deputado para defender os seus interesses. E foi por isso que, por mais que o placar de todas as horas indicava que nós seríamos derrotados, buscávamos, no fundo da nossa alma, uma esperança, uma energia para continuarmos de pé naquela luta para que o povo do Paraná fosse respeitado! Lutamos. E foi nessa luta que tivemos surpresas nesta Casa, algumas negativas e outras positivas. As negativas já relacionei, que foram toda essa situação vergonhosa para o Poder Legislativo, quando aqui dentro da nossa Casa, a Polícia Militar impediu que os deputados caminhassem, numa verdadeira violência ao Poder Legislativo, porque aqui não é um apêndice do Poder Executivo! Aqui o governador Jaime Lerner não manda! Aqui, é Casa do povo!

Não me conforta ser deputado de um Poder que foi aviltado, que foi massacrado, que foi pisado por um outro Poder. Não me conforta. E é por isso que o meu coração está num grande vazio. Estou sentido, porque fui ferido, senhor presidente.

Tive aqui dentro desta Casa surpresas agradáveis. A mais agradável foi conhecer pessoas que não conhecia ainda, deputadas e deputados valorosos, de caráter e de personalidade, com quem tínhamos um relacionamento superficial, de apenas cumprimentar, de dizer bom dia, boa tarde, mas não de uma convivência tão forte como experimentamos neste período em que pude, senhor pre-

sidente, conhecê-los melhor e perceber o caráter, a personalidade, a firmeza desta gente! Essa foi a surpresa agradável que tive nesta Casa neste período. Pessoas, deputadas e deputados que conosco convivem e que não teve, absolutamente nada, que nos uniu, a não ser o amor ao Paraná, porque em todas as conversas, em todos os diálogos que tivemos de uma coisa só nós falávamos: defender o interesse do povo do Paraná. Não tinha dinheiro, não tinha oferta de recursos, não tinha pequenez. Havia somente uma coisa no propósito de cada deputado, deputada, defender o Paraná. E isso nos uniu. Uniu durante 24 horas. Passamos noite acordados, dias acordados apenas com este objetivo e com este lema, o de defender o povo do Paraná.

E eu, senhor presidente, tenho uma honra ainda maior de ser o líder do PMDB. Nunca duvidei da honradez, da firmeza dos deputados do PMDB que compõem esta Casa.

Mas são nos momentos difíceis da vida, nos momentos de infortúnio e de dor, que conhecemos melhor as pessoas. E pude, neste período de grande sofrimento para todos nós, conhecer melhor os deputados do meu Partido, o PMDB. E fiquei cada vez mais certificado, honrado de ser líder deste Partido, de ser líder do PMDB, pelos deputados que compõem a nossa Bancada aqui nesta Casa, pela firmeza, pela honra, pela determinação, pela maneira como sempre se comportaram aqui dentro deste Parlamento. Deputados que vibram, que cobram, que sentem. Deputados que têm uma força gigante em seu coração, e que em nenhum momento deixaram de ficar solidários com o povo do meu Estado.

Por isso quero fazer aqui, de público, esse manifesto a todos os meus companheiros de jornada, que conosco estiveram nessa caminhada. E também aos meus valorosos companheiros de PMDB, pela maneira firme, honrada, limpa, decente que se comportaram nesse período e podem hoje caminhar pelo Paraná com o olho bem aberto e com o coração limpo! Podem olhar e andar pelas ruas e podem receber o manifesto sagrado do povo do Estado, pelo comportamento, pelo voto, pela maneira como se comportaram aqui nesse Parlamento!

E é assim, senhor presidente, que nós vamos marcar a História deste Estado, vamos marcar com a nossa maneira de ser, com o nosso compromisso, com aquela promessa inabalável que fizemos ao leitor, que seríamos representantes do povo aqui nesta Casa. Não seríamos representantes de um governo divorciado e distanciado do povo, como falou o deputado Waldyr Pugliesi. Um governador que apanha nas ruas, um governador que estimula a indústria, mas a indústria da galinha, para que as galinhas botem ovos, para que o povo possa jogar ovo nesse governador, que não merece o respeito do povo do Paraná!

Eu que sou do interior, sei quanto o povo do Paraná respeita as suas autoridades, quanto o povo do Paraná zela pela figura do governador; é recebido no interior com banda de música, com discurso de escolares, com

feita e com foguete, o governador Jaime Lerner é recebido com ovo pobre, porque o povo do Paraná não agüenta mais esse governo que tem desgraçado o nosso Estado, infeliz e corrupto, marcado pela incompetência e pela desonestidade! Um governo que não tem vergonha na cara, que manchou o nosso estado do Paraná, que infelicitou o nosso povo!

E pior, senhor presidente, que chamar este governo de corrupto é elogio, porque não tem a vergonha na cara, de se defender. Não se defende porque não tem como! Um governo imoral que se transformou numa verdadeira tragédia para nosso Paraná!

Mas tem muito ovo para contemplá-lo, quando ele viajar pelo Paraná, e gostaria de estar nessas manifestações, para poder ajudar o povo do nosso Estado a limpar o seu coração contra a raiva que possui desse governador, que infelizmente marcou, mas marcou de forma negativa, pejorativa, o período que infelicitou o povo do Paraná, quando esteve à frente do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pequeno Expediente. Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Aproveitando, quero também cumprimentar os valorosos deputados companheiros do deputado Nereu Moura, e cumprimentar também os valorosos companheiros, deputados da Situação, que aqui demonstraram altivez, dignidade, seriedade, e mais, compromisso com a transformação do Paraná.

Senhor presidente, essa semana, mais precisamente no domingo, os jornais do Paraná trouxeram, em manchete, em todos os jornais do Paraná, a presença, a força dos representantes do povo como um todo, quando conseguiu uma liminar na Justiça, onde impede que o Banco Itaú receba os compromissos assumidos pelo ex-secretário da Fazenda, quando continham, em garantia, o que chamamos de podre aquele triste episódio do Banco do Estado com o Leasing e com os títulos do Banco dos governos de Alagoas, Pernambuco e outros.

Senhores deputados, foi demonstrado nesta liminar da Justiça que não se pode, em hipótese alguma, apenas pelo fato de ser governo, concordarmos com decisões, e o presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão, ao tomar essa atitude de enfrentar o grande poder econômico que é o Banco Itaú, demonstrou que todos os contratos que foram feitos pelo governo atual ou pelos governos passados, não podemos nos acovardar em hipótese alguma.

Por isso, quero dizer ao deputado Hermas Brandão que eu estava em Londrina, em Arapongas, e percorri nesses três dias o interior, principalmente no sábado e domingo, e a voz era uma só: “o Hermas Brandão está qualificado para representar o nosso Paraná, no Execu-

tivo, no Legislativo, onde quer que seja necessário, pela sua independência.”

Por isso, como integrante deste Poder Legislativo, os meus parabéns, o meu reconhecimento, os meus aplausos, porque se alguém tem que perder é esse Banco Itaú; se alguém tem que ir buscar e cobrar, é o Banco Itaú, porque ele sabe cobrar. Cobram de todos. O governo do Estado tem que se preocupar com educação, com saúde e segurança. A cobrança tem que ser feita pelo Banco Itaú.

Senhor presidente, sobre os políticos, principalmente o Nereu Moura que sabe o quanto eu o estimo, respeito e admiro, porque quanto ele fala ele cumpre, da mesma forma que esse deputado que está falando não soube mudar, mas gostaria que V. Exa. e a Bancada do PT talvez não tenham tido a oportunidade ou tempo de fazer a leitura, mas a Folha de Londrina, na página 3, de sábado no Espaço Aberto, escrito pela senhora Maria Lúcia Vítor Barbosa, tem a seguinte matéria (**Lê**):

“Ah, esses políticos!

Não há dúvida que os políticos são aquela espécie da fauna humana que, juntamente com os religiosos, os propagandistas e os vendedores, mais desenvolveu a capacidade de investir na credulidade e na desinformação de homens e mulheres para alcançar seus objetivos. De fato os políticos parecem superar de longe os psicólogos no entendimento das necessidades de cada indivíduo. E pode-se dizer, sem susto de errar, que políticos são peritos em manipular carências, aspirações, sonhos e esperanças, elementos que contam tanto ou mais para se chegar ao poder do que aqueles materiais, como recursos financeiros, partidos bem estruturados e apoios fortes de entidades ou grupos sociais.

Complemente-se isso com o pensamento de Hegel, segundo o qual o homem precisa de um chefe, e se entenderá melhor o vasto e fértil terreno da psicologia coletiva onde os políticos semeiam sua retórica, aram seus projetos de poder e colhem os louros da vitória. Depois da eleição, quando já é tarde para arrependimentos, o povo, tão zeloso de suas prerrogativas democráticas, crente de que é ele quem manda, começa a perceber que a teoria na prática é outra. E para provar essas observações feitas cuidadosamente no plano teórico, vou agora comprová-las através de casos concretos, o que, aliás, faz parte do método científico. Tomarei, então, como exemplo, o PT, o maior partido de oposição que alcançou nas últimas eleições municipais significativas vitórias.

Como é espaço é pequeno, apresentarei poucos casos, mas será imprescindível em primeiro lugar citar a Prefeitura de São Paulo, a mais importante do País. Nesta prefeitura foi instalada, pelo voto popular, uma mulher. E pode-se dizer que, por ser mulher e fazer parte do PT, Marta Suplicy atraiu a simpatia e as esperanças dos eleitores, imbuídos que estavam de um moralismo político que os fez rejeitar outro candidato identificado com a corrupção.

No poder, o que fez a prefeita? Deu umas pinceladas de tinta num prédio público para simbolizar sua intenção de revitalizar o centro velho de São Paulo, que até hoje não foi revitalizado; aumentou o preço dos ônibus; travou a CPI do Lixo que antes seu partido queria levar a efeito, uma vez que sua campanha recebeu vultosa ajuda de empresas de limpeza pública; pagou mais caro pelo leite em pó integral, produto distribuído pelo Programa Leve-Leite, criado pelo ex-prefeito Paulo Maluf; capitaneou o boicote de prefeituras do PT ao programa do governo federal Bolsa-Escola, antes tão badalado por seu partido, e que destina de R\$15 a R\$45 a famílias pobres com filhos matriculados na escola.

O boicote se deu porque a prefeita quis que do cartão magnético que os pobres usam para sacar o dinheiro do Banco, constasse o logotipo do PT ao lado do logotipo do governo federal. Como isso não é possível, ela se recusou a repassar o dinheiro, alegando que era pouco. Marta também tenta copiar o que já fazia a prefeitura de Nova York e outras prefeituras do Brasil, colocando os sem-teto em hotéis, panacéia que ainda lhe dará muita dor de cabeça. Mas, justiça seja feita, a prefeita petista não abre mão de uma intensa atividade: continua a frequentar os salões da alta burguesia, classe da qual faz parte.

Em Londrina, a segunda cidade em importância no Paraná, o prefeito do PT Nedson Micheleti, em sete meses de governo, conseguiu levar a cabo dois projetos: 1) aumentou o preço do ônibus; 2) esvaziou o Lago Igapó II, com o objetivo de recuperar uma pequena ponte. A ponte ainda não foi recuperada e a vasta extensão de água empoçada promete, no calor que se aproxima, desencadear a maior epidemia de dengue jamais sofrida pela cidade.

Enquanto isso, o PT, a CUT e o MST ergueram suas bandeiras vermelhas contra a venda da Copel, em Curitiba, mas silenciaram com relação à venda da Sercomtel, em Londrina, conforme desejava o prefeito num desses arroubos liberais frustrados por um plebiscito que resultou num não às suas intenções. Ah, esses políticos!”

Senhor presidente e senhores deputados, certamente a Oposição tem mostrado sua inteligência e competência nesta Casa. Cabe a nós, deputados hoje colocados em “out-doors” no Paraná inteiro, começarmos a falar e a mostrar o outro lado da moeda.

O deputado Waldyr Pugliesi, quando eu sonhava em ser vereador, em 1972, já me espelhava nesta figura brilhante, audaciosa, combativa e inteligente. E quando o Governo do Estado, três, quatro, cinco dias, após este memorável encontro de lideranças, aqui na Assembléia Legislativa do Paraná resolveu ir a Arapongas, eu, particularmente, se fosse assessor direto do governador Jaime Lerner, se fizesse parte do grupo que o orienta politicamente eu, em respeito a este líder político da Oposição, líder das Oposições nesta Casa, ex-prefeito da cidade de Arapongas, teria falado ao governador do Estado: vamos para a cidade do Cartário, São Sebastião da Moreira, mas

vamos deixar para depois Arapongas, em respeito ao trabalho honrado das Oposições, comandado pelo Waldyr Pugliesi.

Só gostaria de concluir deputado, já lhe concedo o aparte, dizer que eu estava em Arapongas, junto com meu amigo, líder da Bancada do Governo, deputado Durval Amaral, e do deputado Ricardo Maia.

Eu lá estava com os meus prefeitos. Prefeitos de Assaí, prefeito de Florestópolis, prefeito de Figueira e prefeito de Leópolis, quatro prefeitos, lá estavam, eu os acompanhava, e quero dizer, deputado Waldyr Pugliesi, o governador foi de uma felicidade tremenda, ao ter capacidade de demonstrar, de ter sofrimento, pois quando ali chegou na porta da Prefeitura, apenas um jovem gritava palavras não muito aceitáveis, quando se dirige a um governante do Estado eleito pelo povo, mas no entanto o governador adentrou a prefeitura que V. Exa. tantos anos comandou, e ali subimos a escada, diversos e diversos prefeitos, 4 bilhões e 500 mil reais via convênios assinados e recursos já à disposição para as obras ali assinadas com o secretário Lubomir, para ali, deputado Waldyr Pugliesi, ali foram assinados os convênios, logicamente que aqueles homens que V. Exa. assinalou talvez até puxa-sacos do prefeito, não a Polícia Militar, esta nossa honrosa Polícia Militar, como fala o deputado Alborghetti, não tinha nada a ver com isto. Aí, talvez os mais chegados ao prefeito, irritaram os 5, 6 no máximo 10 pessoas que ali estavam. O governador terminou o seu despacho, foi convidado a almoçar no Clube Comercial da cidade, resolveu vir a Curitiba, não sei por onde foi, pois eu não o acompanhava no avião. Até este momento não houve 200 policiais militares, apenas uns 20 ou 30 que eu enxergava ali, e tão logo saímos dali o governador pegou o avião e nós, com o Ricardo Maia no meu carro, pois eu não tenho motorista, eu dirigindo, estávamos no Clube Comercial. Ali, sim, alguns movimentos irritados por estas pessoas que V. Exa. talvez tenha citado, ali, sim, se dirigiu um confronto entre a Polícia Militar, não sei se tem batalhão em Rolândia, em Apucarana ou em Arapongas, mas segundo eu soube e acredito nas suas palavras, aumentou o contingente da Polícia Militar, sendo inclusive usado bombas de efeito, ali na porta do Clube Comercial.

Só que o governador, deputado Waldyr Pugliesi, senhores deputados, nestas alturas estava na aeronave e estava se deslocando de Arapongas, e por isso, ao encerrar as minhas palavras, quero dizer que o deputado Nereu Moura, amanhã faço questão de pedir, inscrever-me no Horário de Liderança, também para lhe conceder o aparte, porque V. Exa. é uma das pessoas que mais enaltece com seus apartes, pelo seu conhecimento da matéria. No entanto, amanhã lhe concederei o aparte.

Só para terminar, senhor presidente, senhores deputados, quando a Oposição diz que no dia da votação, aqui não tinha como adentrar na Assembléia, meus parabéns à Oposição, porque nós, deputados, entramos sem

problema nenhum, mas o jogo é este. O jogo é para ser jogado com bastante dureza.

Meus parabéns!

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, Elio Rusch, é sabido que amanhã teremos aqui no plenário o presidente da Sanepar e a diretoria da Sanepar.

Indago a V. Exa., se acertado com o presidente Hermas Brandão, a Sessão de amanhã ficará exclusivamente, para que se possa ter essa audiência pública aqui? É essa a indagação dos deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Sessão de amanhã será exclusiva para questionamentos e audiência com o presidente e a diretoria da Sanepar. Não teremos Expediente e nem Ordem do Dia.

O SR. NEIVO BERALDIN

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Primeiramente, cumprimentando o ex-colega, deputado Ovídio Constantino, que nos honra com a sua presença e principalmente, nos empresta a inteligência que aqui marcou sua passagem frente ao mandato popular, que o povo da sua cidade, da sua região, o trouxe aqui a este Parlamento.

Mas, também queria cumprimentar, apesar de ser português, o Geraldo Cartário. Ele demonstra a sensibilidade que o pessoal do Palácio Iguazu não possui.

E uma medida infeliz, em uma medida que o deputado Geraldo Cartário traduziu nas suas palavras, na sua inteligência e principalmente, no seu respeito às opiniões divergentes. Deu uma amostra ao governador e aos seus "capachos", do que não seria em Arapongas, a cidade escolhida, para fazer a primeira visita, após o episódio da Copel.

Adendo ainda à colocação feita pelo deputado Geraldo Cartário, de que S. Exa. o governador deveria mandar a esta Casa uma mensagem, criando a Secretaria de Proteção ao Governador, porque de agora em diante, aonde ele for, vai ser da mesma maneira o tratamento que ele deu ao povo do Paraná, que não respeitou. Não são os vinte e sete parlamentares, que votaram pela privatização possível da Copel, que acredito não será, mas é a irresponsabilidade do governador Jaime Lerner, não respeitar uma consulta popular, feita através de uma pesquisa da Rede Paranaense de Televisão, onde mostrava e mostra claramente que a população do Paraná não deseja ser enganada por este governador.

Um dia após a votação neste plenário, S. Exa. o governador vai à Rede de Televisão e mente! Mente quando diz aquela verdade que não pode ser dita! Qual é a verdade que ele não diz? Que o governo está quebrado, que precisa vender a Copel por uma necessidade de caixa e que tem acima de tudo, a coragem de dizer que o social vai ser atendido.

Alguns deputados, como já disse na Sessão anterior e repito agora, falam que os postos de saúde, que os medicamentos, que a educação, que a segurança não terão mais problema algum agora, se a Copel for privatizada.

Além do povo, que luta pela idéia da Copel, é o jovem, é o estudante! E aqui esta, mostrando na Folha de Londrina: “Manifestantes vaiaram e tentaram jogar ovos no Governador.” “Confronto com policiais resultou em seis pessoas feridas e duas presas.”

Maurício Borges é o jornalista de Arapongas. Ele conta aqui, deputado Geraldo Cartário: “entraram em confronto com aproximadamente noventa PM’s, que usaram bombas de efeito moral, projéteis de borracha, e descreve aquilo que V. Exa. falou, da tribuna da Situação.”

Mas também a Gazeta do Povo, de sábado, mostra onde Lerner diz que fala o seu sucessor. Prestem atenção, senhores deputados!

Na rápida palestra que fez aos prefeitos, Lerner mandou um recado para a Oposição: “Não tenho vocação para perdedor, e faremos o sucessor mais uma vez. Bate-mos neles 5, 6, e vamos bater novamente. Encarar meus adversários é como ir em uma exposição, aonde conheço todos os bois, o nelore, o charolês, e etc.”

Então, respondo ao governador, que a comparação que ele fez, com a Oposição, é realmente inaceitável, mas até ponderável, porque o lado dele em uma exposição, aonde realmente ele se encontra é no chiqueiro.

É lá, onde não tem charolês, não tem nelore!

É lá, onde tem aqueles que fornecem para a Sadia o que eles usam, que é realmente a carne pelo qual ele se identifica. Se nós somos bois, com muito orgulho, ele é realmente, aquela parte da exposição, que fica sendo tratada em quatro paredes, e que vocês todos conhecem e nós não precisamos dizer.

Infeliz o governador quando diz que a Oposição é igual a bois nelore, ou a qualquer outra raça.

Eu poderia também adendar ao governador, de que ele e seus asseclas, que não têm raça definida, porque são vira-latas, fazem com que o Paraná se envergonhe de palavras colocadas, como estas da boca do governador, na Imprensa do Paraná, tentando atingir a honrabilidade, aonde ele não tem estrutura nenhuma para se colocar em uma disputa, com as idéias, com as posições e principalmente com o respeito que é devido.

Mas, queria senhor presidente, senhores deputados, falar mais um pouco de Arapongas, do nosso líder Waldyr Pugliesi.

O vereador foi preso, os estudantes foram agredidos, o povo apanhou, mas não se intimidou e não se intimidou.

Aonde for esse governador que está tentando vender o Paraná e a Copel, aonde ele for, terá 1, 2, 10, 15, 150, 200, sejam quantos forem os manifestantes.

É uma posição contrária, que tem a maioria dos 93% da família do Paraná, nesse episódio da Copel.

Queria dizer, senhor presidente, que na próxima quarta-feira, quando estaremos já inscritos no Grande Expediente, nesta Casa, vamos tocar em um assunto delicado, que está transcrito desde já: “Pedágio terá novo aumento no Paraná.”

Vamos na próxima quarta-feira, quando o tempo nos permitir, realmente ponderar, desde o primeiro dia da instalação do pedágio, mostrando aqui o que é que o pedágio trouxe de benefício para o Estado. E agora, com esse aumento que é colocado neste contrato efetivado, contrato irresponsável do Palácio Iguaçu, da elevação do pedágio.

Se agora os caminhoneiros já não conseguem sobreviver, como será no dia de amanhã, se isso realmente ocorrer em solo paranístico?

É uma vergonha que o governador fez um contrato contra interesses da família do Paraná.

Concedo, pela inscrição, o aparte aos deputados Nereu Moura, e em seguida, Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela Ordem, deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Talvez eu não tenha tempo suficiente de receber o aparte do deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

A Mesa concede um minuto a V. Exa.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Eu gostaria de pedir a V. Exa., senhor presidente, que retirasse das Atas desta Casa, a expressão: apesar de ser português. Porque: primeiro, sou brasileiro nato, não sou naturalizado; segundo, quando criança, eu tinha o apelido de Tibiriçá, porque meu pai nasceu em Tibiriçá, distrito de Bauru, Estado de São Paulo.

E quando fala-se, apesar de ser português, nós falamos a língua portuguesa! O meu tataravô já tinha nascido em Minas Gerais, e eu, por exemplo, sofri aqui no Paraná, quando me dirigi de Maringá para Guaíra, com o meu “jipinho”, entregando mercadoria da nossa empresa, e ficava dois ou três dias na estrada.

Então, deputado Zuk, apesar da amizade que temos e apesar de sermos origem inclusive, no Partido que era comandado pelo governador Jaime Lerner, que era o

PDT, que nós nos elegemos com Algaci Tulio e outros, acho que pela minha educação e pela minha moderação nesta Casa, que jamais agredi algum companheiro, não mereço que aqui nesta Casa diga-se: apesar de ser português”.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, concordo plenamente com a colocação do deputado Geraldo Cartário. Apesar de português, que é o Geraldo Cartário, não foi na sequência que V. Exa. coloca. Tenho respeito pelos grandes portugueses, V. Exa. é um deles, descendente, e muito nos honra, além da amizade, da inteligência que não possuem os assessores do governador do Estado.

A colocação foi feita, nobre deputado Geraldo Cartário, V. Exa. entendeu perfeitamente bem, só que fazendo com que alguma coisa fosse desvirtuada, não tirar de nós a posição de que vocês, portugueses, apesar do descobrimento que fizeram no Brasil, nos trouxeram também a cultura que hoje ostentamos. Todos nós fomos colonizados por portugueses e apesar de portugueses. V. Exa. realmente tem a inteligência que todos nós possuímos, em igualdade, como irmãos.

Concedo um minuto a V. Exa., deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Zuk, eu queria, apenas e tão somente, falar ao deputado Cartário.

No início do discurso do deputado Cartário, ele falou que o presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, entrou com uma ação popular e ganhou uma liminar, desmanchando um negócio mal feito pelo Governador do Estado. Segundo o deputado Cartário, foi um secretário da Fazenda quem fez esse negócio mal feito.

Eu gostaria que o deputado Cartário falasse o nome do secretário, porque já foram diversos secretários da Fazenda que o Lerner teve, para que pudéssemos saber de qual deles ele está se referindo.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Encerrando, senhor presidente, quero, tão somente dizer que a colocação feita pelo deputado Geraldo Cartário, quando não falou o nome do secretário, acredito que na próxima reunião ele assim o fará, porque sabemos de que lado, este secretário se encontra.

E também dizendo em relação ao deputado Algaci Tulio, que foi citado, e a nossa pessoa, no nosso PDT, nós infelizmente apoiamos o atual governador Jaime Lerner, demos a ele a condição de ser prefeito em Curitiba, principalmente o deputado Algaci Tulio, que retirou a sua candidatura, e nós lhe emprestamos a legenda, a ser governador, mas traiu tanto o povo de Curitiba, como o do Paraná nessa posição da Copel e traiu nossa posição partidária! Nada nos envergonha, a não ser o ato de darmos a quem não merecia, o crédito que foi oferecido!

E mais uma vez, na quarta-feira, pedágio nesta tribuna, para que o Paraná todo fique alerta sobre o novo aumento que estão tentando fazer, com que nada seja anunciado e principalmente no dia de amanhã, que o caminhoneiro, que o transportador e que a família do Paraná mais uma vez sejam prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Uso apenas essa tribuna, no Horário do Pequeno Expediente, para discorrer aqui na Sessão sobre um acontecimento registrado no final de semana no município de Maripá, município novo, jovem, lá do extremo-Oeste, e que introduziu dentro do seu calendário uma festa chamada Festa das Orquídeas e a Festa do Peixe.

Na verdade, Maripá é conhecida como a Cidade das Flores e com o pouco tempo que foi instituída pelas primeiras pessoas que gostam das orquídeas, transformaram aquela cidade em uma verdadeira cidade das flores. Vale a pena qualquer cidadão visitar essa cidade. As orquídeas são plantadas nas ruas, nas árvores, nas praças, nos jardins das casas. E muitas dessas pessoas, senhor presidente, senhores deputados, já fazem da plantação das orquídeas uma grande fonte de renda para o seu sustento.

Junto com essa Festa do Peixe e essa Festa das Orquídeas, que se registrou no último final de semana, na sexta, sábado, domingo, nós tivemos na exposição das pessoas que trabalham essas plantas e, diga-se de passagem, uma exposição bonita, bela, algo digno de cinema. E é importante que os expositores das orquídeas são todos lá de Maripá. A comercialização também, não só dos munícipes de Maripá, mas de toda a região.

E eu fui a essa festa nos três dias, na sexta-feira, no sábado e no domingo, e conversei com muitas dessas pessoas, e elas se sentem hoje realizadas com o trabalho que iniciaram há questão de 10 anos e estão fazendo disso, deputado Basílio Zanusso, uma grande fonte de renda, de receita, para a sua família. E com o passar do tempo, elas vão pesquisando e implementando cada vez mais essa modalidade da receita para o sustento da sua família.

Por isso eu fiz questão, senhores deputados, para que ficasse registrado nos Anais dessa Sessão de hoje, essa belíssima festa, tanto das orquídeas, como a Festa do Peixe. Foram dezenas e dezenas de pratos de peixe, das mais diversas variedades, desde peixe no espeto, na grelha, ensopado, frito, bolinho, maionese de peixe. Quer dizer, uma grande festa gastronômica que lá aconteceu. E não podíamos deixar passar em branco, e parabenizar o prefeito, a sua equipe administradora e toda a comissão que organizou essa festa nesse município.

Esse seria o nosso registro, e agradeço a atenção dos senhores!

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero registrar aqui com alegria a presença do vice-prefeito de Cascavel, nosso companheiro, Leonaldo, futuro deputado estadual.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Registramos a presença do vice-prefeito e sentimos honrados com a sua presença.

No Horário do Grande Expediente usarão da palavra os deputados Algaci Tulio e Edson Strapasson.

Com a palavra, o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Em primeiro lugar, no início da Sessão de hoje, o 1º secretário leu um comunicado informando que o deputado Luiz Fernandes Litro pediu uma licença de 15 dias para tratamento de saúde.

Quero dizer que, muito embora sendo um leigo, um analfabeto na medicina, todos nós aqui pudemos presenciar o estado de estresse que se encontrava o deputado Litro. E foi por essa razão que eu fiz aquela questão de ordem, pedindo a criação de uma junta médica para que desse o tratamento, o diagnóstico da situação de saúde do deputado Luiz Fernandes Litro. Portanto, muito embora questionado naquela ocasião pelo deputado Fernando Ribas Carli, acho que hoje ele me daria razão, da minha preocupação pelo estado de saúde que estava vivendo naquele momento o deputado Luiz Fernandes Litro.

Senhor presidente, se fôssemos aqui relatar também as festas de final de semana, eu diria que por todas elas por onde eu andei, muito embora não tivesse maionese, fui muito bem recebido. Confesso aos senhores parlamentares de que nas minhas andanças no sábado à noite, por exemplo, no jantar dos moradores de Itararé, dos nascido em Itararé que moram em Curitiba, eu fui entusiasticamente aplaudido quando usei da palavra para cumprimentar o município; recebi a saudação do povo pela minha luta e dos demais 25 companheiros, que lutaram bravamente para tentar impedir a venda do nosso melhor patrimônio, a Copel. Diria que ontem na festa aqui pertinho, nem era festa, era apenas um churrasco da Igreja Santo Agostinho, também fui festivamente saudado pela população e assim tem sido por onde nós temos andado, graças a Deus, bem ao contrário do que acontece hoje com o governador e sua comitiva, que certamente antes de sair do Palácio Iguaçu têm que programar toda uma estrutura de segurança porque evidentemente o povo não ficou nada satisfeito com o que aconteceu após a votação para a venda da Copel.

Senhor presidente, quero também hoje fazer o registro de um fato e onde fui também festivamente aplaudido em Tranqueira, distrito de Almirante Tamandaré, pertinho de onde nasci, nós lá estivemos no sábado à tarde participando de uma audiência pública, ao lado do Secretário da Justiça e Cidadania, Pretextato Taborda Ribas, ao lado de representantes de segmentos da socie-

dade, especialmente daqueles que fazem a luta para cobrança de justiça e de investigações a respeito de pelo menos onze mulheres mortas na região compreendida entre Almirante Tamandaré e Rio Branco do Sul. Foi uma audiência bastante comovente, uma audiência em certo momento um tanto quanto pesada, mas depois nós acabamos entrando para pedir calma, tranqüilidade, que era muito mais importante naquele momento, deixar de lado as questões políticas, mas discutir exatamente cobranças em cima dos órgãos do governo do Estado e da Segurança Pública e da Justiça, pelas mortes de 11 mulheres, num prazo não superior a dois anos, nesse trecho aqui pertinho de Curitiba, e que lamentavelmente não vinham recebendo essas famílias as devidas respostas por parte dos órgãos de Segurança e de Justiça do Estado do Paraná.

Acredito eu que se fosse em Curitiba, em qualquer bairro de Curitiba, não precisaria nem ser no Jardim Social, nem no Champagnat, nem no Alphaville, nem no Schaffer, nem no Jardim Botânico, se tivesse morrido duas mulheres certamente, já teríamos uma comoção social e a queda até quem sabe do secretário da Segurança Pública. Lá, povo ordeiro, povo humilde, esperando dignidade, que as investigações foram feitas e somente agora depois de 11 mortes, de 22 mulheres desaparecidas, é que se instala um sistema de tentativa de investigações, indicando um delegado especial para dar um atendimento àquela população.

Mas, senhor presidente, senhores deputados, venho à tribuna também nesta tarde de segunda-feira, para cumprimentar o nosso presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão. Se algumas críticas fizemos à sua pessoa, se nosso pensamento não foi aquele que poderia ser melhor em relação à condução de alguns fatos aqui na Assembléia durante o processo de votação do projeto de iniciativa popular, quero nesta tarde cumprimentar V. Exa., deputado Hermas Brandão, pela iniciativa que teve, de entrar com uma ação popular procurando evidentemente evitar que parte daquilo que foi recebido, se a Copel for vendida, eu ainda tenho esperança que isso não vai acontecer.

Esses 31% de ações que recebam da Copel ainda não serão vendidas, mas se por azar, por todos os azares for vendida, pelo menos uma certeza nós temos, parte deste dinheiro não vai cobrir, não vai pagar os títulos podres de Alagoas, de Santa Catarina, de Pernambuco, de Guarulhos e de Osasco, isto porque o presidente da Assembléia entrou com uma ação popular na Justiça, onde diz: o Estado mantém compromisso de adquirir os títulos públicos especificados do item 4º, constantes dos ativos do Banestado, cujo valor totalizaria 350 milhões de Reais num prazo de um ano, a partir do dia 30 de julho de 98. Através de tal negociação, portanto, o Estado do Paraná ficou de adquirir do Banestado, antes da privatização os títulos comumente chamados de títulos podres de outras pessoas jurídicas de direito público da federação, conforme aludido na cláusula 1ª da dita avença.

E o que é que é pior, o Estado do Paraná deu em garantia do cumprimento da obrigação em caução, ações da Companhia de Energia Elétrica, Copel, conforme se vêem a cláusula 1ª, 2ª. Como garantia de cumprimento dessa obrigação, o Estado oferece ao Banestado, em caução 24 milhões, 691 mil, 358 ações ordinárias numerativas, representativas das suas participações no capital da Copel, ao preço de 17,01 por lote de mil ações, totalizando 419 milhões de Reais, e para complicar ainda mais a situação do Estado do Paraná, este outorgou a procuração para o Banestado fazer a negociação de ditas ações caucionadas, caso não seja pago o valor no prazo no ano, a partir de 30 de julho de 98, conforme estabelece.

Ora, senhor presidente, nós tivemos recentemente aqui, ao final do período legislativo do primeiro semestre, uma discussão nesta Casa de uma mensagem chegada em cima da hora pelo Poder Público para que esta Casa aprovasse, que era na verdade uma ação onde dispunha sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social ao Porto de Paranaguá, a funcionários do Porto de Paranaguá, no valor de 75 milhões de Reais.

Vejam, para um valor, menor o Governo do Estado mandou esta Casa referendar a sua ação, mandou para cá uma mensagem pedindo que a Assembléia aprovasse aquela negociação de 75 milhões de Reais que o Porto de Paranaguá devia ao INSS, e com a certeza de que o Porto, evidentemente, faria contrapartida, pagaria mensalmente ao Tesouro do Estado da ordem de 300 mil Reais por mês, até completar os 75 milhões assumidos pelo Governo do Estado mensagem que veio em cima da hora, que poucos, e a maioria até da Bancada Governista não sabia como se portar.

Tivemos, eu o deputado Marcos Isfer, que conhecemos a Situação do Porto de Paranaguá, sabemos do que tudo isso se originou, que foi naquela indústria de ações trabalhistas que praticamente deixaram o porto inviabilizado de investimentos e de melhoria para poder suportar toda a esta demanda que é hoje a grande safra que passa pelo Porto de Paranaguá.

Muito bem, a Assembléia aprovou, deu o seu aval ao governador e nós aprovamos aquela mensagem. No entanto, o mesmo procedimento não teve o governador do Estado, a mesma preocupação não teve de encaminhar a esta Casa uma mensagem esclarecendo o que pretendia fazer desses títulos podres adquiridos pelo Banestado através dessas empresas que vieram dos outros Estados. E lamentavelmente está aí o “mico” que fica, evidentemente, para o Paraná, são 400 milhões de Reais, quase 500 milhões de Reais que certamente não serão alocados para a segurança que o povo tanto reclama neste Paraná, para a saúde, para a educação, porque evidentemente seriam utilizados para o resgate dessas ações, desse valor aí.

Felizmente o nosso presidente da Assembléia tomou a iniciativa, e graças a Deus o Tribunal de Justiça do Paraná acatou, deferindo, permitindo a liminar, suspendendo portanto a utilização deste valor. E caso da venda da Copel para qualquer grupo que vier aí se habili-

tar e conseqüentemente o dinheiro que sobrar não poderá ser utilizado para resgatar os títulos podres. Quero, portanto, nesta tarde, parabenizar o presidente Hermas Brandão, pela feliz iniciativa, pelo trabalho jurídico muito bem elaborado pelo Dr. Wilians Esperidião, ex-delegado de polícia, pessoa que nós conhecemos há longos e longos anos das nossas vidas policiais, e que fez, evidentemente, uma petição com muita qualidade, com boas condições, que não permitiu ao poder Judiciário outra alternativa, senão conceder a liminar deferindo esse procedimento, não permitindo, se caso ocorra a venda da Copel, nós tenhamos que ver 500, 600 milhões de reais sendo utilizados para cobrir esses títulos podres.

Portanto, fica aqui este registro que fazemos nesta data, e lamentar, profundamente, que ainda estejamos lembrando de fatos que ocorreram nesta Casa, como lembrou o deputado Nereu Moura, onde nós que somos os moradores, somos aqueles que vivemos aqui nesta Casa, tivemos a dificuldade, tivemos que enfrentar cordão da Polícia Militar, com todos os armamentos, com todos equipamentos para uma guerra, para enfrentar bandidos, para vir aqui impedir o direito de ir e vir de nós, parlamentares, e de todos aqueles que fazem o dia-a-dia desta Casa, transformando esta Assembléia numa companhia da Polícia Militar, com todo respeito que temos pela corporação.

Ninguém mais do que eu defende nesta Casa gloriosa a Polícia Militar, mas lamentavelmente usou e abusou do seu poder de polícia. Felizmente, em bom momento, o Comando Geral mudou o comando da Polícia da Capital, tirando o Coronel Cerpa do comando e encaminhando lá para a Academia da Polícia Militar do Guatupê. Felizmente tivemos essa mudança, que comprova que houve abuso, que houve, evidentemente, a violência praticada a nós, parlamentares, que convivemos diariamente nesta Casa.

O Sr. Augustinho Zucchi

Quero agradecer-lhe pelo aparte que me concede, e além de nos congratularmos com a sua atuação, em todo esse processo de discussão e de votação do projeto de iniciativa popular, em nome do Bloco Independente gostaríamos de parabenizá-lo pela sua atuação com firmeza, com dignidade e com muita determinação.

Nós, que tivemos em vários eventos tratando desse assunto, deputado Algaci, pudemos vivenciar o reconhecimento da população da Grande Curitiba pelo seu trabalho com relação a este projeto, enfim, com relação à sua atuação parlamentar. Nas horas de maior dificuldade, nos momentos mais difíceis que por aqui passamos, conosco cobrou a solidariedade entre os demais companheiros, para que juntos, pudéssemos resistir à vontade desmensurada do governo, de vender a nossa Copel.

Então parabéns a V. Exa. e pode ter certeza absoluta, V. Exa. ganhou ainda mais o reconhecimento dos nossos companheiros parlamentares pela sua bela e corajosa atuação diante deste projeto de iniciativa popular.

Parabéns!

O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado, deputado Augustinho Zucchi.

Quando se referiu às minhas andanças e à maneira como tenho sido recebido, tenho certeza que isso se estende a todos os 26 companheiros nossos, desta Bancada, do PMDB, do PSDB, do PT, de parte do PPB, do PL, dos partidos que na verdade, fizeram realmente a grande trincheira da resistência pela não venda da Copel.

Tenho certeza que o deputado Marcos Isfer nas suas andanças por Curitiba, pelo litoral do Estado, deputados Neivo Beraldin, Strapasson, Renato Gaúcho, Pastor Edson, temos certeza que nós podemos, com toda sinceridade, nos sentir aliviados. Combatemos o bom combate, não nos sentimos derrotados. Derrotado é o Governo que, com todo poder que tem, ganhou por apenas 1 voto.

É sinal que realmente teve fraqueza, ele não pode, evidentemente, convencer bem. E nós éramos felizes, eu estou muito feliz e tenho certeza que todos os companheiros aqui estão agradecidos por termos convivido realmente dias importantes, dias memoráveis, dias em que muitos reviveram o seu tempo de estudante, das suas lutas estudantis, nas suas lutas de classe, e assim foi o que nós enfrentamos nesta Casa.

E certamente estamos preparados, deputado Orlando Pessuti, para outras refregas, como se diz na gíria, que virão por aí. Ainda vamos continuar na briga, pela não privatização da Copel, vamos brigar ainda pela Sanepar, que ainda é um outro assunto que devemos nos debruçar aí, de corpo e alma, na defesa desse órgão público do Estado.

Concedo o aparte ao deputado Orlando Pessuti, e na seqüência, quero ceder aparte do Grande Expediente ao deputado Edson Strapasson.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Algaci, quero apenas cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz, porque, sem sombra de dúvida, a exemplo do pronunciamento do deputado Pugliesi, do deputado Nereu Moura, do deputado Luiz Carlos Zuk, no dia de hoje, o seu pronunciamento retrata, com muita propriedade, tudo aquilo que aconteceu, que está acontecendo e que vai acontecer. E como justamente no final da vossa manifestação, neste dia, para dizer que a luta não cessou, a luta está apenas começando, nós perdemos uma batalha, nesta guerra santa, nesta guerra democrática que estamos desenvolvendo para impedir que o Governo venda a principal empresa do nosso Estado. E quando algumas pessoas disserem que é exagero, que esta juventude está exagerando, eu, na mesma hora, respondi o seguinte: "Olha, pode haver, algum tipo de exagero, mas é um exagero de democracia, um exagero de civismo, um exagero de paranismo, um exagero de nacionalismo, que na hora que aquelas crianças, aqueles rapazes, aqueles estudantes, aqueles sindicalistas, profissionais liberais que participaram do momento da ocupação do plenário e das galerias da Assembléia, eles estavam, naquele momento, extrapolando, de dentro de

cada um deles, o sentimento de milhões de paranaenses! Não era o sentimento apenas daquelas pessoas que estavam aqui, por isso, se algum exagero aconteceu, era um exagero de paranismo, sentimento de defesa daquilo que é nosso, que foi construído por nós e que, de repente, a gente se apercebe que está sendo tratado como se fosse mais uma mercadoria que você encontra em qualquer botequim da esquina.

Por isso cumprimento a V. Exa. sei do que passou, do está passando, do está passando o deputado Marcos Isfer, o deputado Silvestri, o deputado Renato Gaúcho, Edson Praczik, a deputada Serafina, o Chico Noroeste, o Tiago Amorim, o deputado Zucchinho. São deputados que integravam, até o ano passado, de certa forma, a base de sustentação do Governo na Assembléia, mas que tiveram coragem de assumir uma posição contrária àquilo que pretendia o governo, para ficar favorável àquilo que pretendia o povo do Paraná.

Sei das retaliações que cada um sofreu, V. Exa. foi retaliado no próprio plenário, pelos seus próprios colegas de partido, quer dizer, isso é de conhecimento público o que aconteceu, as agressões à democracia, as agressões ao Regimento da Casa, no processo de discussão e votação das atas, por isso me somo a V. Exa., e tenho certeza que estamos apenas começando uma caminhada para sermos os grandes vencedores, ao lado do povo do Paraná, nessa guerra santa e democrática.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO

Obrigado deputado Pessuti. Eu classifico a ação dos estudantes como uma ação bendita e o exagero da indignação do povo do Paraná, pelo que está acontecendo, pela dilapidação do Poder Público, que estamos verificando neste nosso Paraná.

Encerro aqui, senhor presidente, e ocupa o restante desse horário o companheiro, deputado Edson Strapasson.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Com a palavra o deputado Strapasson por 10 minutos.

O SR. EDSON STRAPASON

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho a esta tribuna nesta semana, ainda com ares bastante entristecidos, resultado da grande batalha que se travou na semana passada e o motivo da tristeza não é com certeza, a derrubada do projeto popular, mas sim e especialmente a forma como foram tratados os cidadãos paranaenses que aqui vieram para discutir, conduzir e encaminhar um projeto inédito de iniciativa popular no Estado do Paraná.

Eu queria fazer uma abordagem de duas questões que julgo importantes, até porque nós presenciamos, e todos os cidadãos paranaenses também presenciam a presença quase que diária do governo Jaime Lerner, vindo à

televisão, no horário do informe publicitário, com certeza, horário pago, para justificar o porquê da venda da nossa estatal mais importante, a Copel.

Nessa questão, é muito importante citar algumas coisas que se dizem e outras que mentem e aquilo que não se diz. O governador citou no seu pronunciamento, que a Copel não vai sair do Paraná, e isso é verdade. Não há como retirar as usinas hidrelétricas, as subestações, as linhas de transmissão e distribuição do Estado do Paraná, porque isso é impossível, territorialmente falando, mas diz o governador que o governo continuará tendo o comando dessa importante Companhia, o que não é verdade, porque diz ele que, através da Agência reguladora continuará o Governo do Estado, estabelecendo a diretriz, a orientação estratégica da Copel no interesse público, o que não é verdade, porque eles estará vendendo a Copel e entregando na mão do capital privado, estrangeiro, provavelmente, e com certeza receberá as orientações, não de uma agência reguladora de caráter estadual, levando em consideração o interesse estadual do Paraná, mas sim, a orientação da Aneel que é sim, a Agência Reguladora de Concessão Federal e portanto não caberá ao Estado do Paraná, criar nenhuma agência reguladora, porque é uma concessão federal, cabendo à Aneel fazer a orientação e aí é importante travar um debate e um questionamento profundo da questão e do comportamento que têm tido essas agências reguladoras em relação ao interesse público.

Evidentemente também não se disse, e o governador dizia que o preço continuará sendo tabelado. Quem, ditará as normas de preços e tarifas, será a Aneel, mas no processo de privatização, todos sabem que uma das condições-base, foi a liberação de mercado, prevendo, a partir do ano de 2003 em diante, a liberação total de preços, onde nem sequer a Aneel poderá determinar a tarifação para cada região, cabendo, não ao monopólio estatal por interesse público, mas principalmente, o oligopólio privado, especulativo dos grupos estrangeiros que virão arrematar as nossas energéticas e com certeza, meia dúzia deles se sentarão à mesa e definirão quanto querem ter e com certeza, não estaremos livres de espalhar más notícias em relação ao Brasil, para que o dólar se desequilibre, para que possam dolarizar o custo, a tarifa de energia elétrica no Paraná.

Eu gostaria de dizer que os preços não estarão regulados pela Aneel, serão liberados a interesse privado e não a interesses do povo do Paraná e a Copel não poderá ser usada como empresa estratégica ao interesse do povo do Paraná, porque o Estado do Paraná, que é o atual proprietário majoritário das ações ordinárias, não terá mais essa condição.

É importante colocar essa questão.

E, pegando aqui um “gancho” em relação a estas agências reguladoras, senhores deputados eu queria fazer um rápido comparativo em relação a uma outra agência reguladora, chamada Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, que faz a fiscalização deste tipo de con-

cessão federal, onde vemos a burocracia e a falta de interesse público que movem estas instituições, até pela grandeza do nosso território nacional, do Brasil, onde, na semana passada, tivemos e recebemos uma notícia muito boa, em nome da Associação Comunitária Jardim Paulista, do município de Campina Grande do Sul, recebemos uma liminar da 6ª Vara da Justiça Federal, determinando que a Telepar-Brasil Telecom e que a Anatel determinem a cobrança para o município de Campina Grande, para Quatro Barras, também já é, da cobrança da tarifa local e não da tarifa enquadrada, atualmente, de grau 1.

Infelizmente, apesar dos municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul, que pertencem à Grande Região Metropolitana de Curitiba estarem reivindicando perante a Anatel há mais de cinco anos, a condição de serem entendidas como área conurbada à grande Curitiba, porque assim o são, pelo que define a Portaria Federal, que diz que “serão conurbanos os municípios que não tiveram descontinuidade física por mais de mil metros”, e assim os dois municípios estariam contemplados.

Não obstante a este encaminhamento, muito anterior à questão que encaminhamos em 99, pedindo que os municípios ligados à Capital, tivessem, juntamente com o pleito das ASSIC's e várias entidades que encaminharam à Anatel, e somente saíram porque a Telepar assim o quis. Até pensando no mercado, ela entendeu como justa a reivindicação, que se dependesse da Anatel, com certeza até hoje estes municípios de Almirante Tamandaré, Colombo, Pinhais e vários outros municípios da região estariam pagando uma tarifa de três vezes superior ao que paga o cidadão de Curitiba.

Portanto, senhores deputados, estes dois municípios, tivemos que encaminhar uma ação civil pública para que tivessem o direito de encaminhar uma ação civil pública para que tivessem o direito de serem enquadrados, como diz a Portaria Federal, depois de anos de batalha, uma juíza da 6ª Vara Federal acabou determinando que assim o fizesse.

Infelizmente, aí queremos fazer a abordagem do que estas famosas agências reguladoras entendem, no grande território nacional e o que elas farão, senhores deputados, na condução dos interesses do Estado do Paraná? Com certeza, nada!

É importante dizer que esta conquista não pára por aí. Nós temos vários municípios também, que não estão sendo contemplados, que estão pagando tarifas absurdas: interurbanos mais caros do que ligar para a Europa ou Estados Unidos, que tem a promoção dos seis ou sete centavos.

Então, de repente, nós temos que abrir um questionamento muito profundo em relação ao comportamento destas agências, em relação à condução daquilo que é o interesse público e não do que é o interesse de um grupo econômico, que faz o serviço, no Brasil.

Concedo aparte ao deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Strapasson, apenas e tão somente quero parabenizá-lo pela grande conquista. Desde a primeira hora, V. Exa. foi um deputado que se dedicou em cima desta matéria. Lutou e agora conquista, e apresenta para a comunidade esta grande conquista.

É assim mesmo que faz um deputado sério, trabalhador, como V. Exa., que correu atrás e defendendo os interesses do povo da Região Metropolitana de Curitiba, como deve ser representado, e agora anuncia, não só hoje, como no final de semana, já pude observar na imprensa, a conquista desta liminar que vai beneficiar milhares de consumidores, de forma que, em nome da liderança do PMDB, eu quero parabenizar V. Exa. e parabenizar a população de Curitiba e da região metropolitana, sobretudo que, através da luta de V. Exa., tem esta grande conquista.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, só para encerrar, gostaria de fazer uma abordagem para que esta Casa, através de todos os deputados, fizéssemos um questionamento profundo em relação ao comportamento, e é isso que eu queria dizer, destas agências reguladoras que serão federais, portanto, não cabe e não pode o governador vir dizer que o interesse público do Paraná será preservado através das agências reguladoras, que na verdade, vêm apenas o interesse nacional e muitas vezes não é o interesse do Paraná, e muitas vezes não é o interesse do povo, e sim o interesse econômico daqueles que fazem a gestão do serviço público por concessão, que pagaram o preço, mas buscam aqui grandes lucros, e não necessariamente o que é melhor para o nosso povo.

Muito obrigado pelo tempo que excede, da parte da Mesa Diretora.

O SR. PRESIDENTEE (Elio Rusch)

Horário das Lideranças. Consulto a Liderança do PL, PSB, PSC, PST.

(Todas declinaram)

PPS.

Deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Volto à tribuna desta Casa, no Horário da Liderança do PPS, para mais uma vez manifestar a indignação que nós, deputados desta Assembléia, temos que ter em relação a atitudes tomadas pela empresa Copel.

Vejam os senhores que hoje, na Gazeta do Povo, um dos principais noticiários desta Capital, saiu publicado um balanço desta empresa, um balanço provisório, juntamente com uma Ata de Sessão. E nesta Ata da assembléia, eles colocam a divisão das ações entre as subsidiárias desta companhia e prevê um lucro, reservas de lucros, consta aqui, senhores, 1 bilhão, 799 milhões, 946 mil e 418 reais. Esta é a previsão de lucro para este

exercício que fica aqui já constando da capital da empresa.

Da mesma forma, eu dizia, na Sessão anterior, que seria feita a avaliação, seria divulgada na sexta-feira, 24, o que não ocorreu, porque ninguém consegue entender a forma apressada com que o governo tenta fazer atropeladamente a privatização da Copel. Vejam os senhores que aquela avaliação que estava prevista para ser publicada dia 24, não pôde ocorrer por falhas que já tinham sido denunciadas desta tribuna, foram remetidas à Aneel, e concordo com o deputado Strapasson, quando ele coloca aqui que estas agências nacionais não têm e não terão, em momento algum, a preocupação em preservar o serviço para o Estado do Paraná, então não foi publicado por falhas técnicas, não foi apresentado a esta Assembléia em momento algum para apreciação, a subdivisão da Copel em empresas subsidiárias, isto nunca passou nesta Assembléia, e portanto, de acordo com a Constituição Estadual, isto não poderia estar ocorrendo, é o artigo de número 27, inciso 17, que proíbe que seja feita a cisão de uma empresa sem que ela passe, sem que seja aprovada por esta Assembléia.

Da mesma forma, vemos que, além de haver este tipo de desrespeito à legislação, ainda continuamos sem ter a publicidade dos atos prometidos pelo senhor governador, quando vai a televisão anunciar a privatização da empresa.

Então, notem, senhores, que continua o desrespeito a esta Assembléia, em todos os momentos: na falta de cumprimento da Constituição e na avaliação. Vejam os senhores, que a empresa Copel, aparece neste balanço, com algo em torno de oito bilhões e quatrocentos milhões, com a sua avaliação apenas de capital, ou seja, aqueles balanços que sabemos as S/A's apresentam muitas vezes, sem toda documentação, deixando de lado uma série de ativos.

Vejam os senhores, que as subsidiárias da participação, estão sendo avaliadas negativamente. Portanto, é um absurdo o que se pretende com esse aceleração por parte do Dr. Ingo, por parte de alguns servidores, que deveriam servir o Estado do Paraná, mas me parece, estão a serviço de outros interesses maiores, quando vê, e obrigam a bancada, a base do Governo aprovar a manutenção da lei contra a iniciativa popular, que eles sequer cumprem em momento algum, a legislação. E por não cumprirem a legislação, não puderam publicar a avaliação, vão jogar esses dados para frente. Não sabemos quando isso vai ser apresentado.

Sou capaz de dizer aos senhores, que isso deve ser apresentado, como sempre, no afogadilho, para que não dê tempo de ninguém discutir essa avaliação, não dê tempo que esta Assembléia se manifeste, e possa colocar as dúvidas que existem sobre essa empresa e a forma como as coisas estão sendo feitas.

Vejam os senhores, que o governo novamente esconde os dados, não vêm a esta Casa em momento algum, apresentar de uma forma consistente, o que está

se passando nesta avaliação e deixa a Assembléia à margem de todo processo.

Isso só pode, sem sombra de dúvida, mascarar e nos deixar muito alerta com o que está se passando.

Continuo acreditando e quero parabenizar o presidente desta Casa, pela ação proposta, que impede que o dinheiro bom da Copel, seja usado para pagar os títulos para o Itaú. O Itaú, quando comprou o Banestado, tinha conhecimento desses títulos e eles que o assumam! O Itaú que assuma esse título, pois sabia da sua existência!

Então, em momento algum, podemos concordar com que as coisas sejam feitas de afogadilho; com que as coisas sejam feitas à noite; com que as coisas sejam feitas nas sombras da madrugada, como o governo pretende fazer, novamente.

Não há discussão da avaliação, não teve o Governo condições de cumprir aquilo que é pré-requisito. Tanto que teve que segurar a avaliação, anunciada para o dia 24. Em momento, algum, trouxe a esta Assembléia, para discussão, como tenho certeza, se não insistirmos, enquanto Poder independente, de que por aqui passem todos os atos, ficaremos à margem, vendo apenas a Copel ser privatizada, sem satisfação a esta Casa de Leis, sendo menosprezada esta Assembléia e cada um dos senhores deputados.

Portanto, continuo insistindo, o Dr. Ingo não tem procuração desta Assembléia para fazer a subdivisão acionária que está fazendo! Ele não tem procuração desta Assembléia para avaliar e colocar essa avaliação em público sem que por aqui passe e todos tomemos conhecimento, dando publicidade a esses atos! Tenho certeza de que ações movidas por várias entidades, ações populares que estão dando entrada com relação a esse tema, terão acolhida, não só por parte do Ministério Público Estadual e da Justiça Estadual, como do Ministério Público Federal e também, por parte da Justiça Federal.

Agora, é imprescindível que esta Assembléia exija, que por aqui, todos esses atos que o governo procura fazer na calada da noite, passem e sejam apreciados à luz da verdade e do que a população deseja.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

PT. Com a palavra o deputado Hermas Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Inicialmente quero aqui registrar a ausência dos deputados Ângelo Vanhoni e Irineu Colombo, por motivo de estarem acompanhando o presidente Nacional do PT, que está em visita ao nosso Estado, deputado federal José Dirceu.

Mas venho à tribuna, forçado até, pelas infelizes palavras do deputado Geraldo Cartário.

Ele, que não é muito de falar, de repente vem aqui, lê para nós um artigo, que a grande imprensa internacional está promovendo neste País, de uma campanha de desqualificar os candidatos da Oposição à Presidência da

República, tentar criar um candidato para o governo que está aí.

Quando o deputado Cartário se refere, no texto que ele leu, à prefeita de São Paulo, Martha Suplicy, na verdade, entendo isso como uma manifestação preconceituosa contra a mulher, contra a mulher administradora, contra a mulher que chegou à principal cidade deste País, à capital de São Paulo, ao honroso cargo de prefeita.

No entanto, os velhos coronéis não aceitam, de forma alguma, a ascendência da mulher na vida política nacional. É por isso que se manifestam, como o deputado Cartário se manifestou, e é por isso que se manifestam como a imprensa, o artigo que o deputado leu neste plenário, hoje, de forma até de desmerecer o papel da mulher.

Pois não, deputada Luciana!

A Sra. Luciana Rafagnin

Obrigado pelo aparte, deputado Hermes, gostaria de dizer que, na explanação do deputado Cartário, ele esqueceu, ou talvez não leu a “Folha de Londrina”, de domingo, aonde fala do desvio de recursos da administração Maluf. Aonde só na obra do Túnel Ayrton Senna, Maluf teria sido agraciado em 300 milhões de reais.

Então, esquece o deputado, de também fazer essa avaliação. Porque eu imagino, não pelo fato de ser mulher, mas por administrar uma cidade de porte de São Paulo, realmente, não deve ser nada fácil.

Até pela forma que foi encontrada a prefeitura, aonde a administração Maluf-Pita, lesaram os cofres públicos.

Então, lamentamos, que muitas vezes são feitas avaliações, sem antes saberem a forma e as condições que foram encontradas essa administração.

E até mesmo porque, muitas vezes, é difícil avaliar uma administração em 8 meses. Mas podemos dizer que a prefeita Martha Suplicy já implantou muitos programas de ações voltadas para, principalmente, áreas mais carentes de São Paulo, aonde diria aqui, “O Combate ao Ciclo da Pobreza”, o programa “Renda Mínima”, “Bolsa Trabalho”, e no dia de ontem a prefeita Martha Suplicy também deu posse a 1075 delegados do Orçamento Participativo.

Então, temos certeza que a prefeita Martha Suplicy vai fazer uma boa administração em São Paulo, porque com toda certeza, não será uma administração da prefeita Martha Suplicy, mas sim, uma administração democrática e participativa.

Agora, é importante levar em consideração, aquelas pessoas que deixaram o município em má situação financeira, trazendo grandes dificuldades para a prefeita administrar, em 8 meses colocar o município em ordem!

Obrigado, deputado.

O SR. HERMES FONSECA

Muito obrigado, deputada Luciana pelo seu aparte.

Senhor presidente, ao encerrar, já que V. Exa. anunciou que o meu tempo está terminado, quero dizer que o deputado Cartário também perdeu uma grande oportunidade de ficar quieto hoje, aqui neste plenário, quando ele vem falar da administração do Prefeito de Londrina, do nosso companheiro Nédson Michelleti, do PT.

Olha, se o deputado tem apenas dois projetos que, de forma sarcástica, o deputado se referiu, é porque ele encontrou, e o País inteiro sabe, e até internacionalidade, as notícias foram para o mundo, de que ele encontrou os cofres da Prefeitura de Londrina totalmente arrombados, e ele vem defender agora essa situação, até porque o filho do prefeito de Londrina está no partido dele, agora.

Isso é lamentável, nós não podemos... brincadeira tem ora! Falar do atual prefeito de Londrina, só poderemos falar depois que ele cumprir o seu mandato, até porque os promotores do Ministério Público só estão falando do ex-prefeito de Londrina, depois de três mandatos! É lamentável que isto ocorra nesta Casa! Esta é uma provocação que se faz aos dirigentes, aos administradores, aos parlamentares do PT, porque parece-me que o PT causa temor muito grande pela perspectiva de vitória que tem no País!

O SR. NEREU MOURA

Permite-me um aparte, deputado Hermes Fonseca?
(Assentimento)

A senhora Maria Lúcia Victor Barbosa é uma Direitista de primeira hora. Acompanho a coluna dessa senhora no jornal Folha do Paraná e ela não gosta de quem é da esquerda, e de quem tem um pensamento voltado para o social.

Então, não dá para levar em consideração o que essa mulher escreve. Agora, não sou do PT, mas admirei muito a posição do prefeito de Londrina, Nédson Michellete, de fazer um plebiscito para ver se o povo queria vender a Sercomtel. Para mim, é uma atitude de dignidade, e por isso tenho certeza de que o prefeito Nédson está honrando o povo de Londrina.

O SR. HERMES FONSECA

Agradeço o aparte, deputado Nereu, mas volto a dizer: quem tem telhado de vidro, não joga pedras no telhado do outro. Agora, falar do PT em nível nacional, em nível estadual, nós nunca fomos governo aqui, nunca fomos governo neste País. Dêem-nos a chance primeiro, que tenho certeza que as pedras que eles vão continuar jogando, vão cair sobre as próprias cabeças.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ainda no Horário das Lideranças:

PTB. (Declina)

PFL. (Declina)

PSDB, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

(Lê):

“- A Copel é competitiva sim, e não pode ser vendida como quer o governo.

- Ser competitiva é ter visão de futuro.

- É ler, é interpretar o cenário antes dos seus concorrentes e antecipar-se aos fatos econômicos, sociais e políticos.

- É ter a ante visão e a Copel fez tudo isso, com extrema competência e foi além.

- Vem desenvolvendo seus executivos para gerenciar a empresa em 2020, pois tem a consciência de que são os talentos humanos que fazem e farão a diferença no futuro.

- E são esses talentos humanos que visando a concorrência do mundo globalizado, atuam na diversificação dos negócios da Copel, que além de ocupar as oportunidades de negócio acessaram e desenvolveram a tecnologia de ponta, controlando, participando ou formando parceria em 17 empresas sinergizando seu potencial e pioneirismo em diversos setores empresariais.

A Copel detém 51% da Compagás, empresa que detém a concessão da distribuição e comercialização do gás natural que é alternativa de energia para o futuro, com gasoduto que já atinge os mais importantes centros industriais do Estado,

A Copel detém 49% da Braspower, empresa de energia e infra-estrutura que vai levar a tecnologia da Copel para o mundo inteiro, já tendo desenvolvido neste ano, projetos na China, Islândia e no Nepal.

A Copel detém 50% da CNI, Companhia Nacional de Intervias, que atua no setor de tecnologia da informação através da internet utilizando a rede de fibra Ótica da Copel. Ano que vem, graças à infra-estrutura da Copel, o paranaense vai ter acesso à internet, 30 vezes mais rápido do que os meios atuais. Primando pelo seu pioneirismo, a Copel foi a primeira empresa do setor de energia a conseguir a autorização da Anatel para explorar o serviço de internet.

A Copel detém 45% da Sercomtel Telecom, telefonia fixa, a única operadora de telefonia do Brasil a disponibilizar para o seu cliente 100% de linhas digitais.

Além da Sercomtel Telecom, a Copel também detém 45% da Sercomtel celular, empresa que também se destaca por ser pioneira da rede digital e telefonia celular via satélite.

A Copel detém ainda 45% da Tradner, a primeira empresa privada a obter autorização para comercializar energia elétrica no País. Somente nos primeiros três meses de operação, em 2001, a Tradner comercializou 15 mil megawatts de energia para diversos clientes no Brasil.

A Copel possui 15% de participação no Grupo Dominó Holding, que adquiriu 39,71% a ações de comando da Sanepar. O objetivo é efetuar estudos nas áreas de video atendimento, marketing, gestão de rede,

tecnologia de medição e leitura de medidores de consumo de água.

Senhores deputados:

Eu não vou me alongar ainda mais, citando a participação da Copel em mais outras 11 empresas, porque para o que eu preciso dizer, estas citações já devem bastar.

Com toda esta gama de participações em empresas de tecnologia de ponta e promissora em seus setores de atuação, ainda há quem tenha coragem de afirmar que a Copel não tem condições de competitividade?

Que a Copel precisa ser vendida pois em breve perderá seu valor? Ora, a Copel, reiteramos, é competitiva sim! Está mais do que comprovado em tudo o que dissemos!

Então, por que o governo Jaime Lerner quer tanto vender a Copel? Primeiro, porque aumentou a dívida do Estado em dez vezes desde que assumiu o governo!

Em 140 anos de história do Paraná, a dívida total do Estado era de 1 bilhão e 300 milhões de reais. Em apenas 5 anos de governo Lerner, a dívida já ultrapassava os 13 bilhões de reais. Vendeu o Banestado deixando uma dívida de 30 milhões de reais por mês para o paranaense pagar...

E caucionou a venda com ações da Copel porque comprou títulos podres. São precatórios que totalizam 428 milhões de reais e nós é que vamos pagar por isso! Vendeu parte da Sanepar, deu a Ferroeste, antecipou os Royalties de Itaipu, e ninguém sabe onde foi parar todo este dinheiro. E sabem por quê? Porque tudo é fruto de péssima administração, com gastos de 500 milhões de dólares em publicidade, sem atendimento ao social, à segurança pública, à educação.

É servidor público que protesta sem reposição salarial há sete anos. É o professor que não suporta mais o sucateamento da Educação do Paraná. É o homem do campo que reclama da falta de incentivos e vem para os grandes centros urbanos engordar as favelas sem expectativa de melhoria de vida. É o povo que bebe a água mal cheirosa e com péssimo gosto, contaminada com esgoto, algas e lixo hospitalar. É o trabalhador que já não sabe se chega em casa, depois do trabalho, por causa da violência. O policial é mal remunerado. E o número de policiais é baixo. No Paraná nós temos 1 policial militar para cada 800 habitantes.

Em Santa Catarina, nosso Estado vizinho, o índice é de 1 policial militar para cada 400 habitantes. Esta é a destruição que o senhor fez, governador Jaime Lerner! E o senhor, governador, ainda quer vender a última coisa que nos resta para limpar o seu nome e tentar consertar os seus erros? Escapar da Lei de Responsabilidade Fiscal!

Não, governador, nós não vamos deixar o senhor limpar o seu nome com o patrimônio que o povo levou 50 anos para construir! E sabe por que, governador?

Porque 93% do povo do Paraná não quer vender a Copel. Mais de 400 entidades de classe também já se manifestaram contrários à venda da empresa.

A Igreja Católica, com a sabedoria de nosso arcebispo Dom Pedro Fedalto, do alto dos seus 75 anos de idade, também é contra a venda da Copel.

E nós, os bravos 26 deputados e mais aqueles que juntarem-se a nós nesta batalha, não vamos deixar este governo vender a nossa Copel.

A Copel é nossa!!!”

Encerro, convocando os senhores deputados para o dia de amanhã, um dia muito importante. Um milhão e meio de pessoas estão bebendo a água do Rio Iraí, alguns milhões de seres humanos estão bebendo a água fornecida pela Sanepar e amanhã a oportunidade é ímpar, para que os representantes do povo façam as perguntas necessárias, e evidentemente será um dos dias em que a população, sobretudo de Curitiba e região metropolitana vai estar com os olhos voltados para esta Casa.

Eu tenho certeza que a imprensa escrita, falada e televisada, amanhã aqui estará para ver este embate dos representantes do povo com os administradores da Sanepar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Horário das Lideranças: PTB, Liderança do Governo.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente, comunicando o afastamento de suas funções junto ao Plenário desta Casa, por um período de 15 dias, por motivos relacionados à sua saúde. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 06 (seis) de autoria do senhor deputado Miltinho Pupio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor Hermes Fonseca constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, devidamente apoiado, constante do expediente. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 403/2000, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que autoriza a Univer-

sidade Estadual de Londrina - UEL, a alienar bens de seu patrimônio. PARECERES FAROVÁREIS DA CCJ, CECE e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães Filho, declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Claro, com sede e foro no município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, a alienar bens de seu patrimônio. PARECER FAROVÁREL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, declara de Utilidade Pública o Rocio Futebol Clube, do município de Palmeira, com sede e foro no mesmo município. PARECER FAROVÁREL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores do Tigre, com sede no município de Guamiranga, e foro na comarca do Município de Imbituva. PARECER FAROVÁREL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 297/2001, de autoria do deputado José Maria Fereira, declara de Utilidade Pública a "Associação de Artesãos de Primeiro de Maio", do município de Primeiro de Maio, com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio, no Estado do Paraná. PARECER FAROVÁREL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do município de Ventania e foro no município de Tibagi. PARECER FAROVÁREL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associação dos Idosos e Aposentados de Ibaiti - AIAI, com sede e foro no município de Ibaiti. PARECER FAROVÁREL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, declara de Utilidade Pública a União das Associações de Moradores do Município de São José dos Pinhais, com sede e foro no município do mesmo nome. PARECER FAROVÁREL DA CCJ. (Publ, no DA nº 084/2001, de 18.06.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 249/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública estadual a UNAM - União das Associações de Moradores do Município de São José dos Pinhais, com sede e foro no mesmo município.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

Aprovado, com voto contrário dos deputados Marcos Isfer, Nereu Moura, Augustinho Zucchi, Neivo Beraldin, Orlando Pessuti e Waldyr Pugliesi.

O SR. NEIVO BERARDIN

Peço verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

V. Exa. observa o porquê que é necessário arrumar o som o quanto antes, porque a chamada nominal vai ser inóqua, uma vez que o som não atinge o gabinete dos deputados. Só se o deputado sair pelos corredores fazendo a chamada nominal de viva voz; de forma que há necessidade urgente de que a Assembléia organize o som da Casa, senão fica difícil, senhor presidente.

O SR. NEIVO BERARDIN

Desisto da verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI

E eu desisto da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está aprovado o projeto.

O SR. NEIVO BERARDIN

Gostaria que V. Exa. nos informasse quando é que o som voltará à normalidade e as cadeiras aqui da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está sendo feita a licitação. Vou entrar em contato com o deputado Hermas Brandão, quem é que está cuidando desta questão.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, declara de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Guaíra, com sede e foro no município do mesmo nome. PARECER FAROVÁREL DA CCJ. **Aprovado**. (Publ, no DA nº 090/2001, de 25.06.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 266/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Guaíra - AAPG, com sede e foro no município de Guaíra, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Guamiranga, com sede no município de Guamiranga e foro no município de Imbituva. PARECER FAROVÁREL DA CCJ. **Aprovado**. (Publ, no DA nº 091/2001, de 26.06.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 276/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores de Guamiranga, com sede no município de Guamiranga e foro na Comarca do município de Imbituva.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº

8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 278/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Guamirim, com sede em Guamiranga e foro no município de Imbituva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/2001, de 26.06.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 278/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores de Guamirim, com sede no Município de Guamiranga e foro na Comarca do Município de Imbituva.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade e ainda por estar de acordo com a Lei n 6.994/78, alterada pela lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 286/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública Estadual o Provopar - Ação social de Missal, com sede e foro no município de Missal-PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/2001, de 26.06.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 286/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ademir Bier, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social de Missal, de, com sede e foro no Município de Missal-Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade e ainda por estar de acordo com a Lei n 6.994/78, alterada pela lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2555, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, com apoioamento dos senhores deputados Eli Ghellere, Renato Gaúcho, Nereu Moura, Serafina Carrilho, Pastor Edson Praczyk e demais deputados, constante do expediente, com base no Artigo 54, inciso 3º, da Constituição Estadual e dos artigos 97 e seguintes do Regimento interno, vem expor e requerer o que segue:

a) Está definido para o dia 24 e agosto a divulgação pública da avaliação realizada pelas empresas sobre o patrimônio da Copel a ser leilado.

b) Em nenhum momento foi dado ciência à Assembléia Legislativa sobre a realização da avaliação e nem sobre os critérios adotados para sua efetivação.

c) E, momento algum o edital de venda das ações da Copel foi tornado público, violando o princípio da publicidade.

Requer, dessa forma a convocação do presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Copel, Sr. Ingo Hübert, bem como o representante da empresa que procedeu a avaliação da Companhia, para prestarem as informações solicitadas em data de 11 de setembro.

No original estava 27, mas com rasura do autor, 11 de setembro de 2001, na hora da Sessão Ordinária.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, consulto a V. Exa. uma vez que o autor se refere ao dia 24 próximo passado, o requerimento perdeu o seu efeito, se o senhor mantém a votação ou se o autor concorda em retirar esse requerimento da Ordem do Dia?

O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)

Senhor presidente, em hipótese alguma este requerimento perdeu a validade, o que perdeu a validade foi o Governo, em não saber fazer a avaliação e não procedê-la da forma correta, tendo perdido prazos que deveria ter apresentado a outras entidades.

Também não vejo por que esta Assembléia deva abrir mão num direito seu, constitucional, de conhecer o que se passa, nessa avaliação. Eu acho que é um direito desta Assembléia, um dever, mas principalmente, uma prerrogativa da qual nenhum deputado, deva abrir mão.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, tendo em vista o número de deputados no plenário, não há quórum para votação.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Chamada nominal para verificação do quórum.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edno Guimarães)

(Inicia a chamada nominal dos deputados).

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, uma questão de ordem com base no Artigo 76.

V. Exa. no início da Sessão, determinou que fosse lido o ofício subscrito pelo deputado Luiz Fernandes Litro, comunicando a esta Casa que estaria entrando em licença.

O Artigo 76 do Regimento Interno diz que o deputado só pode pedir licença por mais de 121 dias, senão, tem que submeter à apreciação do Plenário o pedido de licença.

É uma questão que eu formulo a V. Exa se vai colocar em votação o pedido de licença do deputado Luiz Fernandes Litro, conforme prevê o Regimento Interno da Casa.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Ele não está pedindo licença, está comunicando que estará licenciado, estará ausente em função do tratamento médico. Ele não está pedindo...

O SR. NEREU MOURA

Mas o Regimento Interno não permite isso!

O SR. DURVAL AMARAL

Ele está tendo uma postura até ética com relação a este Plenário. ele não está pedindo autorização para licenciar.

Leia o requerimento, deputado Nereu.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Eu solicito ao senhor 1º secretário que continue a chamada nominal.

O SR. NEREU MOURA

Eu quero que V. Exa. me responda a questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós estamos pedindo o ofício que foi endereçado.

O SR. NEREU MOURA

Mas V. Exa. vai responder à minha questão de ordem.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edno Guimarães**)

(**Continua a chamada nominal dos senhores deputados**)

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, em relação ao senhor 1º secretário ter feito a chamada do deputado Nelson Justus, indago à Mesa.

Em vista de o deputado Custódio ter estado no Plenário até agora, quem está no exercício do mandato de deputado?

O SR. NEREU MOURA

Então estamos com 55 deputados!

O SR. NEIVO BERALDIN

Então o deputado Nelson Justus não comunicou que reassumiu a secretaria?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Casa não recebeu comunicado do afastamento do deputado Nelson Justus, automaticamente o Custódio não é deputado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edno Guimarães**)

(**Continua procedendo à chamada nominal dos deputados**).

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vinte e dois (22) senhores deputados responderam à chamada. Não há quórum para deliberação, apenas para seqüência da Sessão.

Este requerimento está em discussão.

Não tem número para votação. É preciso 28 senhores deputados.

Está encerrada a discussão.

Requerimento nº 2482, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** (**A matéria acha-se publicada no final desta Ata**).

Requerimentos nºs 2517 e 2545 a 2552, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2493, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2509 e 2510, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa. (**As matérias acham-se publicadas no final esta Ata**)

Requerimento nº 2494, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2516, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2518 a 2575, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2526 a 2532, 2585 e 2586, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2554, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** (**A matéria acha-se publicada no final desta Ata**).

Requerimentos nºs 2533 a 2543, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2544, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2580, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2588 e 2598 a 2601, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2607, de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2621, de autoria do senhor deputado neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Queremos comunicar aos senhores deputados que a Sessão de amanhã...

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Encaminhamos requerimento proposto à Mesa que transforma as Sessões dos dias 29 e 30 em Comissão Geral de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Mesa está recebendo o requerimento que pede a transformação em Comissão Geral, para os dias 29 e 30.

(**Lê**):

“Requerimento nº 2624, de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio, Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Augustinho Zucchi e demais senhores deputados, constantes do expediente. Recebido na forma do artigo 107, do Regimento Interno.”

A Mesa recebe o requerimento. Será votado, na forma regimental.

O SR. NEREU MOURA (**Questão de Ordem**)

Tenho duas questões de ordem: uma das CPI's, e outra, do deputado Litro.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O deputado Litro não pede licença. Ele está apenas comunicando que não estará presente em algumas Sessões. É uma prerrogativa do deputado.

O SR. NEREU MOURA

Qual o artigo do Regimento Interno?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não está escrito nada. Ele foi gentil, comunicou que estaria a algumas Sessões, para tratamento, questões de saúde.

O SR. NEREU MOURA

Isto não é regimental, senhor presidente! Este pedido não tem nenhum valor, porque não é regimental.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Ele não está pedindo!

O SR. NEREU MOURA

É só para comunicar que vai faltar, porque de resto, não tem valor nenhum.

Gostaria que o senhor respondesse à questão de ordem das CPI's, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós já falamos antes, deputado, nós faremos o levantamento com a Diretoria Legislativa e com o deputado Hermas Brandão, para saber se todos os Partidos já têm indicados os seus deputados, para que nós possamos instalar as comissões.

O presidente, hoje, infelizmente, não está aí; está viajando.

O SR. NEREU MOURA

Vossa Excelência está responsável pelas CPI's.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós vamos conversar amanhã.

O SR. NEREU MOURA

Como vice-presidente da Casa.

Amanhã vou voltar a abordar o assunto, senhor presidente. Se V. Exa. puder trazer uma resposta...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Nereu Moura, nós já informamos, e vamos conversar com o deputado Hermas Brandão, se todos os partidos já têm indicado os seus respectivos deputados para integrar. E assim que nós tivermos, nós vamos informá-lo. Vocês sabem que nós sempre tivemos um bom relacionamento.

O SR. NEREU MOURA

Deputado Elio Rusch, só para não ser chato, apenas colocar mais uma vez a nossa opinião sobre este assunto. O deputado Hermas Brandão, no início do recesso do mês de junho, disse que as CPI's seriam instaladas no mês de julho; não foram. Nós estamos no final do mês de agosto, e V. Exa., como vice-presidente da Casa é quem tem a dar prazo.

O prazo já se esgotou no final do mês de julho, deputado Elio Rusch!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Eu acho, senhor presidente, e Vossa Excelência que ocupa hoje a Presidência da Sessão, que esta questão da CPI é uma questão que, ou vai se fazer a CPI ou então a Mesa tem que declarar que não vai instalar as CPI's.

O SR. NEREU MOURA

Nós podemos extinguir as CPI's, deputado Zucchi!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Então a minha questão de ordem, deputado Elio Rusch, V. Exa. determina o prazo para os partidos indicarem os seus representantes. Se vencidos os prazos e não indicados, o presidente tem que indicar, agora, o que não pode, deputado Elio Rusch, é ninguém mais ficar enrolando com este negócio de CPI, ou vai instalar ou não vai, ou então declara as CPI's como inexistentes na Casa, que fica mais bonito.

Por que senão, vamos passar pelo constrangimento, deputado Elio Rusch, de toda Sessão nós levantarmos aqui pela ordem, e solicitar a instalação das CPI's que foram solicitadas não pela Oposição, foram solicitadas pela base governista da Casa.

Então, solicito a V. Exa. que instale a CPI, determine àqueles que não apresentaram os nomes, que regimentalmente o presidente tem o poder de fazer a nomeação, e instale a CPI.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Mas isto seria o gatilho do presidente da Assembléia, vamos fazer o levantamento de quais os partidos que não indicaram, para comunicar ao presidente, para que ele preencha as formalidades legais.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Quando é que V. Exa. vai comunicar este levantamento à Casa?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Já comuniquei que vamos fazer o levantamento amanhã, com a Diretoria Legislativa da Assembléia, para ver quais os partidos, os que não indicaram, e vamos comunicar ao presidente Hermas Brandão.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Amanhã V. Exa. comunica aqui ao Plenário?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vou comunicar ao presidente da Assembléia quais os partidos que não indicaram.

E cabe ao presidente da Assembléia fazer a indicação; não cabe ao vice-presidente, deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

V. Exa. vai comunicar ao presidente amanhã?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Amanhã.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Mas é isto que estou dizendo todo o tempo!

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, para efeito de informação, indago a V. Exa. quais são as CPI's que estão instaladas na Casa?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Mesma coisa, deputado Neivo, tem que fazer um levantamento!

O SR. NEIVO BERALDIN

Sim, mas quais são os assuntos?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Neivo, vamos fazer um levantamento e vamos responder amanhã ao senhor.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 28, à hora regimental, a qual será destinada à audiência com a Diretoria da Sanepar.

Levanta-se a Sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ADEMIR BIER EM SESSÃO DO DIA 27 DE AGOSTO DE 2001.

Um Dia de Esperança

Folha de Londrina

Folha do Paraná

Quando está em jogo a preservação ou a dilapidação de um patrimônio público, deve-se entender por vitória, obviamente, a primeira hipótese, mas no Paraná esse princípio se inverte na conceituação do governo estadual. Porque, para a comunidade palaciana e para os deputados governistas, a vitória será a "liquidação" da Companhia Paranaense de Energia (Copel), e a derrota a prevalência da vontade e da sabedoria populares.

Quatro centenas de entidades civis, representativas da maioria dos segmentos profissionais do Paraná, e 77% da população ouvida por pesquisa já se manifestaram contra a venda da Copel, mas essa opinião parece não contar para aqueles que não têm outros olhos senão para os bilhões que essa transação poderá proporcionar. E outra não é a razão senão fazer dinheiro, eis que a Copel é uma empresa sólida, bem administrada e lucrativa, e que já pagou o próprio investimento.

Este 14 de agosto é dia decisivo na Assembléia Legislativa, porque os deputados põem em votação o projeto de iniciativa popular que propõe a manutenção da empresa como estatal. Caso compareçam todos os 54 membros da Casa, serão necessários ao menos 28 votos

(metade mais 1) para que se consagre a vontade da população paranaense. Se tal não ocorrer, o povo terá sido derrotado pela maioria dos seus próprios representantes no Poder Legislativo.

A alegação do governo é que precisa de dinheiro para estancar o déficit previdenciário do Estado, anunciado como de R\$100 milhões mensais. A lei de privatização da Copel (aprovada há três anos) estabelece que 70% do que for arrecadado com a possível venda da empresa destina-se à ParanaPrevidência, mas é só fazer contas e concluir que em poucos anos o dinheiro terá acabado, o déficit se reimplantar e os paranaenses já não terão o patrimônio representado pela Copel.

Os que agora agem não pela vontade popular mas pela influência dos acenos do Palácio Iguazu, estão pensando apenas no momento presente, por isso obcecados pela venda, mas não imaginam que o Paraná ficará mais pobre sem o controle de sua companhia de eletricidade. Porque o governo já não terá poder de ação sobre as diretrizes que os novos proprietários - provavelmente estrangeiros - irão traçar para esta empresa, de tão grande importância estratégica. Quem tem o domínio da energia elétrica exerce controle sobre a vida dos cidadãos, e esse poder corre agora o risco de ser entregue a mãos estranhas.

As "forças ocultas" devem ser muito poderosas, porque a venda da Copel serve apenas à vontade de um único homem, o governador Jaime Lerner, já em véspera de encerrar o mandato mas cujo poder de fogo é surpreendente, a ponto de entorpecer a consciência de um expressivo grupo de parlamentares. A Assembléia Legislativa do Paraná decide, hoje, se quer consagrar-se como instituição soberana e independente ou transformar-se num mero apêndice do Palácio do Governo. Apesar dos temores do povo, este 14 de agosto é, também, um dia de esperança.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 27 DE AGOSTO DE 2001.

Câmara Municipal de Antônio Olinto

Ofício Circular nº 041/2001.

Os Vereadores Antônio Claudino Ziemer, João Maria Guenze, Itamar de Paula Machiavalli, Wilmar do Rosário Iusviak, Alan Jaros, Vilmar Ricardo Bech, Leo-mar Machado de Oliveira, Antônio Dirceu da Silva e Marcos Roberto Colaço, constituindo a unanimidade dos integrantes da Câmara Municipal de Antônio Olinto, Estado do Paraná,

Motivados por verdadeiro sentimento cívico, patriótico e paranista.

Evocando a Proteção de Deus.

Considerando que os Vereadores são os agentes políticos mais próximos ao povo, sua mais autêntica

representação e por isso devem personificar a vontade popular com absoluta fidelidade;

Considerando que nenhum Estado pode manter sua soberania e muito menos alavancar o progresso se não possuir fontes energéticas próprias; que assim, o domínio e exploração dos recursos naturais energéticos devem permanecer sob o seu exclusivo controle;

Considerando que a energia elétrica, até os nossos dias, ainda é a mais poderosa, econômica e limpa dentre todas;

Considerando a crescente entrega dos recursos naturais e das empresas públicas e autárquicas geradoras de riquezas e garantidoras de independência sócio - política - econômica do Estado, a capitais privados, notadamente internacionais;

Considerando que tais ações são verdadeiros crimes de lesa Pátria que colocam em risco a própria soberania do estado e que estão acontecendo face a iniciativa governamentais, numa evidente traição aos mais altos interesses do povo brasileiro e particularmente, principalmente através dos processos de privatizações de empresas públicas estatais;

Considerando que o Poder Executivo do Paraná tem adotado, sistematicamente, esta prática entreguista, com incalculáveis prejuízos para a economia do Estado e comprometimentos da independência e da qualidade de vida das gerações futuras;

Considerando que o Poder Legislativo do Estado, pela maioria dos seus deputados estaduais tem sido submisso ao Executivo, aprovando tais medidas, em flagrante desrespeito aos interesse do povo que os elegeu e à evidenciada vontade popular. E que, lamentavelmente, alguns deputados que ajudamos a eleger, vem apoiando o Poder Executivo Estadual nestas decisões; Confere com o original:

Considerando a iminente ameaça de Venda da Copel pelo Governo do Estado e as declarações a ela favoráveis por alguns destes senhores deputados que apoiamos no último pleito eleitoral;

Considerando que o conjunto dos nossos recursos hidrelétricos, potencializados pela Copel e esta, representam uma de nossos maiores riquezas, senão a maior, por serem capazes de garantir nossa independência energética e a real possibilidade de efetiva industrialização do Estado;

Considerando a experiência desastrosa que tem sido as privatizações já realizadas

Concluem:

I - que os Vereadores devem posicionar-se de forma intransigente na defesa dos interesses do povo e do Estado;

II - que os senhores deputados que votarem favoravelmente à venda da Copel são realmente inimigos do Paraná e do Brasil. E por isso,

Resolvem

a) estabelecer um pacto de honra pelo qual aos atuais Vereadores de Antônio Olinto não apoiarão, em elei-

ções futuras, qualquer dos atuais deputados que votem favoravelmente à venda da Copel, aqui incluindo os que apoiamos no último pleito e até esta data;

b) que desta decisão se dê conhecimento aos senhores deputados estaduais e ao prefeito municipal de Antonio Olinto, para que desde logo considere a posição dos vereadores em relação à escolha de futuros candidatos a deputados;

c) que seja publicada, enviada às demais Câmaras Municipais do Estado do Paraná e ao Coordenador do Fórum Popular contra a venda da Copel, autorizando-a a ampliar esta publicação, se o desejar, para defesa dos mais altos interesses do Paraná e do Brasil.

(aa) ANTÔNIO CLAUDINO ZIEMER

Presidente

ITAMAR DE PAULA MACHIAVELLI

1º Secretário

Confere com o original:

JOÃO MARIA GUENZE

Vice-presidente

WILMAR DO ROSÁRIO IUSVIAK

2º Secretário

ALAN JAROS

VILMAR RICARDO BECH

LEOMAR MACHADO DE OLIVEIRA

ANTÔNIO DIRCEU DA SILVA

MARCOS ROBERTO COLAÇO

Conferem com os originais, em três laudas, estando as duas primeiras por mim rubricadas.

Água Azul - Lapa - Paraná,

11 de julho de 2001.

(a) FLAMARION GALLOTI MOREIRA

Escrivão Distrital

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 27 DE AGOSTO DE 2001.

Câmara Municipal de Pato Branco

Ofício nº 639/2001.

Senhor(a) Deputado(a):

O presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, atendendo proposição dos vereadores Augustinho Rossi - PDT, Antonio Urbano da Silva - PPS, Clóvis Gresele - PPB, Dirceu Dimas Pereira - PPS, Laurinha Luiza Dall'Igna - PPB, Leonir José Favim - PMDB, Nelson Bertani - PSDB, Nereu Faustino Ceni - PC do B, Silvio Hasse - PSDB, Vilmar Maccari - PSDB e Vilson Dala Costa - PMDB, leva ao conhecimento de V. Exa., a posição dos vereadores desta Casa de Leis, com relação à venda da Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, que motivados por verdadeiro sentimento cívico, patriótico e paranaense, e considerando que:

- os vereadores são os agentes políticos mais próximos ao povo, sua mais autêntica representação e por isso devem personificar a vontade popular com absoluta fidelidade;

- nenhum Estado pode manter sua soberania e muito menos alavancar o progresso se não possuir fontes energéticas próprias; e que assim, o domínio e exploração dos recursos naturais energéticos devem permanecer sob seu exclusivo controle;

- a energia elétrica, até os nossos dias, ainda é a mais poderosa, econômica e limpa entre todas;

- a crescente entrega dos recursos naturais e das empresas públicas e autárquicas geradora de riqueza e garantidoras da independência sócio, política e econômica do estado, a capitais privados, notadamente internacionais;

- tais ações são verdadeiros crimes de lesa Pátria que colocam em risco a própria soberania do estado e que estão acontecendo face a iniciativas governamentais, nunca evidente traição aos interesses do povo brasileiro e particularmente, dos paranaenses, principalmente através dos processos de privatizações de empresas públicas estatais;

- o Poder Executivo do Paraná tem adotado, sistematicamente, esta prática de entrega, com incalculáveis prejuízos para a economia do estado e comprometimento da independência e da qualidade de vida das gerações futuras;

- o Poder Legislativo do Estado, pela maioria dos seus deputados estaduais tem sido submisso ao Executivo, aprovando tais medidas, em flagrante desrespeito aos interesses do povo que os elegeu e à evidenciada vontade popular e que, lamentavelmente, alguns deputados que ajudamos a eleger, vem apoiando o Poder Executivo Estadual nestas decisões;

- a eminente ameaça da venda da Copel pelo governo do estado e as declarações a ela favoráveis por alguns desses senhores deputados que apoiamos no último pleito eleitoral;

- o conjunto dos recursos hidroelétricos, potencializados pela Copel que representam uma de nossas maiores riquezas, senão a maior, por serem capazes de garantir nossa independência energética e a real possibilidade de efetiva industrialização do Estado;

- considerando as experiências desastrosas das privatizações já realizadas.

Concluimos que nós vereadores devemos nos posicionar de forma intransigente na defesa dos interesses do povo do Estado e que os senhores deputados que votarem favoravelmente à venda da Copel são realmente inimigos do Paraná e do Brasil.

Portanto, resolvemos estabelecer um pacto de honra pelo qual não apoiaremos em eleições futuras, qualquer dos atuais deputados que votem favoravelmente à venda da Copel, aqui incluindo os que apoiamos no último pleito e até esta data.

Atenciosamente.

NEREU FAUSTINO CENI

Presidente

Antonio Martins Anibelli

Deputado Estadual

Pça. N. Sra. Salete, S/N - CC - Assembléia Legislativa -
Gab. 407

CEP: 80530-911 - Curitiba-PR.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA
CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR.
DEPUTADO ALGACI TULIO, EM SESSÃO DO DIA
27 DE AGOSTO DE 2001.

Derrota para o Paraná

Folha do Paraná

A aprovação da venda da Copel é uma derrota para o Paraná e, na esteira, uma derrota também para o governador Jaime Lerner e para os deputados que se deixaram seduzir pelo irresistível poder emanado do Palácio Iguaçu. O chefe do governo deve sentir-se um vencedor, neste momento, mas sua desastrosa decisão de desfazer-se desse patrimônio público dos paranaenses foi uma perda e não um ganho.

Os parlamentares da base governamental, de sua vez, cumpriram sua parte no acerto com o governo, mas ficaram marcados pela população, e é certo que serão lembrados no momento em que voltarão a buscar votos, porque a transação que autorizaram não foi um ato simples, que possa ser esquecido tão facilmente por esta e pelas gerações futuras. Eis que a triste decisão de ontem da Assembléia Legislativa contrariou a vontade da maioria esmagadora dos cidadãos.

Os deputados privacionistas pisotearam sobre a vontade popular, na mais acintosa afronta da história paranaense de que se tem notícia. Porque nunca o povo se envolveu tanto pela defesa de um patrimônio público - que afinal lhe pertence - como no presente episódio. O brado de 400 entidades, representativas dos mais diversos profissionais do Paraná, e a posição de 77% da população do estado, contrários à venda da empresa, não foram suficientes para sensibilizar os 27 deputados que votaram pela "liquidação" da Copel e, muito menos, o governador.

Os Poderes Executivo e Legislativo, este pela maioria de seus membros, acabam de decretar a falência da representatividade popular. A democracia está de luto. Não pode, portanto, ser uma vitória esta que o governador proclama. É apenas um "round" ganho de adversários políticos do momento, pois terá ele de enfrentar, ao longo de seus dias, dentro ou fora do governo, o estigma de haver sido aquele que dilapidou o maior patrimônio que o Estado detinha - a sua companhia de eletricidade - empreendimento de governos anteriores e orgulho dos cidadãos paranaenses.

Jaime Lerner será sempre lembrado como o governador que vendeu a Copel, enfim que jogou fora o mais rico patrimônio empresarial público do Estado. Com a desastrada decisão tomada ontem sob o teto da Assembléia Legislativa e debaixo da ordem emanada do Palácio do Governo, os 27 deputados governistas, eleitos pelo povo nas subservientes a outro comando, fizeram o Paraná mais pobre este mesmo Paraná tão duramente tangido, nestes sete anos do atual governo, por atos arbitrários, negligência e insensatez, e cujo golpe fulminante foi desferido ontem, sob o olhar perplexo de 9 milhões de paranaenses contrariados. Este é um triste momento da história do Paraná.